

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

CELSO ANTÔNIO SPAGGIARI SOUZA

A COLÔNIA VAZIA:
TRABALHADORES SEM TRABALHO E SEM MORADA
NA FAZENDA DE CAFÉ DO SUL DE MINAS GERAIS



NITERÓI, RJ
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

CELSO ANTÔNIO SPAGGIARI SOUZA

A COLÔNIA VAZIA: TRABALHADORES SEM TRABALHO E SEM MORADA
NA FAZENDA DE CAFÉ DO SUL DE MINAS GERAIS

NITERÓI-RJ

JULHO 2012

CELSO ANTÔNIO SPAGGIARI SOUZA

A COLÔNIA VAZIA: TRABALHADORES SEM TRABALHO E SEM MORADA
NA FAZENDA DE CAFÉ DO SUL DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Política Social

Linha de pesquisa: Sujeitos sociais e proteção social

ORIENTADORA: Prof. Dra. Hildete Pereira de Melo

COORIENTADOR: Prof. Dr. Alberto Di Sabbato

NITERÓI-RJ

JULHO 2012

Celso Antônio Spaggiari Souza

**A colônia vazia: trabalhadores sem trabalho e sem morada na fazenda de café do
Sul de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política social como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política social

Linha de pesquisa: Sujeitos sociais e proteção social

Orientadora: Dra. Hildete Pereira de Melo

Banca Examinadora

Prof^a Dra. Hildete Pereira de Melo – Orientadora - UFF

Prof. Dr. Alberto Di Sabbato – Coorientador - UFF

Prof. Prof. Dr. José Francisco de Araújo - UFF

Prof. Dr. Marcelo Bregagnoli - IFSULDEMINAS

Data da aprovação: 20 de julho de 2012.

NITERÓI-RJ
JULHO DE 2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S729 Souza, Celso Antônio Spaggiari.

A colônia vazia: trabalhadores sem trabalho e sem morada na fazenda de café do sul de Minas Gerais / Celso Antônio Spaggiari Souza. – 2012. 114 f.; il.

Orientador: Hildete Pereira de Melo.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2012.

Bibliografia: f. 93-102.

1. Agricultura. 2. Brasil. 2. Desenvolvimento agrícola. 3. Produção de café. 4. Minas Gerais. 5. Sazonalidade. 6. Trabalhador do cultivo do café. I. Melo, Hildete Pereira de. II. Di Sabbato, Alberto. III. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. IV. Título.

CDD 630.9815

Dedico este trabalho:

A Beatriz Spaggiari, minha mãe, é claro.

A Cynthia, Emanuelle, Maíra, Anamaíra, Pablo, Ana Beatriz, Anahy, Pedro Paulo, Giovana e Otto, filhos e netos de coração e adoção, todos, razão e a emoção de minha existência.

E a todos os meus alunos, por permitirem constituir-me professor.

AGRADECIMENTOS

À Carlota Teresa Rios Damitto, pela companhia na difícil construção de um casamento.

À Rita de Cássia Ferreira e Silva, minha “outra filha” por identificação e transferência.

À Professora Dra. Mônica Maia de Castro Senna, pelo rigor, presteza e acolhimento.

À Professora Dra. Rita de Cássia Santos Freitas, pelo acolhimento, por me ouvir sempre muito além do que eu conseguia dizer e por manter inflexível rigor, sem nunca perder a ternura.

À Professora Dra. Hildete Pereira de Melo, pela atenção na orientação, humor, rigor e doçura na agradável convivência das aulas, transbordados no seu extraordinário e explícito desejo de ensinar.

Ao Professor Dr. Alberto Di Sabbato, pelas contribuições fundamentais feitas no exame de qualificação e coorientação.

Ao Professor Dr. Marcelo Bregagnoli, pelo exemplo constante de fazer sempre tantas coisas com tanta competência e pelas contribuições fundamentais feitas no exame de qualificação.

Ao Professor Dr. José Francisco de Araújo pelo pronto aceite em participar, com sua leitura, da construção do texto final.

À Luzia, Ângela e Raquel, pela presteza, solicitude e eficiência permanentes na secretaria da Pós-Graduação em Política Social.

À Márcia Pereira Cabral, pelo exemplo da extraordinária capacidade de luta, direção à vida e confiança, mesmo na ansiedade e sobre tudo aquilo que não passa. Expressão real do desejo faltoso que não pode ser reduzido à necessidade nem suprido pela realidade.

Ao Cícero, Carlos, Celina, Maria Ângela, Antônio, pela companhia na vida e oportunidade de se exercitar a experiência do respeito e tolerância às diferenças entre irmãos.

À Universidade Federal Fluminense, à CAPES e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, pela viabilização desta experiência, ainda que tardia.

O amor e o trabalho são as fontes da vida. Deveriam também governá-la. Wilhelm Reich

RESUMO

SOUZA, Celso Antônio Spaggiari. *A colônia vazia: trabalhadores sem trabalho e sem morada na fazenda de café do Sul de Minas Gerais*. Niterói: ESS/UFF, 2012, 120p. (Dissertação de Mestrado)

Este texto discute as mudanças nas relações de trabalho na agricultura brasileira que se consolidaram nas últimas décadas e que, em uma de suas muitas formas, se expressa no esvaziamento das moradias rurais para os trabalhadores nas fazendas de café. Baseado em pesquisa de campo, em quinze fazendas nos municípios de Guaranésia, Guaxupé, São Pedro da União, Monte Santo de Minas e Cabo Verde, localizados no extremo sudoeste de Minas Gerais, a pesquisa busca explicitar os determinantes do movimento de trabalhadores rurais do campo para a cidade em busca de uma moradia. Se, em um passado da nossa história, o movimento ocorreu *da senzala à colônia*, agora ela se fez da colônia à periferia das cidades, porque no campo tudo indica que *o trabalhador não pode e não quer morar*. A modernização da agricultura e da atividade cafeeira, intensificadas a partir das décadas de 50 e 60 do século passado, criaram as condições para a generalização do trabalho temporário no campo, permitindo a flexibilização do uso da mão de obra com a sazonalidade da produção. Esta é a ideia estruturante deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho temporário, Sazonalidade, Relação de Trabalho, Colonato.

ABSTRACT

SOUZA, Antônio Celso Spaggiari. The empty colony: workers jobless and homeless in a coffee plantation in southern Minas Gerais. Niterói: ESS / UFF, 2012, 120p. (Dissertation)

This paper discusses the changes in labor relations in Brazilian agriculture that have been consolidated in recent decades and that, in one of its many forms, is expressed in the emptying of rural housing for workers on coffee farms. Based on field research in fifteen farms in the municipalities of Guaranésia, Guaxupé, São Pedro da União, Monte Santo de Minas and Cabo Verde, located in southwestern Minas Gerais the research seeks to explain the determinants of the movement of rural workers in the field to the city in search of a dwelling. If, in a past of our history, the movement occurred in the slave quarters to the colony, now it became the colony to the periphery of cities, because the field it appears that the worker cannot and does not want to live. The modernization of agriculture and coffee activity, stepped out of the 50s and 60s of last century, created the conditions for the spread of temporary work in the field, allowing more flexible use of labor with the seasonality of production. This structuring is the idea of this work.

KEYWORDS: Temporary work, Seasonality, Work Relations, Colonnate
System

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	15
1- A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: A GENERALIZAÇÃO DO TRABALHO TEMPORÁRIO	15
1.1- Trabalhadores temporários: banidos da lei pela própria lei	15
1.2. A formação dos complexos agroindustriais: da dinâmica da inércia à dinâmica industrial	20
1.3- A insuficiência do conceito: limites das interpretações baseadas na abordagem conceitual da industrialização da agricultura.....	25
Tabela 1- Geografia da miséria no Brasil.....	27
CAPÍTULO II.....	31
2- CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL E NO SUL DE MINAS GERAIS.....	31
2.2 Cafés do Brasil: as diferenças naturais, tecnológicas e sociais	40
2.3 O difícil ajuste: instabilidade do mercado, inelasticidade do consumo e “fator hereditário da oferta”	44
2.4 - Condições econômicas e sociais do cafeicultor: uso de mão de obra na lavoura e estrutura agrária	47
2.5 - Das intervenções governamentais a políticas públicas estruturantes	57
2.6 - A virada nas políticas públicas para o campo	61
CAPÍTULO III	65
3- A MODERNIZAÇÃO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CAFEICULTURA DO SUL DE MINAS GERAIS.....	65
3. 1 - Delimitação do campo e dos sujeitos do estudo.....	65
3.2 – A colônia vazia: lugar em que não se pode e não se quer morar.....	69
3. 3 - O novo trabalhador desenraizado	77

3.4- Alterações da base tecnológica da cafeicultura: aumento da sazonalidade do trabalho	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

A vida do homem do campo, muito mais que idílica e heróica, teve sempre um caráter estóico que contou com a indiferença da cultura urbana. Cavallet

Uma inquietação que não cessa de se inscrever acompanha esta pesquisa. A prática da docência, por mais de vinte e cinco anos, em cursos técnicos profissionalizantes nos domínios da agropecuária e por isso o envolvimento com jovens, pertencentes ou de alguma forma ligados ao meio rural, privilegia meu contato com as angústias, os sonhos e frustrações de quem trabalha a terra, mais especificamente daqueles que têm a lavoura de café como seu modo de vida. Ao que se acrescenta a minha pertença à vida no campo, até onde pude comprovar, desde a geração anterior aos meus bisavós em outro país. Penso, por isso, que a compreensão desta realidade privilegia-me e, ao mesmo tempo, compromete-me o completo envolvimento. Caminhar sem tanto confundir estes limites é o que anima este trabalho.

Este estudo tem como objetivo principal discutir as alterações nas relações de trabalho na lavoura cafeeira que culminaram no esvaziamento das moradias rurais de trabalhadores, notadamente a partir da década de 60 do século XX. Para tanto, estudos de campo em fazendas de café nos municípios de Guaranésia, Guaxupé, São Pedro da União, Monte Santo de Minas e Cabo Verde, localizados no extremo sudoeste de Minas Gerais, explicitam o movimento de trabalhadores rurais do campo para a cidade, não necessariamente à procura de um trabalho urbano, mas sobretudo na busca de uma moradia. Em outro tempo de nossa história, o movimento de trabalhadores se deu pelo esvaziamento da senzala e criação das colônias de moradores na própria fazenda de café. Agora o movimento se deu em direção às cidades. A ocupação deste trabalhador continua rural, em sua grande maioria, mas agora ele vive na cidade, em condições semelhantes ou piores àquelas que prevaleciam no seu antigo local de trabalho.

Neste trabalho sustenta-se a hipótese de que a movimentação de mão-de-obra ocupada na cultura do café agora tenha ocorrido, sobretudo, acionada pelas mudanças tecnológicas nos sistemas de produção e de gestão da lavoura. Sob a batuta da modernização das técnicas produtivas, diminuem-se as ocupações rurais e,

continuamente, são necessários menos trabalhadores para a produção agrícola, tornando também obsoletas previsões malthusianas porque a produção agrícola cresce com a diminuição da população rural, pelo menos por enquanto.

O campo brasileiro tem hoje um semblante muito diferente de outrora. Talvez pelas fortes origens rurais da cultura brasileira, em nossa memória, o campo não é apenas uma concretude, mas também uma metáfora recorrente capaz de produzir representações que determinam modos próprios de se perceber e se relacionar com o rural. A paisagem rural é também decorrente das transformações que os processos de produção imprimem aos territórios, dificultando a sua completa apreensão.

A par destas dificuldades, este texto tenta apreender por que, quanto, como e em que consequências ocorreu o esvaziamento das colônias das fazendas de café, deixando abandonadas, em ruínas ou demolidas, uma grande quantidade de moradias que no passado abrigaram os colonos imigrantes e posteriormente a mão-de-obra assalariada. Em um país com déficit de 10 milhões de moradias (IBGE, 2010) e um outro tanto dependuradas nas encostas e morros ou atoladas nas várzeas dos rios urbanos esperando um verão menos amigável para se tornar espetáculo de tragédia, parece contraditório que tantas casas, muitas em boas condições, permaneçam desabitadas no campo.

A “modernização conservadora ou dolorosa” a que GRAZIANO DA SILVA (1982) se refere altera profundamente as relações entre trabalho e capital na agricultura brasileira, evidenciando a extensão do impacto das transformações na organização produtiva deste setor da economia produzindo, em uma de suas manifestações, trabalhadores sem trabalho e sem morada no campo.

Contrariando o discurso hegemônico circulante de que estamos diante de uma nova questão social, acreditamos que aquilo que de fato se manifesta é tão somente uma nova expressão das mesmas relações entre trabalho e capital, mediadas pela tecnologia e intervenção pública regulatória. Com toda capilaridade de penetração que lhe é inerente, o capitalismo, enfim, chegou de forma abrangente ao campo. Isto se expressa na organização da produção, no uso intensivo de insumos, máquinas, técnicas de produção e de gerenciamento corporativo com objetivo de produção crescente, nos mecanismos sofisticados de comercialização nacional e internacional e nas relações de trabalho, uma verdadeira febre produtivista. A regra é explícita: produzir mais com menor custo, porque o preço do produto é relativamente mais baixo por causa da

concorrência com outros mercados globais. Não há rincão do país que não esteja operando sob a batuta das leis de mercado (SANTOS, 2004).

É partindo deste pressuposto que queremos apre(e)nder, e possivelmente explicar, as alterações nos fluxos e utilização da força de trabalho no campo, principalmente na cafeicultura brasileira e, especialmente, na região em estudo do sul de Minas Gerais.

Para viabilizar-se com o novo produto de exportação no passado, a fazenda de café povoou a senzala com a mão-de-obra escrava por período de, aproximadamente, um século, enquanto foi possível manter a escravatura.

Esgotada a estratégia escravista, o movimento se deu *da senzala à colônia* e a busca por mão-de-obra imigrante em outro continente veio viabilizar o novo ciclo da produção de café, de então. (VIOTTI, 1982). A busca de *braços para a lavoura* foi tão intensa que, ainda que por acréscimo e de forma não deliberada, incorporou para sempre a nossa nação outras raças e culturas, primeiro, as do negro e depois, as do imigrante.

O termo colônia usada neste trabalho refere-se à moradia rural que serviu de início para abrigar os imigrantes, alemães e italianos, dentre outros, que vieram trabalhar nas lavouras de café no final do século XIX, em substituição aos trabalhadores escravos. Estes moravam na senzala, bem à vista e sentinela do senhor, com o propósito de se evitarem fugas e rebeliões. A senzala é a habitação contígua à casa-grande, muitas vezes no seu porão, enquanto a colônia fica mais adiante, em linha enfileirada ou dispersa pela propriedade. A expressão colônia dicionarizada na língua portuguesa vem do Latim, com mesma grafia *Colonia*, “terra com gente instalada, granja”, de *Colonus*, “pessoa instalada numa nova terra” deu entre nós *colono*, e de *Colere*, “habitar, cultivar, respeitar, guardar, que se transformou em colonizar” (FERREIRA, 1993). Também, entre nós, pertence à mesma etimologia a palavra Colônia, grafada em maiúscula, referindo-se ao Brasil enquanto domínio português.

Na agricultura atual, a mediação conflituosa entre tecnologia de produção e relações de trabalho generalizou a ocupação temporária no campo. Esta é a hipótese estruturante deste trabalho.

Para tanto, em primeiro lugar, este texto analisa as características da modernização da agricultura brasileira e suas relações com o coroamento do trabalho temporário, apreendidas no contexto dos conflitos sociais e econômicos, notadamente, a

partir das últimas décadas de 50 e 60. Nesse período criam-se as condições mais favoráveis para a intensificação do trabalho temporário, manifesto na pessoa do "boia-fria", do trabalhador volante, eventual e safrista.

Em segundo lugar, são analisadas as características estruturais da produção cafeeira no Brasil, e mais especificamente, a de montanha de Minas Gerais, privilegiando suas diferenças técnicas, regionais e sociais.

Em seguida, a partir de pesquisa de campo realizada em propriedades rurais, com trabalhadores e proprietários da região, discute-se a dinâmica do processo de esvaziamento das moradias rurais e sua substituição por outras relações de trabalho, mediadas agora, sobretudo, pela tecnologia modernizante da agricultura. E por final, discute o desenraizamento destes trabalhadores do campo, sem morada e sem trabalho fixo e apresenta algumas conclusões.

CAPÍTULO I

1- A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: A GENERALIZAÇÃO DO TRABALHO TEMPORÁRIO

"(...) a política industrial levará a agricultura a uma grande evolução. Esta adotará a policultura e a indústria desenvolverá seus setores, fazendo uma economia mista agricultura-indústria" (Roberto Simonsen, em 1930).

1.1- Trabalhadores temporários: banidos da lei pela própria lei

A eficácia jurídica do Estatuto do Trabalhador Rural⁽¹⁾ e do Estatuto da Terra⁽²⁾ é discutida por SILVA(1999) como contribuidores da *extinção* das relações de trabalho até então prevalentes no campo como o colonato, a parceria, o arrendamento da terra com pagamento em produtos ou serviços, a meiação, os sistemas de culturas intercalares às linhas dos cafezais, a cessão de áreas de plantio para culturas de subsistência. Para esta autora, a *expulsão* destes trabalhadores do campo deve ser interpretada, também, como decorrência dos conflitos sociais e políticos do processo de modernização da agricultura mediados pelo Estado, notadamente, a partir da década de 60.

Partilha de visão semelhante STOLCKE (1983), ao constatar que grande parte dos estudos acerca das mudanças nas relações de trabalho na agricultura em São Paulo reitera que a concentração da propriedade, o avanço da mecanização, o uso intensivo de insumos químicos, a implantação de culturas como soja, milho, pastagens, reflorestamentos com espécies exóticas, a erradicação de lavouras de café explicariam em grande parte o processo de *modernização trágica* da agropecuária brasileira com fortes consequências para os trabalhadores rurais. No seu entender, no entanto, tais mudanças não explicariam suficientemente este processo: a modernização da agricultura

¹ Estatuto do Trabalhador Rural instituído pela Lei n° 4.214 de 02 de Março de 1963.

² Estatuto da Terra instituído pela Lei n° 4.504 de 30 de Novembro de 1964.

deve ser apreendida, sobretudo, no contexto dos conflitos sociais e econômicos do período. Para tanto, basta lembrar a forte mobilização social e política da época traduzidas em:

[os] acontecimentos políticos, [as] pressões por reformas sociais e políticas advindas dos setores da esquerda, trabalhadores urbanos e rurais organizados em todo o país. As ligas camponesas do nordeste, os movimentos pela reforma agrária congregando elementos da igreja, partidos políticos, sindicatos, federações de trabalhadores agitaram a cena política do país, culminando na realização do Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas organizado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil), com considerável respaldo do governo João Goulart em 1961 (STOLCKE, 1986, p.213). Acréscimo nosso

Outra ocorrência importante desta natureza, no período, foi a criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) em 1963. Data deste ano também a criação do Estatuto do Trabalhador Rural; em 1964, a criação do Estatuto da Terra e, em 1965, a Criação do Código Florestal ⁽³⁾ e o Sistema Nacional de Crédito Rural⁴, todos editados em meio às turbulentas manifestações sociais da época. O que corrobora a ideia de concessões aos trabalhadores chanceladas por um Estado autoritário (a partir de 1964) que se traduziram na prática da época mais como meio de controle social sobre o setor agropecuário que o reconhecimento efetivo de seus direitos. Muitos desses direitos já haviam sido estabelecidos para os trabalhadores urbanos desde a década de 40 (Silva, 1999).

Pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desde 1943, os trabalhadores rurais haviam adquirido direito ao salário mínimo, férias anuais remuneradas e aviso prévio, mas estes direitos permaneceram letra morta no campo.

Assim, uma situação de permanente conflito existe em relação à maioria dos trabalhadores (representados pelos boias-frias) que não são enquadrados na regulamentação desta lei como trabalhadores rurais. Dessa sorte, o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais [*valor da época*]. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR [*Estatuto do Trabalhador Rural*] desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho (STOLCKE, 1986, p. 62). Grifo e acréscimo nosso.

³ Código Florestal instituído pela Lei nº 4.771 de 15 de Setembro de 1965.

⁴ Lei 4.829 de 25 de novembro de 1965. Institucionaliza o Crédito Rural.

O Estatuto do Trabalhador Rural também reconheceu a indenização por demissão sem justa causa, estabilidade no emprego, regulamentação do trabalho da mulher e da criança, mas estas conquistas também foram de poucos resultados práticos. Tal aparato jurídico contribuiu mais para *expulsar* os trabalhadores do campo que garantir seus direitos porque boa parte deles, os trabalhadores temporários, não foram abarcados por esta legislação. Para os proprietários rurais seria então menos oneroso contratar um trabalhador volante fora da lei que um trabalhador fixo em decorrência dos custos legais da contratação (Silva, 1999). O trabalhador temporário tornou-se ainda mais funcional à agricultura moderna: adequado à sazonalidade inerente à produção agrícola e fora do espectro de regulação da lei.

Assim conclui Stolcke: o Estatuto do Trabalhador Rural foi uma concessão moderada aos trabalhadores rurais, feita por um Congresso nitidamente conservador (1986, p. 218).

A vigência do Estatuto do Trabalhador Rural atravessa a década de 60, e dez anos mais tarde, será revogado pela Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973 que o substituiu sem, no entanto, regulamentar a situação dos trabalhadores volantes, embora agora faça referência a este tipo de trabalho:

Art. 14º Expirado normalmente o contrato, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

E o define no parágrafo único do mesmo artigo: *Considera-se contrato de safra o que tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária.*

Vale também registrar que esta lei designa a categoria de empregados rurais e não trabalhadores rurais:

Art. 2º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza *não eventual* a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Grifo nosso

É interessante observar que a lei na sua definição de empregado rural (e não trabalhador rural) desconsidera os serviços prestados de natureza eventual. A equiparação dos direitos entre trabalhadores permanentes e temporários vai ocorrer somente muito mais tarde, quando a Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008 *acrescenta*

artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, agora assim o nomeando:

São assegurados ao trabalhador rural contratado por pequeno prazo, além de remuneração equivalente à do trabalhador rural permanente, os demais direitos de natureza trabalhista (Art. 1º § 8º).

Observando este contexto, vale dizer que a regulamentação do trabalho temporário ocorre apenas recentemente, embora faça parte da estrutura do trabalho agropecuário.

A Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974 definiu o trabalhador eventual ou temporário como *aquela que não ultrapassava 90 dias de exercício contínuo de atividade*. Isto para o trabalhador urbano, porque não há referência neste documento ao trabalhador rural. O trabalhador rural temporário é chamado de safrista ou aquele que executa trabalho de pequeno prazo na Lei nº 5.889, de 1973, não havendo, contudo, qualquer regulamentação posterior.

Na literatura e na linguagem cotidiana, a nomenclatura para esta categoria de trabalhador passou por camarada, volante, temporário (o trabalhador nacional, não escravo, nem imigrante que também prestava serviços eventuais no campo) o boia-fria (aquele que, já morando nas cidades, se dirigia ao campo para trabalhos também eventuais nas colheitas de laranja, cana e café no centro sul do Brasil).

Entretanto, seja qual for a nomeação que se usa, o que ocorreu efetivamente é que os proprietários substituíram o trabalho de seus colonos por trabalho assalariado temporário, procurando manter a liberdade de contrato que estavam ameaçados de perder com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963. Este surgiu de grandes divergências. Foi editado como resultante do processo de crescente polarização quanto à questão da reforma agrária, ocorrido no final dos anos 50 e início da década de 60 (Stolcke, 1986).

Ainda segunda a autora, até os primeiros anos da década de 60,

(...) através de seus representantes no Congresso, os proprietários tiveram sucesso em impedir qualquer tentativa de estender a legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. No entanto, quando a reforma agrária tornou-se a questão central, o Estatuto pareceu um mal menor e foi legalmente instituído, numa medida paliativa que procurava conter a agitação no campo (STOLCKE, 2006, p. 8).

Os governos militares pós-1964 mantiveram a legislação. Com isso os proprietários utilizaram-se da brecha legal oferecida pelo Estatuto e, na medida em que o avanço das técnicas de produção da lavoura o permitia, “*substituíram trabalhadores*

permanentes, inclusive colonos, por trabalhadores volantes que não têm direito à estabilidade no emprego e não precisam ser indenizados em caso de demissão". A estabilidade e indenização foram os dispositivos que geravam mais conflito e foram os mais objetados pelos proprietários *"porque afetavam sua liberdade de contratar e demitir discricionariamente"* (STOLCKE, 2006, p. 10).

O eixo estruturante do colonato na cafeicultura era a associação entre o café, o trabalho familiar e a roça de subsistência, permitindo assim um misto de remuneração monetária e não monetária ao trabalhador. Desta forma, à medida que se produzia alimentos, estruturava-se o mercado de trabalho livre para a lavoura de café, desde o fim da escravatura (VANGELISTA, 1991; VIOTTI DA COSTA, 1982). Foi uma estratégia eficiente na medida em que permitia certa flexibilidade na gestão do custo da mão de obra para as plantações. Através de alterações nas condições de plantio de alimentos, os proprietários podiam alterar os salários monetários e interferir na oferta de mão-de-obra. Os preços baixos do café tendiam a provocar uma diminuição dos salários monetários, compensada por concessões mais favoráveis nas roças de subsistência, especialmente aquelas implantadas de forma intercalar aos cafeeiros. Preços mais altos promoviam um movimento contrário.

A produção intercalar tinha forte presença do trabalho das mulheres e crianças que estava embutido no trabalho do colono, por meio do contrato familiar. O Estatuto previa contrato individual de trabalho, portanto, o trabalho das mulheres e crianças tinha que ser individualizado. Ora com isso o colonato não tinha mais razão de ser. Essas leis, na verdade, regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas que pretensamente deviam proteger. Na verdade, criam-se as condições mais favoráveis para a intensificação do trabalho temporário, na pessoa do "boia-fria", do trabalhador volante, eventual, banido da lei pela própria lei. E nos dizeres de Silva, *o trabalhador rural, colono, arrendatário, parceiro, sitiante é substituído pela volante, eventual, ocasional* (1999, p. 64).

O Estatuto da Terra, do mesmo período, regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola. Neste documento se prevê que a reforma agrária só se aplicaria nas terras particulares, "em caráter prioritário, nas zonas críticas ou de tensão social" (Artigo 15). Ou ainda, por meio do Artigo 14, em que o poder público

encorajaria a expansão e criação das empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas cuja finalidade é o desenvolvimento agrícola, extrativo e agroindustrial. Olhando com olhos de hoje, pode-se dizer categoricamente que a estrutura fundiária no período não sofreu alterações, ao contrário, o processo de concentração da terra se intensificou após este período (Delgado, 1985).

Como síntese, podemos afirmar que a modernização da agricultura brasileira teve como apoio estes dois dispositivos jurídicos na década de 60, o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, que mais contribuíram para a expulsão do campo de colonos, meeiros, parceiros, arrendatários, sitiantes, rompendo com as relações que os prendiam aos seus patrões nas velhas formas de produzir. O colonato, a morada na fazenda, a parceria, já nesta época, estão condenados a desaparecer como forma de relação de trabalho. Ocupa o seu lugar o trabalhador temporário, volante, boia-fria, livre, mais proletarizado, que não pertence a nenhum patrão específico, pois pertence a qualquer um deles, que, no entanto, nem sempre pode e está disposto a contratá-lo.

1.2. A formação dos complexos agroindustriais: da dinâmica da inércia à dinâmica industrial

No senso comum a imagem que se tem do campo e de suas populações ainda alimenta um imaginário social de certo encantamento do mundo que posto em confronto com a realidade não se sustenta. A crescente racionalização e desencantamento do mundo rural se dão como processo amplo e generalizado. As técnicas modernas de produção agropecuária, a mecanização e os controles crescentes das suas etapas, a monetarização das trocas econômicas, o trânsito global das mercadorias e insumos, o gerenciamento técnico do negócio, a regulação dos espaços rurais com fins preservacionistas, tudo isso aproxima a atividade rural da atividade urbana conferindo-lhe um caráter de impessoalidade e instrumentalidade. O capitalismo, ainda que em expressão tardia, também abrangeu o campo.

Já em 1898, Kautsky (1986) faz uma indagação instigante para a análise da agricultura dentro do capitalismo. “*Se o capital se apodera da agricultura, como ele o faz?*” Esta é a inquietação deste autor quando levanta a hipótese de que o capital transforma as velhas formas de produção rural, os sistemas de propriedade no campo e

altera as relações de trabalho. Resumidamente: se o capital se apodera da agricultura, de que formas isso ocorre?

O que Kautsky faz é uma leitura da agricultura alemã no final do Século XIX, mas pode-se afirmar que ele tem uma visão antecipada do que seriam mais tarde as relações entre agricultura e indústria. O capitalismo vai, ao longo do século XX, se alastrando para dentro da agricultura, revolucionando suas formas de produzir, tornando-a dependente e integrada às atividades industriais. (MARTINS, 2006)

As grandes transformações ocorridas nos processos de produção agropecuária brasileira ao longo do século passado, notadamente a partir da sua segunda metade, são reconhecidas nas ciências sociais, não sem polêmicas, pela expressão *industrialização da agricultura*. Alguns autores expuseram as características fundamentais deste movimento ABRAMOVAY, (2008); GRAZIANO DA SILVA, (1982; 1996; 2001); GUIMARÃES, (1979); KAGEYAMA et al, (1990); MÜLLER, (1989); SILVA, (2008) SZMRECSÁNYI, (1990). O consenso que circula neste conceito é o de que a modernização significa que, a partir dos anos 50-60 do século XX, se incorporou, intensivamente, às atividades agrícolas procedimentos próprios aos processos industriais, financeiros e comerciais prevaletentes.

De fato, a agricultura deixou de produzir apenas produtos básicos para consumo final para se tornar uma atividade produtora de bens intermediários para outros setores, ao mesmo tempo em que se tornou mais dependente da compra e uso de bens, insumos e serviços. Para KAGEYAMA et al, (1990), a modernização agrícola, com sua base técnica, vinculou a agricultura à indústria como consumidora de seus produtos e fornecedora de outros, além de incorporar processos e modelos de produção. Daí o conceito industrialização da agricultura expressar esta mudança de base técnica, de meios e de fins.

Assim, a modernização da agricultura designa as mudanças nas técnicas da produção agrícola proporcionada pela utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos como fertilizantes e defensivos químicos, o uso de variedades e raças melhoradas geneticamente, o conhecimento de manejo do solo, da água e do clima com estratégias avançadas de gestão.

O resultado é que o processo de integração entre agricultura e indústria estrutura um novo padrão agrário em que o campo se constitui em mais um elo da

dinâmica produtiva da sociedade e seu território passa a ser comandado pela lógica expansiva das relações capitalistas.

Para designar a intensa integração técnica e produtiva entre a agricultura e a indústria, GUIMARÃES, (1979) utilizou o conceito de Complexos Agroindustriais. O termo já teria sido utilizado por François Perroux (1960 e 1967) e Hirschman (1960). Para ele, a evolução das forças produtivas industriais teria impactado os processos modernos da produção agrícola. Ao avanço dos conhecimentos técnicos da indústria, corresponderam extraordinários ganhos quantitativos e qualitativos da produção agrícola. No passado, a agricultura serviu de mercado consumidor para manufaturas da Revolução Industrial, agora, a partir da segunda metade do século XX: “(...) é o desenvolvimento industrial o responsável pela dinâmica do desenvolvimento agrícola”. (GUIMARÃES, 1979, p. 83).

Para este autor, a transformação da produção agrícola em complexos agroindustriais significaria o processo final da integração agricultura indústria. Assim ele explica essa transformação:

“Com a implantação de um parque industrial de grande magnitude, especializado na produção de equipamentos e insumos agrícolas (...), cria-se uma situação qualitativamente diferente, que se caracteriza pela dependência cada vez maior da agricultura à grande indústria (e paralelamente ao grande capital urbano-industrial), *pela integração das duas atividades através de vínculos contratuais ou orgânicos*, e que conduzem à formação do complexo agroindustrial” (GUIMARÃES, 1979, p. 92). Grifo nosso.

O complexo agroindustrial moderno significaria na expressão de KAUTSKY (1986) a “supressão do divórcio entre indústria e agricultura”, que dada a especificidade da produção agrícola, não pode ser completa, como discutiremos ainda neste texto.

No Brasil, a existência de um complexo rural antecederia aos complexos agroindustriais, na visão de KAGEYAMA, (1990), e GRAZIANO DA SILVA, (1996). Neste, a atividade agrícola se ordenaria em torno dela mesma mantendo relações menos expressivas com o meio externo, a não ser com o mercado para seu produto, em geral único, como foi o caso do café. No complexo rural, a unidade de produção teria alto grau de autonomia e reprodução própria, produzindo seus próprios insumos e se valendo essencialmente de terra e trabalho como fatores de produção. Existiria uma dinâmica pouco propensa a mudanças técnicas, próxima da inércia.

O baixo dinamismo se aplica, no entanto, apenas à baixa propensão ao uso de técnicas inovadoras da produção, que foi fundada, essencialmente, nos fatores terra e trabalho, sendo inadequado para expressar os efeitos do complexo rural sobre a economia como um todo.

Analisando *os efeitos de encadeamento* sobre a economia do complexo cafeeiro fluminense, de 1850 a 1920, Melo afirma que “o crescimento das exportações de café possibilitou o desenvolvimento dos transportes, cidades e formação de capital que se consubstanciou em casas comerciais, bancos e nas pioneiras indústrias nacionais” (1993, p. 213).

Assim a autora descreve o efeito de encadeamento da economia do café sobre o restante da economia:

“A partir de 1850 até o final do século, os capitais gerados no interior da economia cafeeira construíram estradas de ferro, revolucionando os meios de transporte da sociedade. Os trilhos criaram a unidade regional porque asseguraram o escoamento e lucratividade da produção agrícola, transformando o terreno acidentado fluminense em artérias por onde fluíam as mercadorias e riquezas e consolidaram a firme posição da cidade do Rio de Janeiro como centro econômico de toda a região” (MELO, 1993, p. 214).

SANTOS et al também mensuram os efeitos de encadeamento do setor de produção e processamento de café sobre a economia mineira, com indicadores de 1995, utilizando uma *abordagem matriz insumo-produto*. Para eles,

[o encadeamento do] (...) setor de produção de café encontra-se acima da média da economia, apresentando maiores encadeamentos para trás e para frente. Já o setor de processamento de café possui forte poder de encadeamento apenas para trás. Pela análise dos multiplicadores, observou-se que o setor de produção do café apresentou os melhores resultados em termos de geração de produto e renda, enquanto a indústria de café, em termos de produto e emprego (2009, p. 21).

A expressão dinâmica da inércia pode-se referir, contudo, com mais propriedade à agricultura de produção de alimentos que se constitui de forma secundária no Brasil até as décadas de 50 e 60 do século XX. Sintomáticos são os notórios *movimentos contra carestia de preços dos alimentos*, até então, exigindo constante intervenção governamental.

Para qualificar o complexo rural do café, a metáfora da inércia aplica-se, adequadamente à característica de lenta incorporação da inovação técnica aos meios de produção e à qualidade do produto. Muito provavelmente, isto seja devido à abundância dos fatores terra e trabalho e através da associação de interesses da grande propriedade e

plantação, permitindo a manutenção das circunstâncias locais de domínio e desigualdades, como se tenta discutir nos Capítulos II e III deste trabalho.

O complexo rural do café propiciou um efeito dinamizador da economia brasileira manifesto no crescimento das cidades, no surgimento de pequenas manufaturas produtoras de máquinas, na viabilização de oficinas de reparos e manutenção. Juntamente com o complexo do algodão (este em menor escala), o complexo cafeeiro consolidou uma indústria têxtil nacional e deu início à produção de bens de consumo leves que representou uma incipiente substituição de importações, já antes de 1930 (Kageyama et al, 1990). Inércia mesmo, somente na adoção de inovação e tecnologia na lavoura.

No entanto, se a crescente racionalidade produtiva manifesta-se no uso intensivo de técnicas modernas de produção e controle, a partir dos anos 50 do século passado, aproximou a agricultura dos processos de produção industrial, no entanto, o *divórcio entre agricultura e indústria* não foi totalmente suprimido porque a dependência de fatores naturais imprime à primeira uma singularidade que impede o total controle externo de suas atividades. O clima, os solos, a topografia, os ciclos biológicos das plantas e das criações continuam determinando, mesmo que relativizados, *um tempo de plantar e de colher* que pouco se submete ao controle humano externo, praticamente total no processo industrial. No dizer de MARTINS:

A relação trabalho-natureza apresenta uma importante especificidade que não pode ser descartada: a transformação da matéria prima em mercadoria não é realizada exclusivamente pelo trabalho humano, mas sim através da combinação de seu exercício com o ritmo biológico das forças naturais. (2006, p. 3).

Todavia, é preciso reconhecer que os incrementos tecnológicos incorporados à agricultura foram decisivos para a relativização das *barreiras naturais* que se colocavam à sua produção intensiva (MARTINS, 2006, p. 3).

De qualquer forma, é notória a concepção de que há uma estreita relação de dependência entre o padrão agrícola moderno e a indústria. Muito mais do que o simples consumo de bens industriais a agricultura moderna perde a autonomia de seu próprio desenvolvimento, submetendo-se às demandas dos setores industriais. A indústria estabelecerá as formas e o ritmo das transformações da produção agrícola. Esta submissão é assim notada por GRAZIANO DA SILVA:

“A constituição dos CAIs e a industrialização da agricultura passam a ser os novos determinantes da dinâmica da agricultura. (...) A partir desse momento o desenvolvimento da agricultura não é mais autônomo, mas passa a depender da dinâmica da indústria; não se pode mais falar da agricultura como “grande setor” na economia (como na divisão tradicional agricultura-indústria-serviços), porque grande parte das atividades agrícolas integrou-se profundamente na matriz de relações interindustriais, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta.” (1996, pp. 32-33)

Outros autores que abordam o tema são KAGEYAMA et al (1990). Eles atribuíram ao conceito de industrialização da agricultura a capacidade de elucidar as semelhanças entre estes setores de produção, demonstrando suas interdependências decorrentes de um processo intenso de expansão capitalista. Tanto na compra de insumos da indústria, que se tornaram necessários ao processo de produção agrícola, como na produção de matérias-primas, a agricultura estaria se submetendo às formas e padrões de produção industrial, num processo constante de aproximação de suas relações sociais de produção. Segundo os autores:

“O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias” (KAGEYAMA et al., 1990, p. 114).

Outro autor que também aborda o assunto é SZMRECSÁNYI (1990). Ele reconhece que há uma aproximação intensa entre os processos produtivos da agricultura e indústria, mas entende que o que ocorre, de verdade, é de alcance mais limitado.

Fala-se em adaptação em vez de incorporação porque não se trata, no caso do setor agropecuário, de uma simples mecanização dos processos produtivos, da mera substituição do trabalho pelo capital ou da simples troca de insumos intra-setoriais por insumos extra-setoriais. Não obstante todas as mudanças na tecnologia, nos processos e nas relações de trabalho, as plantas e os animais, bem como os solos de que tanto estes como aqueles ainda dependem, continuam sendo os principais meios de produção do setor agropecuário (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 72).

Em síntese, a agricultura tende a transformar-se em indústria por meio do progresso técnico, mas, conforme observa o autor, não viria a ser um ramo industrial como os demais, porque dificilmente isto aconteceria por completo, dadas as especificidades inerentes à produção agrícola.

1.3- A insuficiência do conceito: limites das interpretações baseadas na abordagem conceitual da industrialização da agricultura

A aproximação entre agricultura e indústria no Brasil ocorreu, sobretudo a partir dos anos 50 do século XX, através da associação de interesses da grande

propriedade agrícola permitindo a manutenção das circunstâncias locais de domínio e desigualdades sociais, constituindo o que GRAZIANO DA SILVA (1982) chamou de *modernização conservadora*, ou que STOLCKE (1986) denominou *modernização trágica*. Para estes autores, não passaram despercebidas as profundas alterações nas relações de trabalho desencadeadas pela modernização da agricultura.

O consenso de que as mudanças nas formas de produção agropecuária são decorrentes de apropriações das técnicas e conhecimentos gerados pelas ciências e indústria modernas é indicativo da validade desta categoria conceitual, mas não deve negligenciar a necessidade de se considerar os homens e suas lutas nesta história. E neste caso, o consenso é menor.

A modernização da agricultura brasileira não significou apenas mudanças tecnológicas na estrutura produtiva do campo, mas também operou de forma seletiva, restringindo, por muito tempo, o acesso de milhões de produtores às formas modernas de produção. Permitiu aos grupos mais dinâmicos o acesso privilegiado aos recursos públicos disponibilizados, via crédito rural, muitas vezes subsidiado, em políticas públicas modernizantes do campo. O Sistema Nacional de Crédito Rural, desde 1965, ano da sua criação, privilegiou seletivamente os médios e grandes produtores até seu esgotamento na década de 80, com a crise fiscal do Estado brasileiro. Somente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, é que uma política pública passa a atender os agricultores da agricultura familiar, em sua quase totalidade, pequenos e médios produtores.

A modernização agrícola, todavia, não foi capaz de incluir milhões de agricultores no extraordinário mercado que representa o complexo agroindustrial no Brasil. A prova disso está na geografia da miséria, que segundo dados do IBGE (2010), localiza-se, de forma proporcional, prevalecente, no campo.

Considerando o critério de renda mensal por pessoa da família de até R\$ 70,00/mês para delimitar o nível de miséria, existiam 16.267.197 de pessoas em 2011, ou 8,5% da população brasileira nesta categoria. Elas são 5,4% dos moradores das cidades e 25,5% dos moradores do campo. São 7.593.352 pessoas com renda mensal abaixo da linha de miséria morando no campo para 8.674.845, morando nos centros urbanos. É preciso levar em conta que 85% da população brasileira é urbana. Estas

peças são presentes em todas as regiões, com forte predominância no Nordeste, conforme tabela abaixo.

Tabela 1- Geografia da miséria no Brasil

Unidade da Federação e Brasil	Nº de pessoas com renda inferior a R\$70,00/ mês	Pessoas com renda inferior a R\$70,00/mês (%)
Nordeste	9.609.803	18,1
Centro-Oeste	557.449	4,0
Norte	2.658.452	6,7
Sudeste	2.725.532	3,4
Sul	715.961	2,6
Brasil	16.267.97	8,5

Dados: IBGE Censo 2010. Elaboração própria.

É sensato considerar que a miséria tem determinação multicausal, não se devendo, portanto, atribuir somente às relações de produção no campo a origem do seu infortúnio. Todavia, não é prudente desconhecer a coincidência desta geografia: predominantemente, a face da miséria no Brasil é rural.

Pode-se inferir, portanto que as mudanças extraordinárias de natureza técnica e econômica por que passou a agricultura brasileira deixaram à margem centenas de milhares de pequenos agricultores que não se integraram aos padrões de produção da agricultura mais moderna capitalista. Ademais, o padrão de trabalho sazonal inerente às atividades agrícolas acentuou-se com o avanço das técnicas mais modernas de produção, precarizando ainda mais o trabalho rural.

Uma limitação ao conceito de industrialização da agricultura correlaciona-se com a estrutura do trabalho rural. No campo, a demanda por trabalho segue o ritmo dos ciclos naturais das plantas, dos animais e do clima, das estações do ano. Por isso, ela é inconstante, irregular, dependente da variação dos ciclos das plantas e dos animais. Os processos biológicos, além do trabalho humano, participam da produção, por isso esta é bastante dependente da natureza.

Ao se observar as características do trabalho rural, temos de ter em mente que as análises sobre o mercado de trabalho urbano não servem para o agrícola, pois este tem uma especificidade muito própria. Na agricultura o trabalho não é como aquele que se faz na fábrica ou na oficina. Ele não é o trabalho padronizado, contínuo, previsível, linear e relativamente independente dos ciclos naturais. O trabalho agrícola é sujeito ao ciclo de vida de cada planta, sujeito às intempéries climáticas e, principalmente, sujeito às épocas do ano, de frio, de chuvas, de sol intenso ou de geada. Estes fatores implicam que na agricultura a demanda por trabalho não seja regular ao longo do ano agrícola e nem de um ano para outro, fazendo o tipo e a quantidade de trabalhos requeridos ao longo do processo de produção variar muito ao longo do ano e de ano para ano (TESSARI, 2010, p.76).

Portanto, a especificidade da produção agrícola, mais dependente da natureza que a indústria, imporá limites à completa integração entre estes dois setores da economia, a despeito de sua aproximação nos últimos tempos.

Certo otimismo, segundo VEIGA (2007), acompanha as discussões acerca da industrialização da agricultura. Para ele, os limites que a natureza impõe à produção agrícola também limitam a sua completa associação à indústria. Nesta, o trabalho humano, seguindo processos rigidamente controlados, transforma matéria-prima em produto. Na agricultura isso não ocorre por completo. É o que também compreende MARTINS,

[na agricultura] o trabalho humano sustenta ou regula condições específicas sob as quais as plantas crescem e se reproduzem. A etapa de transformação neste processo estaria necessariamente sob o comando de mecanismos orgânico-naturais e não do trabalho humano (2006, p. 7) Acréscimo nosso.

Assim, pensar a industrialização da agricultura como um processo técnico, cultural, social e econômico de incorporação completa da lógica produtiva industrial pela agricultura é deixar de considerar, dentre outros aspectos, a dimensão ambiental que está imbricada na produção. A agricultura, para estes autores, jamais poderia ser completamente industrializada.

A pertinência do conceito e sua relativização para expressar a aproximação entre agricultura e indústria segue em VEIGA (2007). Ele reconhece a utilidade da noção de Complexos Agroindustriais no desvelamento das relações entre agricultura e indústria, no entanto, toma de GOODMAN, SORJ E WILKINSON (1990) os conceitos de apropriação e substitucionismo para explicar melhor a aproximação entre os processos produtivos, agrícola e industrial. O primeiro designa o movimento de incorporação industrial de aspectos ou partes do processo de produção agrícola,

superando as restrições ambientais. O segundo compreende o processo de substituição do produto agrícola por produtos industriais. O substitucionismo pode ser notado no desenvolvimento crescente de certos produtos da indústria alimentícia que mantêm pouca ou nenhuma relação direta com os produtos agrícolas. São completamente artificializados.

O apropriacionismo pode ser notado no desenvolvimento crescente da agricultura de precisão, por exemplo, que empresta da indústria processos automatizados para a produção agrícola.

Convém registrar que a biotecnologia tem se transformado em significativo avanço na capacidade que os capitais industriais têm de ampliarem seu controle sobre o ciclo natural da produção agrícola.

Tal avanço marcaria o surgimento de uma etapa de manipulação industrial generalizada da natureza sob o comando da engenharia genética, possibilitando assim o reforço dos padrões de apropriacionismo e substitucionismo na agricultura moderna (MARTINS, 2006, p.8).

O substitucionismo tem criado a oportunidade de a biotecnologia distanciar a indústria alimentícia da agricultura convencional, fazendo uso de tecnologia que manipula processos químicos e de “ambientes artificiais” para a produção de alimentos, também bastante artificiais.

No dizer de MARTINS, “este fato poderia vir a romper conexões estratégicas de cadeias agroalimentares, gerando uma espécie de trivialização do produto agrícola” (2006, p.8).

Vale pensar esta *modernização da modernização* no movimento descrito acima, observando-se em outra direção com o intuito de se apreender os conflitos inerentes às formas de produção no campo. Em sentido contrário ao acima exposto, há uma expressiva corrente na sociedade brasileira e mundial que tem orientado suas decisões de produção e consumo para produtos orgânicos, produzidos de formas mais sustentáveis e utilizando-se processos, notadamente, mais tradicionais.

O posicionamento de Caio Prado Jr é oportuno para a lembrança do fundamento capitalista:

(...) é preciso não confundir capitalismo com tecnologia desenvolvida. Essa confusão é insinuada e estimulada por concepções apologéticas do capitalismo (...). Mas o que caracteriza essencialmente o capitalismo como sistema econômico e social, são as relações de produção e trabalho em que os fatores ou bens de produção, ou que

concorram na produção de mercadorias (instrumentos de produção e máquinas, matéria-prima a ser elaborada etc., e particularmente força de trabalho empregada na produção), são mercadorias que se compram e vendem, e [são] privadamente apropriadas: a força de trabalho, pelo trabalhador; as demais, pelo capitalista e empresário da produção. O capitalismo é assim, não importando essencialmente a tecnologia empregada na produção (PRADO JR, 1977, p. 99).

Repensando os dizeres de Kautsky de 1898, se o capitalismo apodera-se da agricultura em que sentido o faz? Uma das respostas poderia ser: transforma tudo em mercadoria, mas possivelmente não faz isso em um único sentido. A valorização dos produtos naturais e formas mais sustentáveis de produção agropecuária, o que também certamente faz parte de uma estratégia capitalista, alimenta a percepção de que o capitalismo apodera-se do campo, mas em diferentes trajetórias, apenas aparentemente contraditórias.

Possivelmente, uma das maiores mudanças que a modernização da agricultura promoveu na estrutura social do campo foi a diminuição da população e do emprego rural com, praticamente, a extinção do colonato e outras formas de parceria e a precarização, maior ainda, do trabalho rural com acentuação da sazonalidade das ocupações.

E, se de acordo com MARX (1999), o trabalho é a categoria privilegiada e estruturante para se compreender as manifestações fundamentais das formas de reprodução social em realidades históricas específicas, pode-se considerar pertinente a tentativa de apreensão das determinações entre modernização da agricultura e relações de trabalho. Esta é a hipótese estruturante deste texto, ao analisar o caso das interações entre relações de trabalho e modernização da base tecnoeconômica da cultura do café no sul de Minas Gerais.

CAPÍTULO II

2- CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL E NO SUL DE MINAS GERAIS

- Pai, o café está ruim de preço e o senhor ainda vai plantar mais?

- Some daqui menina!

Enquanto a mocinha, agora prudente, dá meia-volta ligeira e retira-se, o pai responde para si mesmo em voz alta:

-Eu prefiro estar mal com o café que estar mal sem ele.

(Conversa entre um pequeno produtor e a filha de 13 anos, em um viveiro de café, no município de Guaraniésia-MG, em maio de 1968)

2.1- Delineando a estrutura da atividade cafeeira no Brasil e no Sul de Minas Gerais

A cafeicultura brasileira confunde-se com o próprio desenvolvimento do país até meados do século passado. Desenvolvimento, no dizer de Milliet, marcado por “grandezas e decadências que se ligam de um modo direto à grandeza e decadência do café” (1982, p. 32). Com a implantação do modelo nacional-desenvolvimentista de substituição de importações, a profunda diversificação e modernização da agropecuária, a chamada *revolução verde*, o café passa a ter menor importância relativa na economia brasileira, mas continua detentor de forte protagonismo econômico e social nas regiões em que é produzido. Mesmo com o intenso crescimento e ampliação da disponibilidade de produtos da agropecuária, para o consumo interno e para as exportações, o café apresenta ainda números muito significativos para a economia nacional.

Representou 3,37% das exportações totais brasileiras em 2011 e 11,6% das exportações da agropecuária, foi o 5º produto na lista das exportações deste setor com o valor de UU\$ 8.732.837, atingiu 33,22% da produção mundial e participou com 32,84% das exportações mundiais (BRASIL, 2012).

De acordo com ESALQ/CEPEA (2012) e BRASIL (2012), temos, no país hoje, 286.843 estabelecimentos produtores de café, em 1900 municípios, que geram 8,4 milhões de empregos diretos e indiretos.

De acordo com Censo Agropecuário IBGE de 2006, havia 1.896 924 pessoas ocupadas diretamente com a cultura. O Censo de 1996 indicava 2.000 046 pessoas e o de 1985, o total de 2.660 130 pessoas. Percebe-se pela série que, em 21 anos, houve redução no número de pessoas empregadas, causada, muito provavelmente, pela adoção da mecanização da cultura. Mas ainda assim, representa um número muito elevado, levando-se em conta que hoje os trabalhos no campo no Brasil envolvam aproximadamente 16 milhões de pessoas.

LANNA (2010) demonstra que, a cada R\$ 1.000 000 de investimento na cafeicultura, são criados 194 empregos permanentes, característica sem paralelo com qualquer outra atividade, evidenciando ainda hoje, sua forte capacidade demandadora de mão-de-obra.

A cultura do café está estruturalmente ligada à pequena e média propriedade rural como indicam os dados da Tabela 2. Os estabelecimentos produtores de café nas categorias de a 0 a 10 ha e de 10 a 20 ha juntos representam 50,77% do total da área plantada, 83,27% do número total de estabelecimentos e de 48,14% da produção.

Grande parte dos pequenos e médios produtores de café de Minas Gerais não se enquadra na categoria agricultores familiares. O inciso II do Decreto N^o 11.226/2006 condiciona a agricultura familiar ao produtor que “utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”. A utilização intensiva de mão de obra na colheita dificulta o atendimento desta condicionalidade.

A cafeicultura é uma das atividades agrícolas mais demandadoras de mão-de-obra. Estudos demonstram que para instalação, manutenção e colheita de 1 (um) ha de café são necessário 80/90 dias/ homens/ano.(França, 2009). Portanto, um produtor com área plantada de até 20 ha vai demandar aproximadamente 1600 a 1800 dias homens/ano. A maior demanda por trabalho concentra-se na colheita, que é a etapa de menor possibilidade de mecanização na cafeicultura de montanha, exigindo a contratação de mão-de-obra suplementar, o que o descaracteriza como produtor familiar. Isto, em boa parte, explica a baixa utilização de linhas de crédito do PRONAF para a cafeicultura, embora os produtores de café arábica com áreas plantadas de até 20 ha sejam 83,06% dos produtores brasileiros de café (Tabela 2); 83,27% dos produtores de Minas Gerais (Tabela 6) e sejam 90%, 85,7%, 81,9% dos produtores associados

respectivamente às Cooperativas de Cafeicultores de Boa Esperança, Guaxupé e São Sebastião do Paraíso (todas do sul de Minas Gerais) (Tabela 8).

No entanto, pode se observar na Tabela 2 que 22,56% da produção de café em 2012 provêm dos estabelecimentos com áreas acima de 100 ha, que no caso da cafeicultura, possuem características empresariais. Se somarmos a esta categoria os estabelecimentos de 50 a 100 ha, teremos 34,60% da produção de café proveniente de médias e grandes propriedades, em 2006. Nestas a mecanização dos tratos culturais e colheita têm se dado com maior intensidade, indicando a tendência de redução do uso da mão de obra na cafeicultura, como indicamos neste trabalho.

Tabela 2 - Estabelecimentos produtores de café arábica e robusta no Brasil, em 31.12.2006.

Categoria do estabelecimento (em ha)	Nº de estabelecimentos		Área plantada (ha)		Produção (sacas 60 kg)		Produtividade (sacas/ha)
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	
0 a 10	220.554	76,89	751.670	37,13	13.829.304	35,15	18,4
10 a 20	18.306	6,38	276.099	13,64	5.109.256	12,99	18,51
20 a 50	9813	3,42	322.856	15,95	6.793.175	17,27	21,04
50 a 100	2781	0,97	206.170	10,19	4.736.613	12,04	22,97
Maior que 100	1656	0,58	352.408	17,41	8.8777.584	22,56	25,19
Sem declaração	33	11,76	114.969	5,68	-	-	-
Total	286.843	100	2.024.172	100	39.345.932	100	19,43

Fonte: IBGE. Censo agropecuário 2006. Elaboração própria.

Em Minas Gerais, a cafeicultura é a principal atividade agrícola do estado, com 33,26% do PIB agrícola). Gera 4,6 milhões de empregos diretos e indiretos (RUFINO e VILELA, 2010). Conta em 2012 com área de 1.032.530 ha cultivados e o número de 3.182.744.000 de plantas (BRASIL, 2012).

No Sul de Minas Gerais, encontra-se aproximadamente 50% da cafeicultura do estado, em 519.298 ha cultivados com 1.557.894.000 plantas, implantados em 104.939 propriedades rurais, distribuídas por 697 municípios mineiros, nos quais

predominam vários sistemas de produção. A cafeicultura desta região está implantada em encostas, montanhas e chapadas de altitudes, em geral acima de 800m. E, à semelhança com a Zona da Mata, a região tem a cafeicultura como atividade econômica desde a segunda metade do século XIX, a mais antiga do Brasil (RUFINO e VILELA, 2010).

Embora preponderante em Minas Gerais, no Brasil a cafeicultura também se constitui em importante atividade agrícola, ocupando significativa área plantada, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3- Situação do parque cafeeiro, por regiões produtoras no Brasil, em 2011 e 2012.

Unidades da Federação e Região	Parque cafeeiro					
	Safrá 2011		Safrá 2012		Variação %	
	Área (em ha)	Nº plantas	Área (em ha)	Nº plantas	(3) / (1)	(4) / (2)
	(1)	(2)	(3)	(4)		
(em ha)	(x 1000)	(em ha)	(x 1000)			
Minas Gerais	1.000.869	3.083.159	1.032.530	3.182.744	3,2	3,2
- Sul e Centro-Oeste	505.201	1.515.603	519.298	1.557.894	2,8	2,8
-Cerrado, Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	161.105	563.867	170.308	596.078	5,7	5,7
- Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	334.563	1.003.689	342.924	1.028.772	2,5	2,5
Espírito Santo	452.527	1.157.524	451.157	1.205.590	-0,3	4,2
São Paulo	169.538	471.780	169.538	471.780	-	-
Paraná	74.752	241.700	69.489	222.000	-7	-8,2
Bahia:	138.834	316.439	138.213	320.014	-0,4	1,1
-Cerrado	11.557	63.561	12.918	71.046	11,8	11,8
- Planalto	102.338	199.559	100.861	196.679	-1,4	-1,4
- Atlântico	24.939	53.319	24.434	52.289	-2,0	-1,9

Rondônia	153.391	251.868	143.126	224.708	-6,7	-10,8
Mato Grosso	19.899	47.925	20.828	48.320	4,7	0,8
Pará	10.448	23.281	10.185	22.713	-2,5	-2,4
Rio de Janeiro	12.864	26.937	13.242	28.808	2,9	3,2
Outros	23.300	59.648	22.883	62.242	-1,8	4,3
Brasil	2.056.422	5.680.261	2.071.191	5.787.919	0,7	1,9

Fonte: MAPA 2012. Adaptação própria

Tabela 4- Parque cafeeiro e produção de café beneficiado - Safra 2011

Unidades da Federação Região	Parque cafeeiro				Produção			Produti- vidade
	Em formação		Em produção		(mil sacas beneficiadas)			
	Área (em ha)	Nº plantas	Área (em ha)	Nº plantas	Arábica	Robusta	Total	Sacas/ha
	(em ha)	(x 1000)	(em ha)	(x 1000)				
Minas Gerais	136.435	489.128	1.000.869	3.083.159	21.882	299	22.181	22,16
- Sul e Centro-Oeste	77.692	271.922	505.201	1.515.603	10.442	-	10.422	20,67
- Cerrado, Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	23.211	92.843	161.105	563.867	4.001	-	4.001	24,83
- Zona da Mata, Mucuri, Jequitinhonha, Rio Doce, Central e Norte	35.532	124.363	334.563	1.003.689	7.439	299	7.738	23,13
Espírito Santo	34.737	118.775	452.527	1.157.524	3.079	8.494	11.573	25,57
São Paulo	13.238	45.270	169.538	471.780	3.111,5	-	3.111,5	18,35
Paraná	16.658	45.600	74.752	241.700	1.842	-	1.842	24,64
Bahia	9.855	37.451	138.834	316.439	1.548,9	741,1	2.290	16,49
-Cerrado	3.690	19.926	11.557	63.561	429	-	429	37,12
- Planalto	3.019	10.341	102.338	199.559	1.119,9	-	1.119,9	10,94
- Atlântico	3.146	7.184	24.939	53.319	-	741,1	741,1	29,72
Rondônia	6.220	10.341	153.391	251.868	-	1428,3	1.428,3	9,31
Mato Grosso	3.150	7.308	19.899	47.925	11	126,8	137,8	6,92
Pará	-	-	10.448	23.281	-	184	184	17,61
Rio de Janeiro	15	375	12.864	26.937	247	13	260	20,21

Outros	1.373	3.735	23.300	59.648	467,1	9,5	476,6	20,46
Brasil	221.681	757.855	2.056.422	5.680.261	32.185,5	11.295,7	43.484,2	21,15

Fonte: MAPA 2012. Adaptação própria

A categoria dos produtores de café com mais de 100 ha soma 1522 estabelecimentos, que representam 0,76% do número de deles, mas já responde por 25,8% da produção total de café no Brasil (Tabela 5). A produção em áreas maiores visando obtenção de economia de escala é uma tendência crescente que pode ser verificada na agricultura brasileira e para a cafeicultura em algumas áreas do Sul de Minas Gerais. E ela tem predominância nas novas regiões do Oeste da Bahia, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba em Minas, Norte e Nordeste de Minas e Noroeste de São Paulo.

Tabela 5 - Estabelecimentos produtores de café arábica no Brasil.

Tamanho dos estabelecimentos (em ha)	Nº de estabelecimentos		Área plantada (ha)		Produção Total (sc)	Produtividade Média
	Total	(%)	Total	(%)		
0 a 10	153 788	76,57	504 877	32,63	9.800.104	19,41
10 a 20	13 028	6,49	199 747	12,91	3.842.211	19,24
20 a 50	7 726	3,85	259 477	16,77	5.608.686	21,62
50 a 100	2 395	1,19	178 674	11,55	4.118.536	23,05
> 100	1 522	0,76	323 813	20,93	8.125.773	25,09
Sem declaração	22 400	11,15	80 497	5,20	-	-
Total	200.859	100	1 547 085	100	31.495.309	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Elaboração própria

A análise da Tabela 6 mostra que a estrutura fundiária da cafeicultura mineira se assemelha muito a estrutura fundiária da cafeicultura brasileira (Tabela 5). Os produtores de café com estabelecimentos até 20 ha perfazem 83,29% do total em Minas (Tabela 6) e 83,06 no Brasil (Tabela 5). No entanto, ela difere da estrutura fundiária brasileira geral: os dados da Tabela 12 indicam que 59,1% dos estabelecimentos rurais brasileiros são de até 25 ha.

A cafeicultura é uma atividade de pequenos e médios produtores, por excelência. Isto evidencia uma característica da produção de café, por demandar muita mão-de-obra, pode ser exercida com certa vantagem comparativa por pequenos produtores. Eles representam 41.42% da área plantada e 37,5% da produção, o que demonstra também que alcançam produtividade média semelhante aos demais produtores.

O fato de a mão de obra ser muito relevante no custo de produção (40 a 70%) e os ganhos com escala serem reduzidos na falta de mecanização devem estar viabilizando a cafeicultura familiar e dando sobrevida a atividade cafeeira nos momentos mais desfavoráveis do mercado. Os dados em estudo referem-se apenas à espécie café arábica, porque em Minas Gerais, foco deste estudo, esta é a espécie amplamente cultivada (mais de 95%) (RUFINO e VILELA, 2010).

Tabela 6 - Estabelecimentos produtores de café arábica em Minas Gerais, em 31.12.2006.

Tamanho dos estabelecimentos (em ha)	Nº estabelecimentos Área plantada (ha)		Área Plantada (ha)		Produção (sacas 60 kg)		Produtividade (sacas/ha)
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	
0 a 10	79 828	76,07	269 182	29,03	5.296.172	25,88	
10 a 20	7 573	7,22	114 847	12,39	2.377.244	11,62	20,70
20 a 50	4 905	4,67	164 887	17,78	3.936.672	19,24	23,87
50 a 100	1 628	1,55	119 815	12,92	2.999.078	14,66	25,03
> 100	1 049	1,00	220 194	23,75	5.854.423	28,61	26,59
Sem declaração	9 956	9,49	38 243	4,12	0,0	0,00	-
Total	104 939	100	927 168	100	20.463.589	100	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Elaboração própria

A Tabela 7 evidencia que 65,48% da cafeicultura de Minas Gerais se concentra nas Regiões Sul e Zona da Mata que têm uma cafeicultura de montanha em que prevalece o uso intensivo de mão-de-obra. Estas regiões são tradicionais no cultivo de café desde o século XIX. No entanto, a capacidade de renovação e a adoção de

tecnologias mais modernas e sustentáveis que elas têm apresentado devem explicar a longevidade da atividade cafeeira nestas áreas.

O relevo acidentado é um fator que dificulta a substituição da cultura do café por outras mais passíveis de mecanização, o que em parte pode também explicar a permanência da cultura nas regiões. As demais regiões produtoras de café em Minas Gerais são de época mais recente, as lavouras foram instaladas nos últimos 40 anos. Surgiram com o relativo avanço na tecnologia de mecanização das lavouras de café, primeiramente nos tratos culturais e depois na colheita.

Tabela 7 – Mesorregiões produtoras de café em MG

Mesorregiões de Minas Gerais	Área plantada em café (em ha)	% em relação ao Estado
Sul de Minas	483,460	46,12
Zona da Mata	202,880	19,36
Alto Paranaíba	131,753	12,57
Rio Doce	82,911	7,91
Centro-Oeste	74,298	7,09
Jequitinhonha/Mucuri	32,507	3,10
Triângulo	15,694	1,50
Noroeste	9,167	0,87
Norte de Minas	7,830	0,75
Central	7,63	0,73
Total	1.048.173	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Elaboração própria.

A tabela 8 mostra as principais cooperativas de produtores de café no Triângulo e Alto Paranaíba e Sul de Minas. Nestas regiões, o número de produtores

associados a cooperativas é maior que nas demais do estado de Minas Gerais. É notória a prevalência de pequenos e médios produtores filiados aos quadros das cooperativas, em algumas delas, eles chegam a compor 90% do quadro de associados, no caso da Cooperativa de Três Pontas, e 85,7%, na de Guaxupé.

Tabela 8- Categorias dos produtores de café em Minas Gerais associados a cooperativas, por área de produção no Sul, Triângulo e Alto-Paranaíba.

COOPERATIVAS SUL DE MINAS	Produtores por Área de Produção (%)					Nº Produtores	Nº de Produtores por Área de Produção (ha)				
	0 a 20	21 a 40	41 a 60	61 a 100	+		0 a 20	21 a 40	41 a 60	61 a 100	+100
C. CAF. DA ZONA DE VARGINHA	25,0	22,0	18,0	28,0	7,0	3.537	884	778	637	990	248
COOPERATIVA CAFEICULTORES DE TRÊS PONTAS	50,0	15,0	12,0	18,0	5,0	4.101	2.051	615	492	738	205
C. CAF. S. S. PARAÍSO	81,9	8,7	2,8	3,1	3,5	4.234	3.468	368	119	132	148
C. REG. AGROP. S. RITA SAPUCAI	75,1	11,9	3,7	4,7	4,6	571	429	68	21	27	26
C. REGIONAL CAF. DE GUAXUPÉ	85,7	7,3	2,8	2,2	2,0	12.000	9.888	847	317	548	234
C. AGROP. BOA ESPERANÇA	90,0	6,0	2,0	1,6	0,4	3.277	2.949	197	66	53	13
C. CAF. CAMPOS GERAIS E C. AMPO DO MEIO	68,8	21,3	7,1	2,0	0,8	1.380	949	294	98	28	11
C. AGRÁRIA DE MACHADO	30,0	30,0	15,0	20,0	5,0	1.050	315	315	158	210	53
C. REG. CAF. VALE DO RIO VERDE	29,9	26,2	15,0	18,6	10,3	535	160	140	80	100	55
TOTAL SUL DE MINAS	69,7	12,5	6,6	7,9	3,1	32.234	22480	4051	2.130	2505	1009
TRIÂNGULO/ALTO PARANAIBA											
COOP. AGRÍCOLA DE MONTE CARMELO	41,0	21,0	10,0	8,0	20,0	215	88	45	22	17	43
CCOP. AGROPECUÁRIA. DE ARAXÁ	10,0	50,0	30,0	8,0	2,0	140	14	70	42	11	3
COOP. AGROP. CARMO DO PARANAÍBA	10,0	10,0	10,0	20,0	50,0	1.409	141	141	141	282	705
COOP. AGROP. ALTO PARANAÍBA	8,3	12,5	16,7	25,0	37,5	25	2	3	4	6	9

TOTAL TRIÂNGULO A. PARANAÍBA	13,7	14,4	11,6	17,7	42,4	1.789	245	259	209	316	760
------------------------------------	------	------	------	------	------	-------	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia, 2010. Formatação própria.

A participação das cooperativas no recebimento e comercialização de café no Brasil chega a 30% da produção total (BRASIL, 2009). No Sul de Minas Gerais, pouco mais de 60% dos produtores de café pertencem ao quadro social das cooperativas. Mesmo os 30% de pertencimento ao quadro de cooperativas no âmbito nacional podem ser considerado significativo porque é baixa a taxa de cooperatização dos produtores rurais, à exceção do Sul do Brasil (BRASIL, 2009).

A importância das cooperativas nos negócios de café é estratégica para a sobrevivência e desenvolvimento do setor. Elas são agentes de recebimento, armazenamento, seguro de armazenamento, benefício, re-benefício, preparo do café, comercialização no mercado interno e externo, difusão de tecnologia, pesquisa, assistência técnica, informações de mercado, fornecimento de insumos. Ainda intermedeiam financiamento das diversas linhas de crédito disponíveis para os cafeicultores e disponibilizam instrumentos mais modernos de comercialização como Cédulas de Produtor Rural, e podem facilitar o acesso a mercado futuro na Bolsa de Mercadorias. As cooperativas têm sido representantes ativas dos produtores em agências do governo responsáveis por políticas públicas para o setor (RUFINO e VILELA, 2010).

2.2 Cafés do Brasil: as diferenças naturais, tecnológicas e sociais

O Brasil é o maior produtor e maior exportador mundial de café, e, por enquanto, o segundo maior consumidor do produto, aproximando-se muito rapidamente do consumo americano, primeiro maior consumidor. As plantações comerciais de café se estendem por 14 estados, abrangendo cerca de 1.900 municípios e gera 8,4 milhões de empregos diretos e indiretos. São plantadas as espécies *Coffea arabica* L e a *Coffea canephora* L. A primeira, com o nome comercial de café arábica, alcança 75% da produção total e a segunda, com o nome comercial *conillon* ou robusta, fica com os restantes 25% (BRASIL, 2010).

Por estar presente em várias regiões produtoras, são vários os sistemas de produção e diversidade de qualidades de café expressas nos mais variados tipos de café e bebidas. Por priorizar quantidade de produção, sem políticas explícitas de programas de qualidade, o café brasileiro foi historicamente comercializado com a marca genérica *Café do Brasil*, como se fosse um único produto. Somente a partir da última década de 90, é que programas de qualidade mais consistentes foram objetos de políticas de iniciativa do governo e dos produtores, através de suas associações, visando reverter esta posição desfavorável no mercado internacional para *Cafés do Brasil*.

A cadeia produtiva da cafeicultura é bastante complexa e dinâmica, envolvendo tecnologia própria e avançada na indústria de máquinas e equipamentos, de insumos, de transporte, de torrefação, moagem e café solúvel, empresas exportadoras, bolsa de mercadorias, seguradoras, dentre outros. Há forte presença de investimento internacional, sobretudo, na indústria de torrefação. Há, também, importante infraestrutura logística, sobretudo, em instalações de preparo pós-colheita e armazenamento. (RUFINO e VILELA, 2010).

O café é protagonista na história econômica e social do Brasil desde a época colonial. As primeiras exportações expressivas ocorreram a partir de 1802. Em 1845, o país participava com 45% da produção mundial, destacando-se, já à época, como o maior produtor. Pela Tabela 9, comprova-se a importância relativa das exportações de café nas exportações brasileiras, no período compreendido entre as décadas de 20 e 60 do Século XIX.

Tabela 9- Participação percentual do café nas exportações totais brasileiras 1821-1870

Período	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870
Participação nas exportações (%)	18	44	47	49	45

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico 1939-40 Vol. 1. Segundo Melo (1993). Adaptação própria.

Entre 1925 e 1929, o café chegou a contribuir isoladamente com 70% do valor das exportações. Nos anos 50 a 60, ainda era um dos principais produtos da pauta de exportação, assegurando receitas cambiais expressivas e sustentando a política de substituição de importações.

A partir da década de 60, intensificam-se os programas de modernização da cafeicultura com erradicação de lavouras improdutivas, renovação de cafezais, estímulo ao plantio em curvas de nível, plantio de maior número de plantas por área e intensificação do uso de defensivos e fertilizantes nas lavouras. Houve novo impulso na produção com incorporação das áreas de cerrado em Minas e na Bahia, e ampliação das áreas do Sul de Minas, Centro-Oeste de Minas, Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri. Também houve deslocamento da produção das regiões tradicionais de São Paulo e Paraná, por consequência da grande gerada de 1975 e implantação do Proálcool, que facilitou a conversão da lavoura cafeeira para a cana-de-açúcar.

Em decorrência da diversificada ocupação geográfica da lavoura, o país apresenta a vantajosa característica de produzir variados tipos de café, o que amplia sobretudo a sua capacidade de atender às mais diferentes exigências mundiais quanto a paladares e preços. Essa diversificação possibilita, ainda, variada gama de *blends*, produzidos a partir de café de terreiro ou natural, cafés cereja descascado, desmucilado, café de bebida suave, cafés ácidos, encorpados, além de cafés aromáticos e especiais e de outras características conforme a região de produção e de preparo.

Portanto, o Brasil possui uma cafeicultura bastante diversificada, com regiões que apresentam particularidades em razão de clima, topografia, possibilidades de mecanização e disponibilidade de mão de obra, manejo pós-colheita, níveis de utilização de sistemas de irrigação, enfim, diferenças naturais, sociais e tecnológicas.

A lavoura cafeeira no Brasil está distribuída por várias regiões, com maior concentração em Minas Gerais e Espírito Santo, com áreas significativas, também, em São Paulo, Bahia e Rondônia, Paraná e ainda uma pequena produção comercial nos estados do Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Acre e Goiás (BRASIL, 2010).

De acordo com as condições naturais e de cultivo, pode-se identificar a cafeicultura da seguinte forma:

I- A cafeicultura dos cerrados, composta de cerca de 860 mil hectares, compreende áreas do Triângulo/Alto Parnaíba, Noroeste, Sul e Oeste de Minas Gerais, parte da Mogiana, em São Paulo, a região oeste da Bahia, pequenas áreas de Mato Grosso e Goiás;

II- A cafeicultura de montanha ocupa cerca de 600 mil ha, a segunda em tamanho, abrange áreas da zona serrana do Espírito Santo, Zona da Mata de Minas e do

Estado do Rio de Janeiro, e quase todo o Sul de Minas e áreas serranas em São Paulo na divisa com Minas;

III- Cafeicultura de robusta, com cerca de 560 mil ha, compreende as regiões de baixa altitude no Espírito Santo e áreas do Sul da Bahia e Vale do Rio Doce em Minas, e nos Estados de Rondônia, e parte do Mato Grosso e Pará.

IV- Cafeicultura tradicional, com cerca de 220 mil ha, nos estados de São Paulo e Paraná, e em algumas áreas do Espírito Santos e Sul de Minas.

V- Cafeicultura do Nordeste, com cerca de 100 mil ha, em áreas de chapada da Bahia, Pernambuco e Ceará (BRASIL, 2010).

Na cafeicultura dos cerrados os pontos favoráveis são a mecanização, a boa qualidade dos cafés e a estrutura empresarial. O grande fator para redução de custos é a mecanização, que pode ser usada nos tratos culturais da lavoura e colheita. As dificuldades são as condições climáticas, com predominância de áreas com elevado deficit hídrico em períodos críticos da lavoura, tornando a irrigação uma prática obrigatória. A irrigação pode aumentar a produtividade, mas significa também um aumento do custo do investimento. Os cafés do cerrado são de alta qualidade e devido ao trabalho de certificação de origem têm obtido inserção vantajosa no mercado (RUFINO e VILELA, 2010).

A cafeicultura de montanha é exercida preponderantemente por pequenos e médios produtores, muitos de base familiar. As vantagens comparativas da região são predominância de boas condições de chuva, solos mais férteis que os do cerrado, infraestrutura adequada para a produção e comercialização dos cafés, estrutura cooperativista e rede de comercialização mais consolidadas e proximidade dos centros consumidores e rede portuária. As dificuldades residem na necessidade de maior uso de mão de obra, devido dificuldades de mecanização. A cafeicultura de montanha proporciona também a possibilidade de produção de cafés de excelente qualidade, principalmente no sul de Minas Gerais.

Integram também a cafeicultura de montanha as lavouras da Zona da Mata de Minas Gerais, assim como a cafeicultura de arábica do Espírito Santo, que tem produzido também cafés especiais. São áreas que produzem cafés com possibilidade de substituição dos cafés lavados colombianos, mediante utilização de adequados procedimentos de colheita e processamento do café colhido (“cereja descascado” ou “cereja descascado desmucilado”).

A cafeicultura de robusta tem custo de produção mais baixo devido a boa capacidade produtiva dos cafeeiros, sem ciclo bienal pronunciado, aliada a maior resistência da espécie *C. canephora* (variedade conillon), às condições ambientais e à rusticidade das plantas. Nesta cafeicultura tem se aplicado tecnologias de clonagem das mudas e irrigação com ganhos muito significativos de produtividade. A condição desfavorável tem sido o grande déficit hídrico que ocorre nesta região, exigindo, de forma crescente, a irrigação eventual, na época de florada e na granação dos frutos. A necessidade de irrigação, com boas respostas produtivas, pode ser estendida a praticamente todas as principais regiões atuais de cultivo do robusta, sendo muito importante no Espírito Santo, extremo sul da Bahia, no Vale do Rio Doce em Minas.

A cafeicultura tradicional, como o nome indica, é aquela remanescente ou renovada nas áreas cafeeiras dos estados de São Paulo e Paraná, que tem se mostrado vulnerável à conversão para outras culturas.

Devemos considerar, ainda como um outro sistema, a cafeicultura adensada, modelo adotado na região do norte pioneiro do estado do Paraná, com a variedade IAPAR-59, precoce e específica para as condições de clima e manejo da região.

A cafeicultura do Nordeste caracteriza-se pelo uso de áreas de chapada de altitude elevada, como o Planalto de Conquista e a Chapada Diamantina na Bahia e as Serras de Baturité e Ibiapaba no Ceará, e de Garanhuns em Pernambuco, explorando plantações de café arábica, constitui-se em fator importante para geração de empregos e no atendimento ao consumo regional. Suas vantagens são a maior disponibilidade de mão de obra e a tradição no preparo de cafés despulpados. As desvantagens estão no clima irregular, com falta de chuvas de outubro a fevereiro, com boas respostas à irrigação, além da maturação desigual dos frutos (BRASIL, 2010).

2.3 O difícil ajuste: instabilidade do mercado, inelasticidade do consumo e “fator hereditário da oferta”.

A produção cafeeira apresenta características estruturais que permitem pouca flexibilidade da oferta de seu produto ao mercado:

I- Atividade de longo prazo que exige elevados investimentos em seu início, o que limita a possibilidade de redução futura em caso de preços adversos;

II- As lavouras de café têm longevidade superior a vinte anos, podendo se estender a mais de 40 anos, conforme manejo da cultura;

III- Entre o plantio e a plena fase produtiva, os fundamentos do mercado podem mudar significativamente, sem que o produtor possa reverter sua decisão, sair do investimento, reduzir a produção, o que desequilibra a relação entre oferta e demanda, baixando os preços e, mesmo assim, mantendo o produtor na atividade por longo tempo; (ao que Delfim Neto, em 1958, chamou fator hereditário).

IV- Utiliza mão de obra de forma intensiva, conferindo competitividade a países cujo custo deste fator de produção é baixo;

V – O tempo de reação da produção aos estímulos positivos ou negativos de preços é grande. Não se muda a direção do investimento com agilidade; o cafeeiro é uma planta perene que inicia produção comercial em 3 a 4 anos após o plantio e continua por décadas, se bem cuidada, Principalmente para diminuição da produção, porque a erradicação da lavoura dificilmente acontece plenamente, ocorrendo com mais frequência o definhamento da lavoura por maus tratos, em caso de preços baixos;

VI- A tecnologia adotada é definida na época do plantio (variedades, densidade, mecanização, regiões de instalação da lavoura, irrigação) de forma que eventuais evoluções tecnológicas visando maior competitividade se dão também lentamente;

VIII- O produto é não perecível, o que permite armazenagem por longos períodos de tempo, de modo que produções excessivas, além de serem mais difíceis de serem interrompidas, acabam gerando estoques que afetam o mercado por diversos anos. Houve casos de estoques armazenados por 25 anos no Brasil e que ainda foram bem aceitos pelo mercado;

IX- O mercado internacional de café está sob forte influência das alternâncias das safras do Brasil propiciadas pela fisiologia e manejo da cultura, afetando a regularidade de oferta mundial do produto;

X- A produção brasileira é, com frequência, prejudicada por eventos climáticos, como secas, veranicos, geadas e granizo interferindo aleatoriamente na oferta;

XI- Devido a sua importância estratégica para a economia dos países produtores, os seus governos, com muita frequência intervêm na atividade, formulando políticas de apoio que geralmente induzem a produção em períodos de crise, tornando mais lento o ajuste da produção aos níveis de consumo.

Assim, por todos esses fatores há uma grande tendência à geração de excedentes (que já aconteceram tantas vezes na história do café), cuja administração nos anos anteriores a 1989 (época em que vigoravam os Acordos Internacionais) cabia aos países produtores e que agora estão submetidos ao mercado, que tem funcionado, muitas vezes, movido por expectativas de preços desalinhas de fundamentos físicos, mas que têm sido determinantes no comportamento dos preços. (RUFINO e VILELA, 2010)

A história do café está repleta de desajustes entre produção e consumo, desde o século XIX, refletindo drasticamente no preço do produto e nas divisas do país (DELFIM NETO, 1992). Nos últimos anos, o Brasil tem elevado a produção de café sem acrescentar novas áreas de plantio significativas, portanto, aumentando a sua produtividade. Com o intuito de comprovar esta tendência da atual cafeicultura brasileira, apresenta-se na tabela 10 a evolução da área plantada em Minas Gerais nos últimos 12 anos, distinguindo cafeeiros em formação e em produção. A escolha deste estado para demonstrar a hipótese deve-se ao seu dinamismo e liderança da cafeicultura nacional.

Tabela 10- Parque cafeeiro em Minas Gerais 2001-2012

Ano	Área ocupada com cafeeiros em formação (ha)	Área ocupada com cafeeiros em produção (ha)	Área Total
2001	164.900	891.100	1.056.000
2002	142.000	1.062.000	1.204.000
2003	116.000	977.000	1.093.000
2004	144.050	1.001.577	1.145.627
2005	156.505	1.033.533	1.190.038
2006	117.033	1.011.865	1.128.898
2007	131.481	1.016.414	1.147.895
2008	122.156	1.048.172	1.170.328
2009	171.054	994.823	1.165.877

2010	131.499	1.006.719	1.138.212
2011	136.435	1.000.869	1.137.304
2012	186.000	1.032.530	1.218.530

Fonte: Conab 2001, a 2012. Elaboração própria

Observa-se razoável estabilidade da área total, que após crescer em 2002, apresentou queda em 2003, estabilizando-se nos anos seguintes em, aproximadamente, um milhão, cento e cinquenta mil hectares. Segundo o último levantamento efetuado pela CONAB (BRASIL, 2012), a safra em curso no ano de 2012, no Estado de Minas Gerais, apresenta elevação na área em produção de 1,03% em relação a 2011 e elevação na área em formação de cafeeiros novos de 1,36%, demonstrando que as variações na área plantada indicam, em parte, procedimentos de renovação das lavouras.

Nos últimos 10 anos, o parque cafeeiro nacional tem se mantido em torno de dois milhões e duzentos mil hectares, com aumento de produção devido a ganhos de produtividade. Convém lembrar que o Brasil já chegou a cultivar 4,5 milhões de hectares.

2.4 - Condições econômicas e sociais do cafeeiro: uso de mão de obra na lavoura e estrutura agrária

Tenta-se montar um perfil do cafeeiro e da propriedade cafeeira, em Minas Gerais, de forma seletiva, sucinta e descritiva com informações derivadas do Censo Agropecuário IBGE, (2006); (RUFINO e VILELA, 2010).

I- Tamanho da propriedade: 94 % são pequenos produtores com até 500 sacas de produção anual e até 20 ha de área cultivada; constituindo-se em população-alvo de políticas já existentes para a agricultura familiar;

II- Participação em organizações associativas, cooperativas, ONGs, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: mais de 60% são cooperativados, mais de 50% associados; o que pode ser considerado um forte atrativo para políticas públicas por causa da cultura associativa já existente;

III- Renda mensal em salários mínimos: em torno de 50% dos cafeeiros têm renda mensal acima de cinco salários mínimos e em torno de 10%, até um salário

mínimo; explicitando a não necessidade de políticas sociais compensatórias, mas estruturantes, porque não se trata, em geral, de população de risco social grande;

IV- Renda líquida familiar oriunda do café: caiu em 2009, comparada com outros anos; aumentou em 2010 e 2011, evidenciando necessidades de políticas estimuladoras e diversificadoras de renda, para se fugir dos riscos da monoatividade agrícola e azares de mercado;

V- Renda oriunda de outras atividades: é significativa nos últimos anos demonstrando pluriatividade da família e crescimento de rendas não-agrícolas; essa informação confirma a sugestão anterior;

VI- O Apoio dos governos, municipal, estadual e federal para o bem-estar da família foi considerado bom ou muito bom por aproximadamente 60% dos cafeicultores;

VII- Recursos para custeio e investimento: a maioria dos cafeicultores acessa créditos oficiais e depende de financiamentos para conduzir a atividade;

VIII- Assistência técnica: uma parcela significativa acessa a assistência privada por meio de revendas de produtos; evidenciando necessidade de ação oficial mais efetiva através dos órgãos de assistência existentes;

IX- Desejam mecanizar as operações: mais de 90% dos produtores desejam ou mecanizam operações de manutenção e colheita da lavoura por causa do custo de mão-de-obra;

X- Qualidade do café produzido: em torno de 80% do total produzido é de boa qualidade; a política pública mostra-se necessária objetivando fortalecimento de marca e designação de origem do produto;

XI- Destino da produção: mais da metade da produção se destina à exportação;

XII- Forma de comercialização: mais de 80% da produção é vendida parceladamente ao longo do ano;

XIII- Mecanismo de comercialização: apenas um terço dos produtores utiliza mecanismos de mercado futuro e dois terços utilizam formas de comercialização tradicionais; necessidade de programas de capacitação técnica;

XIV- Cumprimento da legislação ambiental: aproximadamente 70% dos cafeicultores ainda não conseguem cumprir a legislação ambiental;

XV- Perfil de consumo das famílias: 94% têm energia elétrica, 90% têm TV e geladeira, 32% têm computador, 66% têm telefone, 18% têm internet; evidenciando que se trata de população-alvo de políticas estruturantes e não compensatórias;

XVI- Localização, relevo e clima: predomina o relevo montanhoso, e de encostas, a maioria das propriedades se situa acima de 800m de altitude, o que exige um modelo de produção intensivo em uso de mão-de-obra, com pouca possibilidade de mecanização, muito cuidado com a conservação do solo e manutenção da lavoura. Dificuldades que são compensadas com a qualidade da bebida do café produzido em clima de montanha que combina, no verão, temperaturas diurnas altas com temperaturas amenas, à noite, e no inverno, estação relativamente seca, condições adequadas para proporcionar qualidade muito específica ao produto, exigindo políticas consistentes de valorização deste diferencial.

A maioria dos cafeicultores possui apenas o curso primário, pouco mais de 10% possuem o curso secundário ou superior, restando, ainda, uma pequena parcela de analfabetos. A sua idade média já supera os 50 anos, evidenciando que não tem havido grande renovação, com os jovens preferindo outras atividades, longe do campo. Até mesmo os cafeicultores mais antigos, afeitos ao campo, estão, gradativamente, morando nas cidades.

O nível de associativismo do cafeicultor é no geral baixo, com menos de 20 % de associados a cooperativas/associações ativas, com boa representatividade apenas nas regiões Sul e Triângulo Alto Paranaíba, em Minas, onde mais de 60 % dos produtores são associados.

A lavoura cafeeira ainda é a atividade agrícola remanescente no uso intensivo de mão de obra, porém, cada vez mais sazonal, devido ao sucesso de mecanização dos tratamentos culturais e as limitações técnicas da mecanização da colheita. Há, contudo, uma tendência de diminuição de seu uso, visando a redução de custos e o enfrentamento de sua escassez sazonal por ocasião da colheita.

Quanto ao tipo de trabalhador, a maioria é contratada fora da propriedade como mão de obra temporária que representa cerca de 70%, ficando a mão de obra residente e a familiar, com parcelas semelhantes e completando os 30%. Com base no levantamento realizado em Minas verifica-se, ainda, que, em média, residem na

propriedade 2,3 famílias, com 9,7 pessoas residentes por propriedade. Verifica-se uma tendência de diminuição de famílias residentes (RUFINO e VILELA, 2010).

Pelos números apresentados conclui-se que a atividade nas propriedades cafeeiras assume papel social importante, gerando grande número de empregos diretos, além de ser base para o desenvolvimento e geração de empregos e renda em atividades complementares, como fabricação e venda de diversos insumos e maquinários, no transporte e beneficiamento, no comércio e na indústria.

Conforme descrito anteriormente, cada uma dessas regiões apresenta modelos tecnológicos diferenciados, com os correspondentes custos de produção, sendo que nas regiões no Sul de Minas e na Zona da Mata predomina a cafeicultura de montanha, embora ali também existam sistemas tradicionais e mecanizados, e no Alto Paranaíba, Centro Oeste, Triângulo e Noroeste predomine a cafeicultura de cerrado. A região de Rio Doce caracteriza-se mais por produzir conillon e no vale do Jequitinhonha e Mucuri, predomina a cafeicultura de montanha, com elevado uso de mão de obra. (BRASIL,2010).

Na atividade de produção de café no Brasil podem ser destacadas três categorias de produtores diferenciados pelo tamanho do empreendimento, assim:

- 1- O pequeno produtor, alguns de base familiar, que cultiva até 20 ha.
- 2- O cafeicultor médio entre 20-50 ha.
- 3- o grande cafeicultor, com mais de 50 ha.

Recentemente, com os custos fixos aumentados e com a mecanização, tem-se tido necessidade de explorar áreas maiores, visando maior economia de escala. Assim, poderem ser anotadas mais duas subcategorias, uma, dos produtores médios empresariais, com 50-100 ha de lavouras e a outra, os grandes empresariais, com mais de 100 ha. Nesta, o índice de mecanização pode ser maior e tornar a atividade mais eficiente.

As propriedades médias e grandes estão mais concentradas na Bahia, no Triângulo, Alto Paranaíba, Norte/Noroeste e Jequitinhonha em Minas Gerais; as pequenas e médias, no Sul de Minas e em São Paulo e as pequenas predominam também na Zona da Mata de Minas, Paraná, Espírito Santo e Rondônia.

Observa-se que, devido ao maior uso de tecnologia e pela maior disponibilidade de capital, as propriedades grandes apresentam níveis de produtividade ligeiramente superiores. As pequenas propriedades, por se utilizarem de maior

adensamento da lavoura e por contar com maior eficiência de mão de obra nos tratos culturais, apresentam nível de produtividade superior à das propriedades médias que, pressionadas pelas dificuldades de obtenção de recursos para investimentos e com os maiores custos de mão de obra contratada, acabam sofrendo processo de descapitalização mais acentuado em momentos de crise no mercado. Assim como na agricultura de forma geral, prevalece também na cafeicultura uma pressão maior sobre a classe média rural, que tem sido vítima de uma diminuição acentuada de sua renda líquida (BRASIL, 2010).

É preciso destacar o fato de que apesar de se classificar como grande produtor aqueles em cujas propriedades existem mais de 50 ha de cafezais, na condição atual essa área não atinge uma escala ideal para uma cafeicultura empresarial, que seria viável com mais de 100 ha por viabilizar-se maior distribuição de custos fixos, principalmente no que se refere à colheita mecanizada com máquinas de grande porte.

Na tabela abaixo, procuramos estimar a distribuição do parque cafeeiro em subtipos de cafeicultura, onde são incluídos os sistemas de manejo mecanizado total (tratados + colheita), o manejo semi – mecanizado e totalmente manual:

Tabela 11- Tipo de trato cultural e colheita nas lavouras de café – Brasil, Safra 2008.

Tipo de trato cultural e colheita	Área (ha)	%
Tratos culturais mecanizados e colheita mecanizada	405.000	17
Tratos culturais mecanizados e colheita manual	380.000	16
Tratos culturais manuais e colheita mecanizada com derrigadeiras costais	25.000	1,0
Tratos culturais manuais e colheita manual	910.00	39
Tratos culturais mecanizados, colheita mecanizada e irrigação	60.000	2,0
Conilon irrigado e colheita mecanizada	180.000	9,0
Conilons sem irrigação	380	16
Total	2.340.000	100

Fonte: BRASIL, 2010. Adaptação própria

Observa-se na Tabela 11 que os produtores que utilizam mecanização dos tratos e da colheita e que utilizam irrigação representam 17% da área cultivada, indicando uma tendência de sentido na modernização da cafeicultura. A mecanização das lavouras, tanto nos tratos culturais quanto na colheita, ainda representa apenas 30% das plantações, comprovando que o café ainda é o grande demandador de *braços para a lavoura*.

A área plantada tem se mantido, com crescentes investimentos de renovação e melhoria de plantações mais antigas, quase sempre visando adaptação da lavoura ao uso de máquinas, o que tem elevado a produtividade média.

Embora com pequenas variações em termos estaduais, compreensíveis dadas as características de cada região, a participação dos pequenos estabelecimentos na produção brasileira é absolutamente significativa, com 48% da produção nacional advindo de propriedades de até 20 hectares (tipicamente familiares), que congregam 83% dos estabelecimentos (239 mil estabelecimentos aproximadamente); Já os estabelecimentos com área entre 20 e 100 hectares (12 mil estabelecimentos aproximadamente), respondem por 29% da produção; Os estabelecimentos com área superior a 100 hectares, embora fossem em 2006, pouco mais de 1.600 (0,6% dos estabelecimentos), responderam por aproximadamente 23% da produção nacional.(RUFINO e VILELA, 2010).

Aqui vale uma reflexão sobre os agricultores enquadrados no conceito legal de agricultores familiares. A estrutura fundiária da cafeicultura mineira se assemelha muito a estrutura fundiária da cafeicultura brasileira, mas difere bastante da estrutura fundiária do Brasil. Os produtores de café com estabelecimentos até 20 ha perfazem 83,29% do total em Minas e 83,16 no Brasil. No entanto, ela difere da estrutura fundiária brasileira geral: os dados indicam que 59,1% dos estabelecimentos rurais brasileiros são de até 25 ha. Isto indica que a cafeicultura tem se viabilizado econômica e socialmente nas pequenas propriedades, dado a sua funcionalidade e permanência, em proporção muito maior que na agricultura em geral.

Por outro lado, convém anotar a insuficiência do marco legal da agricultura familiar no Brasil para abrigar os cafeicultores familiares.

Pela Lei 11.226/2006, o Estado brasileiro reconhece assim a categoria agricultor familiar e empreendedor familiar rural:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

Grande parte dos pequenos e médios produtores de café de Minas Gerais não se enquadra na categoria agricultores familiares, levando-se em conta o nível de utilização de mão de obra contratada. O inciso II da Lei 11.226/2006 condiciona a agricultura familiar ao produtor que “utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”.

Esta condicionalidade é, prioritariamente, a mais difícil de ser atendida devido ao uso intensivo de mão de obra na colheita do café de montanha, apenas 24% dos cafeicultores acessaram o PRONAF em 2010).

Portanto, parece que no caso da cafeicultura os limites de inclusão no PRONAF deveriam se ampliados, posto que no quesito mão de obra, os pequenos e médios cafeicultores extrapolam os limites de contratação de mão de obra suplementar.

A relevância, a funcionalidade e a capacidade de sobrevivência que a agricultura familiar tem comprovadas no Brasil devem se aplicar também à cafeicultura. Esta atividade desempenhada por pequenos e médios agricultores dispõe de algumas vantagens comparativas em relação aos empreendimentos de grande porte, o que comprova sua relevância social nas regiões em que é exercida.

As instituições oficiais brasileiras privilegiaram, reiteradamente em sua história, a posse da terra em sistema de grande propriedade. São marcos deste expediente a doação das Capitânicas Hereditárias na Colônia, a Lei de Terras de 1850 (Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850 que dispunha sobre as terras devolutas do Império) que legitimou, na prática, a posse de terra, prioritariamente, pela aquisição e negligenciando o direito de posse pelo uso. A Tabela 1 indica a pulverização de grande número de propriedades com áreas pequenas e, por outro lado, poucas propriedades com áreas imensas.

Embora representem 74,8% do número total das propriedades rurais no Brasil, as propriedades com até 50 ha detêm apenas 10,1% da área total. Para as propriedades com até 10 ha que representam 33,7% dos imóveis rurais, a área média delas é de 4,7 ha e detêm apenas 1,4% da área total.

Por outro lado, as propriedades rurais com mais de 2000 ha representam apenas 0,8% do número total dos imóveis, mas detêm 42,5% da área total. O tamanho definido pela lei para enquadramento das propriedades na categoria agricultura familiar varia nas diferentes regiões do Brasil porque, embora se defina um limite de até quatro módulos fiscais, essa unidade varia conforme os municípios brasileiros.

O módulo fiscal constitui uma unidade de área de referência estabelecida pelo INCRA (INSTRUÇÃO ESPECIAL/INCRA/N° 20, DE 28 DE MAIO DE 1980). É estabelecido para cada município levando-se em consideração fatores como: fertilidade do solo, relevo, clima, condições de acesso ao local, dentre outros. O módulo fiscal pode ser entendido como o inverso da produtividade, pois, um maior módulo fiscal significa maior quantidade de terra necessária para proventos de uma família no local.

Na região cafeeira do Sul de Minas Gerais o valor de um módulo fiscal varia de 24 a 40 ha, no estado varia de 7 a 70 ha, com média de 33 ha. Nos municípios estudados, 28 ha.

Quando se avalia a produção alcançada pela agricultura familiar fica evidente a sua robustez e significado cultural, social, econômico para o país, justificando as políticas públicas em sua defesa e fortalecimento.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar contribuiu com 95,67% da produção de fumo; 88,3% da mandioca; 71% do feijão; 69,59% da cebola; 52,98% do milho; 52,48 dos suínos; 48,01% da uva; 38,88% do leite;

36,38% do trigo; 30,34% das aves; 27% do café; 25,85% da soja; 24,58% da laranja; 16,65% do gado de corte; 9,75% da cana-de-açúcar (GUANZIROLI et al, 2009)

Segundo estes autores,

O censo de 2006 revela que o número de AF, estimado pela metodologia FAO/Incrá, cresceu no decênio entre os censos - passou de 4,1 milhões para 4,5 milhões, ou 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do País. Em 2006 os familiares ocupavam 106 milhões de hectares (32,3% da área total dos estabelecimentos) e respondiam por 40% da produção agropecuária total, com Valor Bruto da Produção de R\$ 57,5 bilhões. O fato de a área ser proporcionalmente menor que a participação na produção revela a maior intensidade no uso do fator terra dos familiares. Em termos de emprego (incluindo os membros da família e seus empregados), a AF absorvia, em 2006, 13 milhões de pessoas (78,8% do total da mão de obra no campo), um crescimento de 2,3% - significativo diante da queda geral registrada pelo censo. (2009, p.6).

Segundo VEIGA (2007), uma parte dos agricultores familiares possui tamanho de negócio e eficiência produtiva próprios de uma agricultura moderna com escala de produção. Assemelham-se aos “*Family farm*” americanos ou “*paysants*” europeus. Uma outra parte tem eficiência relativa e condições competitivas na produção de alimentos. E por final, existe uma outra parte de agricultores familiares tipicamente de subsistência, detentores de áreas de até cinco ha com enormes dificuldades de inserção econômica. Estes devem ser populações-alvo de políticas públicas compensatórias, condição para superação da pobreza.

Tabela 12 – Estrutura Fundiária Brasileira em 2009

Categoria dos estabelecimentos	Número de propriedades		Área Total		Área Média
	(Em ha)	Número de estabelecimentos	%	Em ha	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
Total	5.181.645	100	571.740.919	100	-

Fonte: Cadastro INCRA, março 2009. Elaboração própria.

Pela Tabela 12 percebe-se que o número de estabelecimentos agropecuários com tamanho de até 10 ha são 33,7% do total, no entanto detêm apenas 1,4% da área, enquanto os com mais de 2000 ha ocupam 42,5% da área total. Agregando-se as categorias acima de 500 ha de tamanho dos estabelecimentos, tem-se que 62,5% da área total concentram na grande propriedade.

Entretanto, o Estado brasileiro vem demonstrando o reconhecimento e a necessidade de políticas públicas para o campo, como nunca antes em nossa história, principalmente para a agricultura familiar sistematicamente desconsiderada no processo de *modernização conservadora* do campo brasileiro no último meio século. A superação da pobreza pressupõe a possibilidade de as pessoas ampliarem suas “escolhas e oportunidades para viver uma vida aceitável” (PNUD, 1972). Para isso, o acesso à educação, a terra, ao crédito, aos mercados, à assistência técnica e a existência de políticas públicas compensatórias e, sobretudo, estruturadoras da agricultura familiar podem estar delineando “uma nova cara” para o campo no Brasil ao enfrentar seu maior foco de exclusão social.

Os estudos recentes têm frequentemente demonstrado o vigor, a capacidade de adaptação e reação às mudanças, a importância cultural, social e econômica da agricultura familiar capaz de responder às necessidades do país de criação de empregos, segurança alimentar, gerar excedentes exportáveis e preservar o meio ambiente. Foram capazes, também, de contestar os conceitos e preconceitos predominantes em um certo imaginário coletivo sobre pequena e média agricultura como instituição fadada à extinção e abrir espaço para políticas públicas mais concertadas com a pluralidade da realidade brasileira.

O campo no Brasil apresenta grande diversidade em seu meio ambiente, na situação dos produtores, na aptidão da terra e do clima, na disponibilidade de infraestrutura e capital social em todo o território. Tudo isso implora por políticas públicas pautadas e pactuadas com essa diversidade. Dentre o universo plural que significa a categoria agricultura familiar em um país tão extenso e diverso do ponto de vista físico e cultural como o Brasil, os pequenos e médios produtores de café são o exemplo de que a legislação atual sobre agricultores familiares não os abarca conceitualmente. A condicionalidade de prevalência de utilização de mão-de-obra familiar exclui boa parte destes cafeicultores do abrigo da lei, negando-lhes direito ao

crédito. Sem ajuste no dispositivo legal, eles não serão portadores isonômicos de direitos às políticas públicas para os outros agricultores.

E por final, acreditamos que, se em torno de 50% dos cafeicultores têm renda mensal acima de cinco salários mínimos e em torno de 10%, até um salário mínimo, a necessidade de políticas sociais compensatórias deixa de ser prioridade, porque não se trata, em geral, de população de risco social grande. Entretanto, a existência de políticas públicas estruturantes para os territórios da cafeicultura, com alta relevância social e econômica para o país, constitui um direito que o Estado não deve negligenciar

2.5 - Das intervenções governamentais a políticas públicas estruturantes

Dado o protagonismo da cafeicultura na economia brasileira, os diferentes governos do país em todos os períodos não puderam se abster e foram compelidos à intervenção na atividade, de uma maneira ou de outra. A história do mercado cafeeiro, no Brasil, registra frequentes regulamentações e intervenções governamentais.

Essa foi a conclusão a que chegou Delfim Neto, já em 1958: “O problema do café no Brasil são as intervenções governamentais equivocadas (...) o mercado cafeeiro é inerentemente instável e [que] temos que nos conformar com suas oscilações, se quisermos continuar a ser os principais produtores de café” (DELFIN NETO, 1992, p.233). Grifo nosso.

Para deter-se apenas na segunda metade do século passado para cá, destaca-se a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), pela LEI N^o, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1952, que se tornou o órgão oficial *pela execução da política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro*. Algumas das suas diretrizes mais importantes foram:

a) promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e de tecnologia do café, com o fim de baratear o seu custo, aumentar a produção por cafeeiro e melhorar a qualidade do produto;

b) difusão das conclusões das pesquisas e experimentações úteis à economia cafeeira, inclusive mediante recomendações aos cafeicultores;

c) radicação do cafeeiro nas zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção e a obtenção das melhores qualidades, promovendo, inclusive, a recuperação das terras que já produziram café e o estudo de variedades às mesmas adaptáveis;

d) defesa de um preço justo para o produtor, condicionado à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres, bem assim à indispensável expansão do consumo.

Durante a existência do órgão essas diretrizes foram perseguidas dando caráter de forte intervenção estatal no mercado de café. O IBC foi onipresente na política cafeeira desde sua fundação até a sua extinção em 1990, pelo governo Collor, contribuindo de fato com a pesquisa e extensão de tecnologias que modernizaram a cafeicultura brasileira.

Criaram-se centros de pesquisa, escritórios com robusta estrutura, visando a extensão de tecnologia, a análise e aprovação de projetos de erradicação de cafezais velhos, renovação de lavouras e plantios em ditames mais modernos, segundo diretrizes do próprio órgão. Todo financiamento oficial deveria passar pelo crivo dos seus técnicos para aprovação. Suas ações também envolviam a regulação da indústria de torrefação, de café solúvel, e forte presença nas normatizações do mercado de insumos, do mercado externo, interno. Essa parece ter sido sua principal função: o IBC foi uma autarquia pertencente ao Ministério da Indústria e Comércio e não ao Ministério da Agricultura.

No âmbito internacional o IBC foi o protagonista brasileiro nos Acordos Internacionais do café (os AICs). O primeiro Acordo foi negociado em 1962 com os principais países produtores e consumidores, visando o controle da oferta de café no mercado internacional, como estratégia de valorização do produto. Outros acordos foram firmados periodicamente, até a sua completa extinção em 1989.

Sobre a eficiência do IBC, pode-se afirmar que houve notório sucesso na modernização técnica da lavoura cafeeira. No tocante ao mercado de café, nem tanto.

Nem o IBC, nem os AICs foram capazes de impedir a queda da participação do Brasil no mercado internacional de café de 54% na década de 50 para 27% na época de suas extinções. Sem Acordos Internacionais e sem IBC, hoje esta participação relativa gira em torno de 33%.

De qualquer forma, com a extinção do IBC e do AIC, o café brasileiro se deparou com o afastamento do Estado na regulação das exportações e do setor de produção e industrialização, que passou a manter reduzida participação, através de políticas específicas e pontuais, na comercialização, na pesquisa e no crédito. Pode-se afirmar que o mercado de café, desde então, funciona regido mais pelas leis de mercado que pela intervenção governamental.

Isso não quer dizer que o Estado se afastou do setor, mas mudou a forma e a intensidade de atuação. A cafeicultura brasileira tem suas políticas públicas atualmente geridas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), criado pelo Decreto nº 4.623, de 21 de março de 2003. Ele é composto por representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Relações Exteriores, e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, assim como por membros dos setores privados, representantes do Conselho Nacional do Café (CNC), da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), e da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS). O CDPC é presidido pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Dentre as funções deste conselho destacam-se:

- I - Aprovar plano de safra para o setor, compreendendo o programa de produção e da exportação de café verde, solúvel, torrado e moído;
- II - Autorizar a realização de programas e projetos de pesquisa agrônômica, mercadológica e de estimativa de safra do café;
- III - Aprovar, anualmente, a proposta orçamentária referente aos recursos do Funcafé, criado pelo Decreto-Lei nº 2.295/86;
- IV - Regulamentar ações que visam a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a demanda do café para exportação e consumo interno;
- V - Estabelecer cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, com organismos oficiais ou privados no campo da cafeicultura;
- VI - Aprovar políticas de estocagem e de administração dos armazéns de café.

O Conselho Deliberativo da Política do Café é composto ainda de quatro Comitês Diretores de natureza técnica que têm o objetivo de prestar assessoramento e avaliar preliminarmente todos os assuntos que são levados à deliberação do Conselho.

O CDPC conduz, assim, o Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, que tem o objetivo de programar políticas emanadas dos setores público e privado que propiciem a geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, bem como de promover a geração de divisas, de emprego e a inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, à qualificação da mão-de-obra e à publicidade e promoção dos Cafés do Brasil no país e exterior.

Para desenvolver esse trabalho, o setor cafeeiro utiliza o FUNCAFÉ, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira que é gerido pela Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA), por intermédio do Departamento do Café (DCAF), ambos órgãos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

O FUNCAFÉ foi criado pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, sofrendo posteriores regulamentações que autorizam a aplicação dos recursos nas seguintes ações:

I - Prioritariamente:

a) À formação dos estoques reguladores, incluídas as despesas de custeio das operações e de modernização das técnicas de estocagem.

II – Subsidiariamente, às seguintes áreas da cafeicultura:

a) Racionalização da cultura cafeeira e assistência à cafeicultura, com o objetivo de elevar o grau de produtividade e competitividade dos setores produtivos;

b) Pesquisas tecnológicas, estudos e diagnósticos sobre a cafeicultura brasileira;

c) Cooperação técnica e financeira internacional com organismos particulares e oficiais no campo da cafeicultura;

d) Absorção de novas técnicas de cultivo e beneficiamento do produto nas pequenas e médias propriedades;

e) Incentivo ao cooperativismo da lavoura cafeeira e à expansão das cooperativas ou entidades afins já existentes;

f) Aprimoramento da mão-de-obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira;

g) Melhoria da infraestrutura das regiões cafeeiras, compreendendo modernização dos transportes, portos, ramais ferroviários e estradas vicinais, comunicação e eletrificação, além do apoio financeiro a programas sociais integrados pelos estados cafeeiros, que visem a proporcionar melhores condições de vida do trabalhador rural;

- h) *Apoio ao desenvolvimento do parque industrial de torrefação e moagem e de café solúvel;*
- i) *Promoção e propaganda destinada ao aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo;*
- j) *Pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução da política de comercialização voltada para a conquista de novos consumidores.*

Deve-se ressaltar o viés estruturante destas ações, na forma de política social, bem diferente das ações de proteção a qualquer custo do passado, inclusive com reverberação negativa sobre a estabilidade da própria cafeicultura.

Além disso, os financiamentos com recursos do FUNCAFÉ somente podem ser implementados mediante aprovação de Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN), o que condiciona as políticas destinadas ao complexo agroindustrial do café às diretrizes da política econômica nacional.

O setor cafeeiro tem sido beneficiado com o acesso ao crédito rural, via FUNCAFÉ, a juros de 6,5% aa variando de um patamar de R\$ 898 milhões em 2001 para R\$ 2.864 milhões previstos para 2012, condição que coloca o setor cafeeiro muito longe de ser novamente um *setor movido a crédito* como já aconteceu de forma irresponsável no passado. Os financiamentos privilegiam recursos para a modernização da infraestrutura, custeio das lavouras, colheita, máquinas e equipamentos.

2.6 - A virada nas políticas públicas para o campo

É importante reconhecer que as políticas públicas voltadas para o campo nas duas últimas décadas têm sido mais estruturantes que compensatórias e melhor distribuídas para o conjunto da sociedade, atendendo atores historicamente excluídos. (MULLER, 2007). Este é o caso do PRONAF, com 18 programas diferentes ativos de crédito para a agricultura familiar (BRASIL, 2012).

Um dos primeiros trabalhos que explicitaram a realidade da agricultura familiar no Brasil foi o estudo derivado do Convênio FAO/INCRA/MDA, firmado em 2000, que propiciou o estudo *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto*. Silva Cardim (INCRA) e Carlos Guanzioli (FAO) (coord). Brasília:

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000. Para muitos no Brasil, foi surpresa o diagnóstico da importância, do tamanho, da relevância social e econômica da agricultura familiar para a sociedade brasileira.

Em nossa história é recorrente, até então, a visão generalizada de que a categoria se resume a pequenos agricultores incrustados em minifúndios condenados ao atraso, ao abandono e à extinção, detentores de baixa produção, baixa tecnologia, com parques fins de subsistência, vendedores de pequenos excedentes comercializáveis em mercados locais e reserva de força de trabalho sempre disponível (GUANZIROLI et al., 2000).

Há um mito generalizado em nossa cultura: o rural é atrasado, que advém, possivelmente, de um passivo herdado de um vergonhoso passado colonial e escravocrata. O referente urbano idealizado passa a ser o contraponto. Estas crenças não saem barato para o campo brasileiro. Políticas públicas para o campo têm surgido tardiamente, não somente no Brasil, como mostra Fleury,

En América Latina, la cuestión social aparece, históricamente, asociada y delimitada por la reivindicación de un estatus socio político para el trabajo urbano, y genera políticas de seguridad social que no se destinaban a los grupos más pobres, como trabajadores rurales, e independientes (1999, p 3).

As políticas públicas para o campo no Brasil, nas décadas de 60 a 80 do século passado, foram orientadas à modernização da agropecuária visando, sobretudo, aumento de produtividade pela adoção de novas tecnologias. Os destinatários destas políticas foram, prioritariamente, os grandes e médios agricultores, mais próximos da condição de empresa rural e capazes de absorção e emprego de inovações tecnológicas com produção voltada para o mercado externo. Por isso, as políticas promoveram selecionadas atividades agropecuárias, essencialmente aquelas commodities voltadas para a exportação. (VEIGA, 2007).

Esta estratégia gerou grandes impactos na estrutura social, econômica, cultural, ambiental, nas relações de trabalho no campo e na estrutura fundiária brasileira. GRAZIANO DA SILVA (1982; 2001) refere-se ao período como “a modernização dolorosa” ou “modernização conservadora” do campo. Assim a chamada “revolução verde”, mudou a cara de uma parte apenas da agricultura brasileira, elevando-a a níveis altos de produção e produtividade e, portanto, inserindo-a competitivamente na trama

do comércio internacional, mas não acabou nem com a fome, nem com a miséria no campo.

Já na década de 90, os movimentos sociais ligados ao campo permitem “a vocalização das demandas sociais” dos agricultores. FAVARETO (2007) demonstra que “a redemocratização do país propiciou o ambiente para emergência de movimentos sociais muito próximos dos agricultores familiares” e que por isso passaram a verbalizar suas necessidades mais substantivas de comercialização, agregação de valor aos produtos, investimentos em infraestrutura, educação, moradia, créditos para custeio e investimento, acesso facilitado a terra. Enfim, passaram a fazer demandas que vão além de simples políticas compensatórias, exigindo do Estado políticas estruturantes.

Outro processo, também ligado à redemocratização, explica a virada de rumo das políticas agrícolas no Brasil: “a permeabilidade do Estado aos movimentos sociais e as suas reivindicações” (FAVARETO, 2007). Os atores sociais transitam com mais facilidade entre as instituições estatais e a sociedade: isto não significa que o conflito entre eles diminuiu, provavelmente manifesta-se mais, porém os “ouvidos do Estado” estão mais afinados com a emergência e tratamento das questões sociais. Aos poucos foram se inscrevendo políticas públicas, que vão causar forte impacto na vida do campo brasileiro como:

- i) - reconhecimento à previdência social para o trabalhador rural (esta ainda na década de 70, Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973);
- ii) - o estabelecimento de diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006);
- iii) - da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010);
- iv) - da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, nas suas diversas modalidades, (Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996).

E por fim, colabora e atesta a nova visibilidade deste segmento da agricultura brasileira a grande produção de trabalhos acadêmicos na forma de relatórios de pesquisas, artigos científicos, dossiês, dissertações e teses sobre o tema nas diversas

universidades e institutos de pesquisas espalhadas pelo Brasil nos últimos 15 anos (MULLER, 2007).

Das muitas caras que a cafeicultura brasileira tem, a que tem se mantido mais longeva, é a de ser empregadora de um contingente formidável de pessoas. Todavia, do estribilho do século XIX *da falta de braços para a lavoura* até a atual, crescente e robusta introdução da mecanização nos processos produtivos, as relações de trabalho na cafeicultura não cessam de mudar. É o que propomos analisar no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

3- A MODERNIZAÇÃO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CAFEICULTURA DO SUL DE MINAS GERAIS

“(...) certamente o colonato não se extinguiu num passe de mágica. Ele foi sendo transformado, enquanto relação de trabalho e de emprego dominante, num longo processo que iria terminar na emergência do proletariado rural dos anos 60”.

José Francisco Graziano da Silva

3.1 - Delimitação do campo e dos sujeitos do estudo

Foram escolhidas quinze propriedades rurais de cinco municípios do Sul de Minas Gerais para a realização do estudo. O critério de escolha foi a existência de uma colônia de trabalhadores, independente, se ocupada ou vazia. Também foram escolhidos dois produtores e dois trabalhadores da lavoura de café para entrevista, e ainda foi entrevistado um pequeno produtor rural familiar, da região, ex-colono, mas não pertencente às propriedades estudadas.

As informações levantadas foram de natureza qualitativa e quantitativa. Obtiveram-se dados da propriedade, da lavoura, da produção e da mão de obra. E também foram levantadas informações da situação e percepção dos produtores e trabalhadores entrevistados. Para tanto, levantaram-se, diretamente no campo, os dados das quinze propriedades rurais nos municípios de Guaranésia, Guaxupé, São Pedro da União, Monte Santo de Minas e Cabo Verde, todas no Sul de Minas Gerais. As informações foram obtidas diretamente com o proprietário da fazenda. Em três das propriedades, os administradores foram os informantes, após autorização informal dos proprietários. Duas entrevistas de natureza qualitativa foram feitas, ainda, com dois proprietários e dois trabalhadores. Um pequeno produtor familiar, ex-colono, foi entrevistado utilizando-se de um relato na forma de história de vida.

Os dados levantados foram: número de moradias para trabalhadores, habitadas e desabitadas, demolidas ou desativadas, produção total de café da propriedade, número de plantas cultivadas, quantitativo de utilização de mão de obra na lavoura dispensada ao longo do ano aos tratos culturais e à colheita, informação sobre o

uso e número de máquinas manuais e automotrizes nos tratos culturais e colheita. A rigor, tentou-se delinear um perfil da propriedade cafeeira em relativo à utilização da força de trabalho e inovações da base técnica da produção. A obtenção destes dados se fez por visitas exploratórias às propriedades e informação direta e presencial com os proprietários (ou administradores- em três casos). As entrevistas de natureza qualitativa com dois produtores e dois trabalhadores de duas fazendas, e o relato em forma de *história de vida* foram também obtidos na propriedade e moradia dos entrevistados. As informações e percepções dos entrevistados aparecem no texto deste capítulo *dialogando com a discussão teórica* sobre a modernização e as relações de trabalho na cafeeicultura do Sul de Minas Gerais.

As quinze propriedades estudadas têm alguma atividade cafeeira desde o final do século XIX, portanto tradicionais produtoras de café da região. Também todas elas têm plantios de café em escala comercial e utilizam técnicas atuais de produção. Em cinco delas, a titularidade da propriedade tem se mantido com a mesma família, desde o início do século XX. Uma delas, a número três, desde 1874. Os nomes das fazendas constam de tabela em anexo.

Os dados obtidos das propriedades estão tabulados na Tabela 15 e Tabela 16. E um resumo do perfil de cada propriedade, com foco no uso de mecanização, é exposto abaixo.

Fazenda 1

Tem a maior parte das terras ocupadas com cana e reserva de mata nativa. Os plantios de café ocupam a área de encosta. São todos mecanizados nos tratos culturais e colheita manual. A colheita mecânica somente pode ser feita com colheitadeiras costais, devido declividade acentuada do terreno, o que ainda não acontece. Dois trabalhadores permanentes cuidam de 15 ha de café, com pequeno complemento de mão de obra temporária. A colheita é feita com safristas. As 6 casas da fazenda foram demolidas.

Fazenda 2

A área desta fazenda ocupada com café é de 35 ha. Os tratos culturais são mecânicos, com trator e roçadeira costal e a colheita é metade manual e metade mecanizada. Esta propriedade trabalha com 6 trabalhadores permanentes, mas já teve 12 com a mesma área de plantio. As lavouras não estão preparadas para colheita mecânica. As duas casas de colonos estão vazias.

Fazenda 3

Esta fazenda tem registros de produção de café nos anos 70 do século XIX e não tem outra atividade comercial. Nela, a mecanização é intensa nos tratos culturais da lavoura, mas realiza a colheita ainda de forma completamente manual. Os plantios novos e as áreas de renovação de cafezais mais velhos estão sendo feitos visando o uso de colheitadeiras automotrizes. De acordo com o proprietário, visa-se atingir, com a reestruturação das áreas de plantio, 70% de mecanização da colheita com colheitadeira automotriz. Tem uma colônia com 15 casas muito antigas, construídas no começo do século passado e outra, com 20 casas, construída na última década de 70.

Fazenda 4

A propriedade está na atividade cafeeira desde os anos 20 do século XX, e mantém a pecuária de corte como atividade complementar. Tem 16 casas de colonos, 12 sem moradores. Nesta propriedade, segundo o proprietário, deve-se atingir 60% de colheita mecanizada, também após adequação e renovação de plantios mais antigos. Atualmente toda a colheita é manual e os tratos culturais mecanizados com uso de trator e roçadeiras costais motorizadas.

Fazenda 5

A fazenda utiliza tratores e roçadeiras costais nos tratos culturais em 100% das lavouras. Uma colheitadeira automotriz colhe 30% das lavouras. O restante, em áreas declivosas, é colhido de forma manual. Possui lavouras produtivas com idade de até 50 anos. As instalações de secagem são do início do século passado. A maquinaria é recente.

Fazenda 6

A colheita é totalmente manual. Tratos culturais mecanizados. Esta fazenda tem cafeeiros em áreas planas que poderiam ser renovados para a colheita mecânica. Está em fase de conversão para gado de corte atualmente.

Fazenda 7

A fazenda utiliza colheitadeira automotriz nas áreas propícias à mecanização, que alcança 40% da colheita total. Os tratos culturais são mecanizados com tratores e

roçadeiras costais. A maior parte da colheita é manual devido às condições de implantação da lavoura

Fazenda 8

Esta propriedade é um sítio de agricultura familiar onde trabalham duas pessoas da mesma família em sistema de parceria. Todos os tratos culturais e colheita são mecanizados com máquinas costais.

Fazenda 9

Esta propriedade é um sítio de agricultura familiar em que trabalham o marido e a mulher somente. Todos os tratos são feitos com um trator e duas roçadeiras costais. A colheita também é feita com duas colheitadeiras costais.

Fazenda 10

Esta fazenda converteu as áreas dos cafezais em cana, eucalipto e gado. Sobrou uma lavoura pequena de café cujo manejo e colheita são manuais. As casas da colônia estão dispostas em duas ruas. Somente uma é habitada. A estrutura de terreiros é do começo do século XX. Esta fazenda já abrigou 52 colonos em sistema de parceria.

Fazenda 11

É a única fazenda da pesquisa cujas casas de moradores (53) estão todas habitadas por trabalhadores assalariados permanentes. As lavouras de café recebem tratos mecanizados por roçadeiras costais e tratores. A colheita é metade manual (em áreas declivosas) e metade mecânica com colheitadeira automotriz (áreas mais planas)

Fazenda 12

Nesta fazenda a colheita é toda manual e realizada em torno de 75 dias. Utiliza colhedores vindos do Norte de Minas Gerais, há 10 anos, basicamente os mesmos trabalhadores. Tem um esquema rígido de podas dos cafeeiros, visando mantê-los com ramos novos e sempre produtivos. A colheita manual é justificada pelo menor dano causado às plantas durante a operação, segundo proprietário. Esta fazenda praticamente eliminou a bienalidade da produção com as podas. Os tratos culturais são mecanizados.

Fazenda 13

A propriedade é um sítio de encosta. Todos os tratos culturais são mecanizados e a colheita é manual. As lavouras estão sendo preparadas para a colheita com colheitadeira costal.

Fazenda 14

A fazenda converteu área de cafezais em pasto e uma boa parte da propriedade encontra-se sem uso. A lavoura restante recebe tratos culturais com roçadeira costal e a colheita é manual. Tem um único morador em uma casa de colono. A casa da sede da fazenda e as outras casas dos colonos estão vazias.

Fazenda 15

Esta propriedade é um sítio de agricultura familiar. A mão de obra é da mãe e de um filho. Mecaniza todos os tratos culturais e a colheita. A lavoura está totalmente preparada para colheita mecânica com colheitadeiras costais.

As informações permitem entrever que as máquinas para o manejo da lavoura e para a colheita são de uso generalizado entre os cafeicultores, e independe do tamanho da plantação. Predominam as portáteis, mais acessíveis e adequadas às diferentes condições de lavoura.

3.2 – A colônia vazia: lugar em que não se pode e não se quer morar

O tema não é nada novo. Muitos autores estudaram a formação do mercado de trabalho no Brasil. Os estudos que abordam o trabalho escravo e a transição para o trabalho livre, com ênfase na presença do imigrante europeu na lavoura de exportação, são predominantes. Menos frequentes são aqueles sobre os trabalhadores livres nacionais ou trabalhadores brasileiros como também foram chamados. Devido sua significância para o país, as relações de trabalho na cafeicultura desde a sua consolidação como atividade econômica, também foram objeto de diversos estudos.

Este é mais um texto sobre o assunto que tenta apreender as mudanças no padrão de demanda e de oferta de mão de obra no período da longa agonia do colonato na lavoura de café, especificamente a do Sul de Minas Gerais.

Uma pergunta se repete na condução deste trabalho. Num tempo em que o lugar de trabalho tende a ser a própria casa, escritório de trabalho e residência podem

ser o mesmo lugar, possibilitados pelas facilidades de comunicação, em que a mobilidade urbana, a cada dia, se torna um problema de mais difícil solução, no campo o movimento é inverso, os trabalhadores se deslocam da cidade, com frequência de outras cidades mais distantes, para o trabalho, em condições, majoritariamente, precárias.

Esta pesquisa aborda a questão e intenta apreender o movimento de esvaziamento das moradias rurais de trabalhadores da lavoura de café em direção às cidades, alimentado pela hipótese de que isto tenha ocorrido, sobretudo, devido às mudanças organizacionais e tecnológicas do sistema de produção cafeeira, em decorrência do processo de modernização capitalista da agricultura brasileira. A colônia ainda está lá, em boa parte das propriedades, mesmo esgotadas as condições em que se alicerçavam o colonato da lavoura de café, mas ela não é mais, a rigor, *um lugar em que se queira e que se possa morar*.

Na fazenda de café do Sul de Minas Gerais, este esvaziamento parece ser mais tardio que o já expresso nas fazendas que converteram café para a cultura da cana, do eucalipto, do gado e da soja, dentre tantas outras, sobretudo no estado de São Paulo (GRAZIANO DA SILVA, 1982; STOLCKE, 1983). Nesta região, uma sobrevida ao colonato parece ter sido dada por alguma razão.

Se “o colonato na fazenda cafeeira, não se extinguiu num passe de mágica” como diz Graziano, ele foi sendo transformado como relação de trabalho predominante, em um longo processo que o inviabiliza social e economicamente, já partir dos anos 60 (1996, p.3). Em seu lugar, consolidam-se relações de trabalho temporário levando o trabalhador rural em direção às cidades. Primeiro em direção às maiores, atraídos pelo emprego urbano, e depois, para as pequenas cidades mais próximas, em busca de um lugar para morar e a expectativa de uma vida mais fácil. Este trabalhador acaba mesmo é voltando ao campo para trabalhar, agora como boia fria, trabalhador sazonal, volante, temporário, todos eles expressões do trabalho temporário que constituirão a nova base da força de trabalho ocupada nas propriedades rurais.

Por que as moradias rurais instaladas na forma de colônias nas fazendas de café não são mais atrativas aos trabalhadores, estão em sua maioria desabitadas, abandonadas sem manutenção, visivelmente condenadas à extinção? Por que o trabalhador prefere morar, em condições frequentemente muito ruins, nas periferias urbanas de cidades do interior e enfrentar todos os dias um transporte inseguro, por

estradas precárias para continuar fazendo o mesmo trabalho rural que fazia no passado? Por que o proprietário da fazenda também não tem interesse em que os trabalhadores morem no local de trabalho? As razões que orientam estas decisões devem estar em voga, mais intensamente nos últimos 30 anos, porque o esvaziamento do campo, embora se intensifique no Brasil, a partir dos anos 60, com a modernização da agricultura, na atividade cafeeira indica ser um fenômeno mais recente (a cafeicultura se moderniza mais tardiamente).

As colônias das fazendas mais tradicionais de café mostram suas casas vazias e muitas vezes abandonadas em processo de deterioração. As fazendas mais novas nem as construíram. Essas moradias, em sua maioria, são casas simples de alvenaria, algumas de boa qualidade e que chegam a apresentar características arquitetônicas significativas do século passado. Boa parte delas já foi demolida, outra boa parte está abandonada, algumas ocupadas por trabalhadores assalariados, como encontramos nas fazendas pesquisadas.

As falas dos entrevistados sugerem algumas evidências. As formas de conduzir a lavoura diminuíram a demanda por trabalho. “Não tem serviço o ano inteiro, só na panha”- percepção do trabalhador; “Não compensa manter a colônia cheia durante todo o ano, e precisar de mão-de-obra somente na colheita”- “a maior parte do serviço é feita com máquina, durante o ano não tem serviço” - percepção do proprietário.

Essas falas indicam que o aperfeiçoamento das tecnologias de mecanização dos tratamentos culturais da lavoura diminuiu a utilização da mão de obra nesta fase da produção. A mecanização da colheita ainda é um processo em andamento, com forte indicação de que promoverá uma redução drástica do uso de mão-de-obra também nesta etapa da produção. Por enquanto, a cafeicultura é uma atividade demandadora de mão de obra altamente sazonal.

Nos estabelecimentos rurais produtores de café, configura-se assim uma situação paradoxal: durante o ano há grande oferta de trabalhadores disponíveis e durante a colheita esses mesmos trabalhadores são insuficientes para dar conta da quantidade de serviços dispensados no tempo requerido (“sobra serviço na panha, aí dá para ganhar mais”). Uma realidade que remete à condição de um *exército de trabalhadores de reserva* em uma época do ano e escassez na outra.

A legislação trabalhista brasileira atual admite a contratação temporária de mão-de-obra, que pode ocorrer na colheita durante quatro ou cinco meses e em seguida a sua dispensa (contratos de safra). Desta forma, o trabalhador não encontra trabalho regular e formal durante todo o ano, o que praticamente impossibilita sua moradia na própria fazenda, mesmo que haja moradias disponíveis (“não tem serviço o ano inteiro, só na panha”).

A rigor, este não é um fenômeno novo. O trabalho agrícola, como já discutido neste trabalho, é inerentemente sazonal. Na lavoura de café a sazonalidade é mais intensa ainda que na maioria dos outros trabalhos no campo.

No passado, a fazenda de café escravocrata mantinha um contingente de mão de obra em tarefas secundárias durante o ano para que, na época apropriada, não faltasse braços para a colheita. O número de escravos tinha que ser dimensionado para a época do pico dos trabalhos. (TESSARI, 2010) O colonato foi a saída engenhosa, após a escravatura, para enfrentar o mesmo problema da sazonalidade. O colono se afainava com sua roça, seus animais, suas parcerias durante boa parte do ano para poder, com sua família, juntarem-se às turmas de colhedores de café, composta por trabalhadores agregados, trabalhadores livres à época da colheita (STOLCKE, 1991; WITTER, 1982; SALUM JR, 1982). Então, no lugar do escravo, o colono serviu ao mesmo propósito. Mais recentemente, foi a vez do trabalhador temporário. A contratação dele no período de maior demanda substituiu o trabalho do colono, que havia substituído o escravo.

E, mais recentemente, as máquinas já substituíram significativamente os trabalhadores na execução dos tratos culturais da lavoura de café, quase todos eles mecanizados. A substituição agora poderá ser nos trabalhos da colheita. A solução técnica está encaminhada: as máquinas estão sendo aprimoradas. Em 2012, estima-se que 30% da colheita de café no Brasil serão feitas com algum tipo de máquina. As condições do mercado de trabalho favorecem a mecanização. A mão de obra para a colheita do café é, atualmente, “dispendiosa, insuficiente, e de baixa qualidade para os padrões técnicos requeridos”. Esta é a percepção de três entrevistados.

Vários autores argumentam que a sazonalidade da demanda de mão de obra na atividade agrícola foi um fator que conferiu maior *rigidez à mão de obra* do escravo e do colono. (CANABRAVA, 1971; CARDOSO, 1997; GORENDER, 1990; 1995). A escravatura e o colonato, pelas suas características, já significavam uma inelasticidade da mão de obra, dificultando a adequação da quantidade de trabalhadores aos picos e as

baixas de trabalho das atividades agrícolas. Se eles fossem dimensionados para os picos de demanda, sobriam nos momentos de menos trabalho. O contrário causaria a insuficiência nos momentos de mais trabalho. Por isso, sugerem que a mão de obra escrava e do colono foi determinante no retardo das inovações técnicas poupadoras de trabalho na lavoura de café. Para que mecanizar os tratos culturais para economizar trabalho nesta fase, se a colheita, mais difícil tecnicamente de se resolver, demandaria tantos trabalhadores?

A mecanização, hoje, deverá ser um ganho para os produtores, mas significa a diminuição do emprego em uma atividade historicamente empregadora de trabalhadores carentes de qualificação para atividades mais complexas da economia. (“O que dá mais trabalho para nós é o café”, fala de um trabalhador).

Para o produtor de café, pressiona os custos de produção manter força de trabalho excedente durante o ano para ser utilizada apenas na época da colheita (“a gente contrata só na colheita”, “ter gente morando na propriedade fica caro”). Eis a razão de ser do colonato: as *culturas alimentares* ocupavam a família do colono em atividades não monetarizadas, permitindo a sua reprodução social e econômica sem pressionar o custo do produtor durante o ano e, ainda, mantinha a reserva de mão de obra adicional necessária à colheita.

Hoje, a mecanização da lavoura, seja com maquinaria pesada na forma de colheitadeiras automotrizes, irrigação automatizada, processos mais complexos e automatizados de secagem, beneficiamento e transporte, ou seja na forma de pequenas máquinas costais motorizadas, vai constituindo a cena dominante na fazenda de café do Sul de Minas Gerais. Em todas as fazendas pesquisadas havia algum tipo de mecanização da colheita e dos tratos culturais.

A especialização da produção cafeeira também contribui para redução do uso de mão de obra na propriedade. No passado, a fazenda de café dividia as suas terras com a produção de alimentos, como milho, arroz, feijão, mandioca, fumo e pequenas criações de animais para comércio e subsistência. Mais do que isso, “as produções de arroz, milho, feijão e demais culturas constituíram mecanismos centrais no processo de produção de café, pois permitiam a redução dos custos monetários de produção, ampliando a possibilidade de elevados lucros para os fazendeiros” (FALEIROS, 2007, p 18). Na pesquisa, encontramos plantio de feijão como lavoura de subsistência nas propriedades 2, 8, 9 e 15, todas da agricultura familiar. Nenhum relato de outras

culturas. O arroz já não é plantado nestas fazendas, há anos. Numa delas, a nº 1, há um relato de trabalhador que lembra que esta fazenda se constitui na década de 60, explorando intensamente a cultura do arroz.

À medida que se especializa, a propriedade impossibilita o colonato porque o fundamento de sua viabilização está na cultura de subsistência. Além de diminuir o uso de mão de obra no campo, a especialização pode aumentar a sazonalidade das ocupações. No dizer de GRAZIANO DA SILVA,

A sazonalidade da ocupação agrícola também se acentua à medida que uma região (ou uma propriedade) se especializa, isto é, quando passa de uma policultura a uma monocultura qualquer. Se uma região (ou propriedade), por exemplo, tem uma combinação tal de atividades, cujos 'picos' de demanda de mão-de-obra se sucedem, é possível encontrar trabalho durante a maior parte do ano (1982, p.3).

Por outro lado, “a comercialização dos excedentes permitiu a muitas das famílias sediadas nas fazendas no sistema de colonato a constituição de poupanças que viabilizaram a compra de algum lote de terras” (Faleiros, 2002). Este era “um tempo de comer e de progredir”, encontramos essa constatação na fala de um produtor familiar de café que viveu em uma colônia, como parceiro nos anos 80.

A busca por economia de escala nas plantações acabou por exigir, também, o foco da administração rural na atividade principal (“aqui planta só café”). A diversificação das atividades agrícolas, tão comuns no passado, cedeu lugar a uma cafeicultura em economia de escala, muito mais especializada, comprometendo a ocupação de mão-de-obra em tarefas distribuídas mais equitativamente ao longo do ano (“o café não dá serviço igual o ano inteiro, o forte mesmo é a panha”, esta é constatação do trabalhador).

Precisa-se elevar em conta, também, que a modernização da agricultura em geral inviabilizou social e economicamente o cultivo das *culturas alimentares* intercaladas ou suplementares às plantações de café, esvaziando a razão de ser do colonato. Os ganhos de produtividades nestas culturas comerciais, nos últimos 30 anos, têm sido elevados, o que inviabiliza a produção de subsistência, executada nas formas mais tradicionais (“não compensa plantar milho para vender, é muito barato”, diz o trabalhador).

A qualidade das moradias parece não ser um fator decisivo na tomada de decisão dos trabalhadores (“morei em duas colônias, a casa desta aqui é melhor”). Na

maioria das vezes, as suas moradias urbanas não diferem das rurais. No entanto, as imaginárias facilidades da vida urbana oferecendo oportunidades de emprego para os filhos, a mulher, escola, proximidades do comércio, promessa de vida mais fácil parecem constituir atrativos nada desprezíveis nas tomadas de decisão destas pessoas, sobretudo as mais jovens (“a mulher e os filhos não voltariam a morar na roça”).

Parece claro também, que a modernização do campo no Brasil se fez majoritariamente nos processos de produção, sem melhorias substantivas na qualidade de vida e infraestrutura das regiões rurais do país, tornando o campo pouco atrativo para as novas gerações como lugar de vida. Apenas recentemente proveram-se políticas públicas de eletrificação rural, construção de casas para pequenos produtores, investimentos em telecomunicações, saneamento básico, pavimentação de rodovias vicinais dentre outras, sempre em intensidade muito aquém das demandas. O que deve ter contribuído para o processo de conversão da mão de obra rural em urbana. (“Fiquei sozinho na roça”, é a resposta do pai entrevistado).

As políticas públicas de moradias populares, desde a década de 70, têm estimulado o êxodo de populações rurais conferindo-lhes a possibilidade da construção de casa própria na cidade. Somente nos últimos anos, a construção de moradias rurais passou a ser objeto de políticas sociais. Sempre foi mais fácil, desta forma, mesmo para um agricultor familiar, construir uma casa na periferia da cidade do que no campo em sua propriedade (três dos cinco trabalhadores de uma propriedade pesquisada têm casa na cidade, para a qual se dirigem no fim de semana).

Na fala de um proprietário chega ser citada a legislação trabalhista como fator de esvaziamento das moradias rurais (“fica caro cumprir a lei com trabalhador morando aqui”). Até 1995, o fornecimento de moradia, água, luz, e outros pagamentos em espécie eram somados ao salário, e sobre eles incidiam contribuição previdenciária e FGTS, tornando mais cara a folha de pagamentos dos trabalhadores residentes nas propriedades em relação àqueles que também trabalhavam nela, mas tinham residência fora. Algo parece indicar que o assalariamento dos trabalhadores rurais em detrimento dos sistemas de parcerias, meação, arrendamento, aluguel das terras combina menos com moradia de trabalhador no campo.

Stolcke (1991) é incisiva ao afirmar que o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, ambos da década de 60, foram agentes da *expulsão dos colonos* e da consolidação do trabalho temporário no campo brasileiro. Um dos entrevistados relata

cobrança judicial em que o INSS lhe atribui *contribuição social* sobre leite, água, luz e moradia fornecida como salário indireto aos 36 *colonos assalariados* que mantinha até 1994. O proprietário perdeu em primeira instância e teve que alienar 15 alqueires de terra para o pagamento da dívida, que foi anulada em instância superior, 12 anos depois.

Se no passado a mudança foi da *senzala à colônia*, agora o movimento se deu da colônia aos bairros periféricos das cidades. Nesta nova relação de trabalho, a terra deixa de ser um modo de vida em que se deseja “ter para comer e progredir” para contentar-se com, apenas, “ter pra comer”, modo cruel de sobrevivência.

Acreditamos na hipótese de que as determinações de natureza econômica tenham sido mais decisivas nessa mudança. As casas da colônia estão vazias porque nelas não se pode mais morar, as técnicas atuais de produção de café reduziram a utilização de mão de obra nos trabalhos de manutenção das lavouras aumentando a sazonalidade do trabalho. A produção simultânea de alimentos nas culturas intercalares, grande demandadora de trabalho, deixou de existir com a especialização e economia de escala do negócio cafeeiro e das próprias plantações de alimentos. Agora, há um mercado de trabalho apto a ofertar a mão de obra temporária que se demanda. É desnecessária a colônia, porque deixou de ser necessária a reserva de trabalhadores.

Não acreditamos que estas alterações pertençam a etapas inexoráveis da evolução da produção, mas à escolha de alternativas possíveis que os agentes fazem em face das sobredeterminações econômicas de um capitalismo tardio que chegou também ao campo. Não é uma profecia, é mais um diagnóstico: os trabalhadores da cultura do café no Brasil, no Sul de Minas Gerais são operários rurais. Seguimos o rumo da proletarização dos colonos.

A cafeicultura é uma das atividades mais longevas e ininterruptas da economia brasileira. A despeito da diversidade e dinamismo desta economia, o café representa, ainda hoje, papel protagonista na sobrevivência de muitos municípios brasileiros em várias regiões do Brasil. É uma atividade agrícola essencialmente demandadora de mão-de-obra, por enquanto, e geradora de riquezas que se distribuem ao longo da cadeia de produção. Tem forte capacidade de distribuição de renda (RUFINO e VILELA, 1010).

Entretanto, a reestruturação produtiva por que tem passado mina um dos últimos repertórios de utilização intensiva de mão-de-obra de baixa qualificação ainda prevalecente no campo. A destruição de empregos, sem a criação de outros, ou sem

outra proteção, contribui para a produção do maior monstro social da falta do trabalho que é o pauperismo. Para a sociedade e para as políticas sociais, um trabalhador com trabalho é sempre mais que um trabalhador com trabalho. E um desempregado é sempre mais que um trabalhador sem trabalho (MAURIEL, 2006, 2008).

O atual estágio do capitalismo, que em uma das suas expressões, financeiriza a riqueza, coloca a produção de bens e serviços em situação de desvantagem na produção dos lucros (ARRIGHI, 1994). Produzir, hoje, custa caro, exige concorrência em ambiente altamente competitivo para a venda em mercados frequentemente protegidos, tem alto risco e a remuneração pela produção é geralmente baixa, o que a desestimula e favorece a especulação. Isto impacta a cafeicultura no Brasil e no mundo. Os produtores de café, na maioria dos países, por ora, estão se “descapitalizando e ficando mais pobres”, e tendencialmente, empregando menos (esta constatação se repete na fala de produtores e trabalhadores entrevistados).

As causas do esvaziamento das moradias rurais no Brasil (até mesmo a residência do proprietário), a nosso ver, estão, portanto, entrelaçadas com a dinâmica atual da agricultura que se moderniza, racionalizando todas as etapas da produção, eliminando postos de trabalho e parece ter no contraponto urbano, um ideal civilizatório a ser atingido. O capitalismo chega mais tardio ao campo, mas seguindo inexorável sua trajetória, atinge todos os rincões do país e indica que a colônia está vazia porque nela *não se pode, nem se quer morar*.

A diminuição do trabalho rural formal pode e deve ser enfrentada? Políticas públicas são cabíveis? Que estratégias os agentes sociais podem utilizar para contrapor esta situação? A política de créditos, fortalecimento do sistema cooperativo, treinamento e capacitação de trabalhadores, capacitação dos pequenos e médios produtores, estímulos à diversificação da produção seriam mecanismos capazes de mitigar esta realidade? Estas ações poderiam constituir políticas sociais, mas não são objeto deste trabalho, embora constituam questões muito relevantes.

3.3 - O novo trabalhador desenraizado

O trabalhador rural temporário residente na cidade, desvinculando-se de um patrão mais permanente, tem agora supostamente “livre acesso ao trabalho”. No

entanto, esta nova reorganização do trabalho imposta a homens e mulheres “que não têm outra coisa para trocar, senão a simples força dos seus braços, *sem outra proteção*, condena-os à pior da servidão, a da necessidade”, no dizer de Castel. Grifo nosso.

O colonato das fazendas de café coexistiu com formas de trabalho não monetárias (“a funcionalidade” das culturas intercalares e pequenas criações, empreitadas, meações, arrendamentos) que viabilizaram a produção de café e possibilitaram o surgimento de uma renda não salarial direta na forma de mercadorias. Esta estratégia possibilitou formação de poupanças que puderam, em muitos casos, ser invertidas na compra de terras, explicando em boa parte o surgimento de pequenas e médias propriedades nas regiões cafeeiras. Este foi o caso de um dos entrevistados: “o salário só dava pra comer, tudo que tenho veio do café, das meias que toquei, das roças que plantei”.

Essas condições deixam de existir na cafeicultura atual, quando as relações de assalariamento imperam na agricultura, aproximando o ethos do trabalhador rural do trabalhador fabril, cuja única forma de pagamento é o salário no fim do mês.

O trabalho é essencial à vida por viabilizar as condições materiais da existência humana, mas tem, sobretudo, a função estruturante de possibilitar sublimação às pulsões e viabilizar ao sujeito seu lugar no circuito social (Freud, 1996). Por isso, as instituições econômicas têm um forte impacto no autorreconhecimento cultural das pessoas.

O trabalhador sem vínculo duradouro com um serviço ou uma entidade, que a cada vez necessita desempenhar uma tarefa qualquer, que a cada dia tem um novo patrão, dificilmente cria vínculos sociais, culturais, afetivos e econômicos com o mundo do trabalho. Estão presentes, portanto, as condições prévias para o surgimento de um *indivíduo desenraizado*, despreparado e desqualificado para o trabalho, em sua grande maioria, porque em nossa cultura, a dignidade e as formas de subjetivação dominantes se dão prioritariamente no mundo do trabalho. O colonato tinha sido uma forma engenhosa encontrada para fixar mão de obra, porque no incipiente mercado de trabalho fora da colônia ela era escassa, e dizem, de baixa qualidade e produtividade. Sua extinção privilegia as condições para o avanço e a hegemonia do trabalho temporário no campo, com toda ordem de implicações culturais, econômicas, sociais e políticas dessa proletarianização (BRANT, 1977; STEIN, 1990).

Na fala dos entrevistados esta percepção chega a ser evocada - em um caso: “o patrão está acostumado com nosso serviço” – por isso ele não tem medo de ser dispensado; em outro caso, “eles só vêm aqui para ganhar dinheiro, não têm responsabilidade nenhuma” - por isso o pequeno proprietário, em questão, prefere não empregar trabalhador temporário. O especialista na produção de café deixa de existir (“sei fazer tudo com café”) para dar lugar ao operário sem comprometer mais duradouros (seu trabalho é volante).

Até mesmo em uma área mais conservadora da sociedade como a agricultura, que resistiu por mais tempo aos imperativos racionalizantes da produção, e serviu de modelo de vida para pessoas, famílias e comunidades, as novas relações de trabalho causaram não só o empobrecimento material dos trabalhadores, mas também o rompimento da cultura ética à qual pertenciam e por meio da qual definiam a sua identidade. A ocupação rural volante produz outros itinerários de laço social e subjetivação, bem menos estáveis. Falta autor para este assunto, mas pode-se intuir: a mão de obra rural é de baixa qualidade e produtividade para que possa ser integrada a uma economia que se dinamiza, como a do Brasil, atualmente.

3.4- Alterações da base tecnológica da cafeicultura: aumento da sazonalidade do trabalho

A cafeicultura brasileira incorporou intensas inovações tecnológicas desde os anos 50-60 do século passado. Foram introduzidas novas variedades mais produtivas, obtidas por melhoramento genético em instituições oficiais de pesquisa, disseminou-se o uso de fertilizantes e defensivos químicos de obtenção industrial e de máquinas e equipamentos especiais para o cuidado com a lavoura, com a colheita e preparo dos grãos.

A partir de 1969, intensificou-se o uso de fungicidas com a proliferação da ferrugem do cafeeiro (*Hemileia vastatrix Berk et Br.*) e a partir de 1980, com a disseminação da cigarra (*Quesada gigas (Olivier - Hemiptera: Cicadidae)*) foi a vez dos inseticidas. Também é da década de 70, a introdução de herbicidas mais eficientes no controle das plantas invasoras da cultura, e dos anos 2000, o uso de roçadeira costais motorizadas, que vieram revolucionar o controle do mato nas lavouras de café com forte impacto no uso da mão de obra para esta finalidade (RUFINO e VILELA, 2010).

Embora de uso recente, essas máquinas conseguiram diminuir drasticamente a quantidade de trabalho nos cuidados com o mato das plantações dos cafezais.

Tradicionalmente, o cafeeiro exigia cinco capinas anuais. Era uma das tarefas mais pesadas da lavoura. Os espaçamentos entre as plantas eram muito largos nas plantações mais antigas, criando condições muito favoráveis ao desenvolvimento das plantas invasoras. A capina era uma tarefa demorada e surtia pouco efeito no período das chuvas, que era a época em que mais o mato crescia. O mato cortado à enxada logo brotava e era preciso fazer tudo de novo. As capinas tinham nome. Em ordem de execução eram assim chamadas: esparramação de cisco, entalha, revira, esparrama e arruação. A última visava a limpar as linhas dos cafeeiros das folhas e ciscos para se poder efetuar a colheita, dando condições de mover o pano e recolher posteriormente os cafés caídos ao chão. Um homem cuidava de 2 mil a 4 mil pés de café e era considerado o trabalho mais penoso da lavoura. Do ponto de vista técnico era um desastre; remexia seguidamente o solo cortando raízes do cafeeiro e expondo solo a erosão, além de ter eficiência limitada no controle do mato que sempre brotava. Esta descrição parece referir-se a um passado muito remoto. Mas foi uma prática predominante até pouco tempo nos cafezais (“Eram 10 irmãos para tocar 20 mil pés de café num terreno com muita pedra”, lembra um trabalhador, na entrevista).

As roçadeiras costais vieram viabilizar a prática do controle do mato em lavouras que não permitiam o trabalho com tratores, e por isso se disseminaram rapidamente para todas as lavouras. Nas quinze propriedades pesquisadas, todas informaram fazer uso rotineiro destas máquinas.

Elas permitem a roçada do mato muito próximo ao solo dificultando sua rebrota, não removem o solo e ainda favorecem a sua cobertura com a camada de mato ceifado. Um homem roça até 3 mil pés de café por dia de trabalho. Encontramos um produtor que sozinho executa os tratamentos culturais de uma lavoura de 40 mil pés. Com a enxada, seriam necessárias 10 pessoas para fazer o mesmo serviço, segundo avaliação dele próprio.

Dos anos 90 até hoje, têm sido intensas as inovações e desenvolvimento de máquinas de preparo e secagem do café, como terreiros pavimentados, equipamentos de pré-limpeza e limpeza dos grãos, lavadores, despulpadores, desmuciladores, secadores, centrífugas, máquinas de benefício e preparo final para a armazenagem e comercialização (RUFINO e VILELA, 2010).

Foram implementadas também mudanças na instalação das lavouras com tendência à diminuição dos espaçamentos entre as linhas de plantio conhecido como adensamento, principalmente em áreas de difícil mecanização a tratores. E a diminuição da distância entre as plantas da mesma linha de plantio, chamado de renque, nas áreas passíveis de mecanização. Ainda no início dos anos 60 foram estimulados os plantios com mudas produzidas em viveiros, instalações de lavoura em curvas de nível com propósito de controle da erosão do solo e movimentação de máquinas.

Mais recentemente se apregoa implantar lavouras em linhas retas com intuito de facilitar a mecanização, já que o controle da erosão passa a ser mais facilitado com práticas culturais de menor movimentação do solo.

Estas medidas tiveram originalmente um viés produtivista até a década de 80 e de lá para cá é nítida a orientação na direção de melhorias da qualidade do café, objetivando transformar a designação Café do Brasil em Cafés do Brasil, expondo as diferentes qualidades do produto aqui produzido.

Tudo isso transformou a cafeicultura em um importante setor utilizador de insumos industriais pela alteração da base técnica de sua produção, fomentado no mais das vezes por políticas públicas, sobretudo as de crédito e extensão rural. Convém lembrar que estas inovações tornaram a cafeicultura altamente dependente de fornecedores externos ao campo e modificaram significativamente as formas de utilização do trabalho e da terra. Fatores estes que haviam dominado a produção de café desde a sua introdução no Brasil.

Olhando com olhos de hoje, pode-se afirmar que a cafeicultura adequou-se ao regime tecnológico da agricultura brasileira reestruturando sua base técnica de produção ao incorporar variedades geneticamente melhoradas, insumos químicos, máquinas e equipamentos modernos, estimulados, predominantemente, por políticas de crédito. Como resultado desse conjunto de inovações altera-se significativamente a produtividade e as relações de trabalho na lavoura.

As etapas de produção do cafeeiro, basicamente, a formação da lavoura e sua condução e colheita, continuam as mesmas. A planta é uma espécie perene que leva de 2 a 3 anos para iniciar sua produção econômica e de 4 a 6 para se tornar adulta. O que muda são as formas de se executar cada etapa do processo produtivo. No passado, mesmo a tração animal era muito pouco utilizada porque os cafeeiros eram plantados no

sentido de declive do terreno e as culturas intercalares impediam o uso mais intensivo deste tipo de mecanização. A partir dos anos 60, os tratores já começam a se fazer presentes na fazenda de café, mais como instrumento de preparo do solo para o plantio, marcação da lavoura e transporte. A tração animal e os tratores são, paulatinamente, utilizados nos tratos da lavoura, principalmente no controle do mato, com a crescente implantação de lavouras em curvas de nível. Até a década de 60, os tratores e implementos ainda são importados e pouco adaptados aos trabalhos na lavoura de café.

Nas diversas etapas o aporte técnico foi intensificado, tanto em relação aos cuidados diários com as plantas, com a presença recomendada de insumos químicos e mecânicos cada vez maior, como nos cuidados finais do café colhido com importância crescente dos insumos mecânicos passando-se a utilizar secadores e descascadores de café que permitiram uma maior uniformidade do produto a ser oferecido pelas fazendas, bem como maior agilidade de cada unidade fornecedora no beneficiamento (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p 19).

Este processo é incipiente no início, mas vai sendo adotado gradativamente com o desenvolvimento das pesquisas agrícolas e aperfeiçoamento de máquinas e equipamentos mais adequados à produção cafeeira tais como tratores e equipamentos nacionais fabricados especialmente para os trabalhos na lavoura de café.

Com os insumos químicos o processo é gradativo e semelhante. De início, recomendava-se sulfato de amônio, salitre do Chile, farinha de ossos e cloreto de potássio em doses bem moderadas. Com a introdução das variedades de café melhoradas geneticamente, Catuaí e Mundo Novo, que viriam a dominar os plantios no Brasil, a recomendação de adubos químicos passa a ser mais intensiva, visto que estes cafeeiros são mais exigentes em nutrientes por serem também mais produtivos. Nas propriedades pesquisadas, 100% das lavouras são implantadas com estas duas variedades.

A introdução destas novas variedades já havia ocorrido nos anos 40 e 50, mas seu uso generalizado somente dar-se-á nas décadas de 60 e 70, estimulado pelos programas de erradicação de lavouras decadentes que foram patrocinados por crédito oficial subsidiado e condicionado ao uso de tecnologias apregoadas na época pelo Instituto Brasileiro do Café. O Mundo Novo foi uma variedade introduzida em 1943/44 e o Catuaí, em 1949, ambos pelo Instituto Agrônomo de Campinas.

Esses materiais genéticos foram decisivos no aumento da produtividade das lavouras de café, sem, contudo, alterar significativamente a dinâmica do uso de mão de

obra. Como eram mais produtivos e a colheita era predominantemente manual, é de se supor que mais trabalho ainda era requerido na colheita.

As práticas de cuidados com a lavoura que mais vão impactar a demanda por trabalho são as de controle do mato. O uso de herbicidas sistêmicos e roçadeiras tratorizadas, a partir da década de 70 e uso das roçadeiras costais motorizadas, a partir do final dos anos 90, vão revolucionar as formas de se trabalhar a lavoura.

Enquanto um trabalhador em tempo integral cuidava de 2 a 4 mil plantas de café com o uso da enxada para controlar o mato em cinco capinas anuais, com o uso destas novas modalidades, o mesmo trabalhador vai cuidar de 30 a 50 mil plantas (relato de produtor da Fazenda 11). Quando comparamos com dados da Tabela 14, a variação é de 1225 a 2195 pés de café por trabalhador, no ano de 1900. É um ganho formidável de produtividade, qualquer que seja a comparação.

E também um ganho técnico na qualidade do serviço, porque além de serem mais eficientes, essas técnicas impactam menos as lavouras que as capinas à enxada, pois não movimentam o solo, mantendo-o protegido com a camada de mato seco ceifado ou morto. Nas fazendas pesquisadas a capina a enxada ainda é executada em lavoura de até 1 ano de idade somente em 5 delas, nas outras esta operação já foi substituída por herbicida seletivo ao cafeeiro. Em nenhuma delas, ocorre o uso da enxada para tratar lavouras adultas. O trabalho duro na enxada é hoje uma metáfora para designar um passado na lavoura de café que, a rigor, quase já não existe mais.

A sazonalidade do trabalho na lavoura cafeeira não é uma característica exclusiva da agricultura moderna. Ela se acentua com o avanço das técnicas de cultivo e, no caso do café, isto se agrava porque o avanço técnico sobre a colheita é muito inferior ao que se sucede aos tratos de manutenção da lavoura. A colheita do café é a etapa de produção que oferece maior dificuldade à mecanização pelas características morfofisiológicas da planta e localização montanhosa das lavouras do Sul de Minas Gerais, contribuindo assim por forte demanda de força de trabalho nesta fase.

A Tabela 13 indica inerente sazonalidade da demanda de mão de obra na cafeicultura, já em 1900. Em todos os municípios levantados na pesquisa, a demanda por força de trabalho na colheita era maior que a ocupada com os tratos das lavouras. Deve-se considerar nesta época a baixa mecanização dos tratos com a lavoura que se baseava nas capinas à enxada, que sempre se constituíram na segunda fonte de demanda

de trabalho do café. Era recomendado controlar o mato com a enxada em cinco capinas anuais bem dispendiosas, distribuídas ao longo do ano. Em alguns contratos com colonos da época, encontramos a exigência de seis capinas (KISCHNER, 1994).

Apoiando-se em levantamento feito em 361 fazendas de café, em 4 municípios do estado de São Paulo, no ano 1900, pode-se fazer uma leitura interessante da força de trabalho à época (Tabela 13). Observa-se que em todos os municípios os trabalhadores necessários para completo funcionamento da propriedade são em número muito superior ao que se constata no momento da pesquisa. É possível supor que faltavam esses trabalhadores na época. Por que estariam estas fazendas de café funcionando com número de trabalhadores abaixo dos necessários? A *falta de braços para a lavoura parece* ter sido uma realidade que reafirma o discurso vigente à época.

Tabela 13 – Trabalhadores permanentes e temporários nas fazendas de café – 1900

Municípios	Fazendas de café	Trabalhadores			Total de pés de café	
	Nº total	Existentes no momento da pesquisa	Necessários para completo funcionamento da propriedade	Extra necessários no momento da colheita	Maiores de 4 anos	Menores de 4 anos
Araçariguama	11	66	100	147	135.900	9.000
Atibaia	249	1.806	2.251	2.784	2.308.600	2.506.600
Bananal	111	1.753	2.207	2.589	4.071.700	551.800
Pilar	10	45	70	154	84.500	5.000
Sertãozinho	60	9.594	Sem informação	2.810	7.345.338	4.410.600

Fonte: Estatística especial da lavoura de café nos municípios de Araçariguama, Atibaia, Bananal, Pilar, Sertãozinho e Redempção In: *Boletim de Agricultura. Anno de 1900. São Paulo: série 1, n. 6, 1900, (suplemento). Apud Tessari, 2010.*

Na tabela 14, podemos perceber que a demanda de mão de obra na colheita variava de 29% a 342% a mais que a demandada nas operações de manutenção da lavoura de café. Deve-se levar em conta que a produtividade dos cafeeiros no Brasil, no período, não era alta, mas ainda assim demandava-se muita força de trabalho para executá-la no período de maio a agosto, época ideal devido ao inverno seco.

Tabela 14- Relação entre trabalhadores totais e pés de cafés totais, em 1900

Municípios	Trabalhadores		N° pés de café total da fazenda	Relação pés de café na colheita por trabalhador	Relação pés de café na manutenção por trabalhador	Demanda sazonal a mais na colheita (%)
	Totais na manutenção	Totais na colheita				
Araçariguama	66	213	144.900	680	2.195	222
Atibaia	1.806	4.590	4.815.200	1049	2.666	154
Bananal	1.753	4.342	4.623.500	1064	1753	147
Pilar	45	199	89500	449	1988	342
Sertãozinho	9.594	12.404	11.755.938	947	1225	29

Fonte: Elaboração própria com dados derivados da tabela 13 (Tessari, 2010)

Os dados obtidos em levantamento realizado, no ano de 2012, em 15 propriedades cafeeiras do Sul de Minas Gerais, em cinco municípios diferentes, encontram-se na Tabela 15 e Tabela 16 indicam que a utilização de mão de obra na colheita é, também hoje, substantivamente, superior nesta fase da lavoura. Mesmo com a utilização de alguma mecanização da colheita, a demanda adicional de força de trabalho chega a extraordinários 1000% de acréscimos nesta atividade. O principal fator que pode explicar esta elevada diferença está em operações mecanizadas dos tratos culturais do cafeeiro que evoluíram de forma mais rápida e eficiente que a operação da colheita, ampliando ainda mais a diferença na demanda por trabalho entre elas. A produtividade do cafeeiro aumentou neste período em até quatro vezes, exigindo também mais trabalho para a retirada dos frutos dos pés.

A comparação exige cuidado: embora exija mais trabalhadores, a colheita deve ser executada em prazo que varia de 80 a 120 dias (Tabela 16), para se restringir à época ideal. Os tratos culturais são efetuados ao longo de todo o ano, embora utilize menos trabalhadores.

Em relação às moradias das colônias, pode-se observar, na Tabela 15, que a maioria está desabitada (propriedades 1, 2, 9, 13 e 14); parcialmente ocupadas (propriedades 4, 6, 7, 8 e 15) e totalmente ocupadas (as propriedades 5, 11 e 12).

Tabela 15- Características das fazendas pesquisadas: moradias, trabalhadores e produção

Fazenda	Moradias totais	Moradias vazias	Trabalhadores residentes	Nº pés de café	Trabalhadores		Produção média safra alta e safra baixa (sc/ha)
					Na manutenção	Na colheita	
1	6	6	0	132.500	4	30	1.080
2	2	2	0	96.800	6	25	1.300
3	35	2	36	612.000	26	100	5.500
4	16	12	6	435.000	15	80	4.000
5	35	0	45	915.100	45	150	8.700
6	25	15	12	778.000	20	135	6.000
7	8	4	7	356.000	7	45	2.400
8	2	1	1	35.000	1	10	400
9	2	2	0	68.000	2	12	500
10	48	47	1	15.000	1	5	100
11	53	0	65	1.500.000	65	270	13.000
12	15	0	20	1.100.000	45	250	14.000
13	6	6	0	150.000	8	30	1.500
14	15	14	1	6.000	1	5	80
15	2	1	1	45000	2	5	400

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria

A diferença ente a relação de trabalhadores necessários para manter a lavoura e os necessários para a colheita tem-se ampliado à medida que se inova mais rapidamente nos tratos que na colheita. A abreviação do tempo de colheita também aumenta esta diferença. Exige-se neste caso mais trabalhadores para fazer o serviço em menor tempo. Esta é a situação das propriedades 1, 7, 9, 12, 13, 14, conforme Tabela 16.

Tabela 16- Relação entre trabalhadores totais e pés de cafés totais, em 2012

Fazenda	Nº pés de café	Trabalhadores totais na manutenção	Trabalhadores totais na colheita	Dias para realização da colheita	Relação pés de café na colheita por trabalhador	Relação pés de café na manutenção por trabalhador	Demanda mão de obra sazonal a mais na colheita (%)
1	132.500	4	30	80	4.416	33.125	750

2	96.800	6	25	120	3872	16.133	416
3	612.000	26	100	140	6.120	23.538	384
4	435.000	15	80	110	5.437	29.000	533
5	915.100	45	150	140	6.100	20.335	333
6	778.000	20	135	120	5.762	38.900	675
7	356.000	7	45	90	7.911	50.857	642
8	35.000	1	10	120	3.500	35.000	1000
9	68.000	2	12	90	5.666	34.000	600
10	15.000	1	5	15	3.000	15.000	500
11	1.500.000	65	270	150	5.555	23.076	415
12	1.100.000	45	250	80	4.400	24.444	555
13	150.000	8	30	80	5.000	18.750	375
14	6.000	1	5	90	1.250	6.000	500
15	45000	2	10	15	9.000	22.500	500

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria

Os métodos de mecanização da colheita do café com máquinas automotrizes de maior rendimento são aplicados com razoável eficiência em terrenos com declividades de até 20%, que constituem uma parte da cafeicultura do sul de Minas Gerais. Uma outra parte se situa em declividades que somente permitem, por ora, semi-mecanização com máquinas motorizadas costais (as mesmas roçadeiras), que ainda assim, reduzem bastante o uso de mão-de-obra total usada na lavoura (LANNA, 2010). Das 15 propriedades estudadas, quatro utilizam máquinas colheitadeiras de grande porte: Fazendas 3, 5, 8 e 11.

As máquinas costais motorizadas têm penetrado muito rapidamente no campo nos últimos anos, em parte, devido à escassez e custo da mão-de-obra na colheita. Elas têm, segundo alguns estudos preliminares, melhorado a eficiência de um trabalhador na colheita do café em 1,5 a 2 vezes (dado fornecido por produtor da Fazenda 11). Resultado que deve ser considerado bem significativo, levando-se em conta seus custos relativamente mais baixos e seu uso adaptado às mais diversas condições de lavoura. Para os trabalhos de controle do mato essas máquinas já se consolidaram como tecnologia aceita e aplicada pelos cafeicultores (em todas as propriedades pesquisadas).

A busca de qualidade para a produção de café tem feito os produtores executarem a colheita em intervalo de tempo menor. Se no passado, a colheita poderia ser efetuada a contento, entre os meses de maio a setembro, gastando em torno de 150

dias, hoje ela deve ser a mais rápida possível para permitir aproveitamento dos grãos ainda em estado de cereja, visando melhor qualidade do produto. Como indica a Tabela 14, há produtores que planejam a colheita em torno de 80-90 dias, (caso das fazendas 1, 7, 9, 10, 12, 13 e 14), diminuindo muito o prazo para sua execução e, portanto, aumentando significativamente a demanda sazonal por mão de obra. As propriedades 10 e 15 colhem suas lavouras em 15 dias, mas isto se deve ao pequeno tamanho delas e não constitui, necessariamente, uma estratégia técnica.

Em síntese podemos afirmar que a modernização da cafeicultura acentuou ainda mais a diferença entre o trabalho necessário à manutenção da lavoura e o demandado à colheita dos frutos. Se, conforme pesquisa da época, em 1900, a demanda por mão de obra adicional na colheita do café variava de 29% a 342%, conforme a região (Tabela 14), hoje ela flutua, nas fazendas pesquisadas, de 333% a 1000% (Tabela 16). Haja, se é que há, estratégia gerencial para administrar isso.

Quando analisamos as moradias rurais ocupadas nas fazendas de café do nosso estudo, podemos observar que, em algumas delas, habitam não um colono tradicional, mas um mensalista ou um trabalhador eventual. Em outras, os safristas, os apanhadores de café na época da colheita, muitas vezes, vindos de outros estados (em cinco delas). E outras estão vazias, encontram-se abandonadas ou algumas já foram demolidas. Encontramos significativo número de ocupação nas fazendas 3, 4, 5, 6, 10, 13 e 14 cujos moradores estão na condição acima exposta.

A base da existência do colono esteve na *roça de subsistência*, nas *culturas alimentares* que possibilitavam sua reprodução econômica e social, e para o fazendeiro de café uma forma viável de conciliar rigidez de mão de obra com sazonalidade de sua demanda. E, na voz de um ex-colono, hoje produtor familiar, este era um “tempo de comer e de progredir”. Mas a suas roças de subsistência não puderam competir com as roças mecanizadas e mais produtivas da agricultura moderna, inviabilizando seus ganhos em espécie. Nem puderam permanecer no meio das lavouras de forma intercalar ou à parte, pois, foram forçadas a ceder passagem aos tratores, outras máquinas e implementos que são mais eficientes no trato da lavoura.

O Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural na década de 60 também adicionaram um agravante: o colono perdeu primeiro a roça de subsistência que alimentava seu projeto de autonomia e transformou-se num camarada residente com direito a plantar algumas verduras e, às vezes, criar umas galinhas, depois perdeu o

trabalho e a morada. Na verdade, antes de ser um boia-fria, o colono foi um morador, um mensalista ou simplesmente um camarada diarista residente nas fazendas. Depois, nem isso.

A atividade cafeeira é inerentemente sazonal na demanda por trabalho. Nela, os tempos de plantar, de cuidar e de colher sempre exigiram quantidade e intensidade de trabalhos diferentes. Em cada época, o arranjo produtivo encontrado pelos produtores para enfrentar este problema foi também diverso.

Na escravatura, a rigidez da mão de obra escrava implicava dificuldade de adequação da quantidade de trabalhadores às demandas de mais e menos trabalho. Não se podia vender facilmente um escravo na entressafra, quando a demanda de trabalho fosse menor, para adquiri-lo novamente na colheita, quando a demanda de trabalho intensificasse. O que o fazendeiro fazia era tentar dimensionar a quantidade de escravos para os momentos de mais trabalho para conseguir realizar a tempo a colheita. No tempo da menor demanda, a abundância deles obrigava-o a ocupá-los em atividades secundárias nas fazendas. Havia pouca possibilidade de contratação de força de trabalho livre, porque este mercado de trabalho era incipiente. A *falta de braços para a lavoura* parece, portanto, se referir diretamente à época da colheita. A escravidão representou, assim, a forma mais acabada de oferta inelástica de mão de obra para a lavoura de café.

O fim da escravidão levou os trabalhadores, agora outros, da senzala à colônia na fazenda cafeeira. O colono já era uma associação entre trabalho permanente e temporário na fazenda. Quando no trabalho de sua roça, criação, parceria, produzia sua subsistência e reprodução, sem custo monetário ao dono da fazenda funcionava como uma mão de obra de reserva garantida para os picos de demanda nas capinas e na colheita. Sua família também representava o acréscimo necessário de mão de obra na hora requerida para se juntar às turmas na colheita, agora já acrescidas de algum trabalhador temporário contratado fora das fazendas, pois um mercado de trabalho, ainda que incipiente se formava.

Esse novo arranjo produtivo conferiu alguma flexibilidade na adequação da mão de obra aos trabalhos sazonais com a lavoura, mas a rigor, ainda representava rigidez assemelhada àquela da escravidão. A garantia de terras para a roça de subsistência e a manutenção do colono e sua família durante todo ano residente na fazenda exigiam responsabilidade e custos para o fazendeiro.

Ademais, como durante a escravidão, o colonato, ao manter dentro da fazenda um reservatório de mão de obra temporária necessária para os momentos de mais trabalho, também retardava a necessidade de mecanização da lavoura. O colono carpiá, (sem custos monetários) ao mesmo tempo os cafeeiros e as *culturas alimentares* intercaladas na lavoura, o que tornava desnecessária qualquer inovação no trato dos cafezais. Não interessava ao proprietário porque esta tarefa não lhe representava custos monetários. Ao colono também era desinteressante, porque qualquer inovação impediria o cultivo de subsistência entre as linhas do cafeeiro, o que, de fato, veio a acontecer mais tarde. E, se a inovação a ser introduzida viesse a diminuir ainda mais a quantidade de mão de obra necessária para os tratos culturais, momentos em que já era mais baixa a necessidade de trabalho, em relação àqueles de necessidade mais alta, acabaria por aumentar, desnecessariamente, a diferença entre a quantidades de trabalho demandado.

A modernização da agricultura, a partir dos anos 60 e 70, veio viabilizar a transição entre a rigidez da mão de obra do escravismo e do colonato e a sua maior flexibilidade com a generalização do trabalho temporário. Nesse período criaram-se as condições mais favoráveis para a intensificação do trabalho temporário porque agora já existia a garantia de oferta elástica de mão de obra. A existência de um mercado de trabalho rural veio permitir, além da liberação da mão de obra permanente das fazendas e a sua transformação em trabalhadores temporários, a introdução de inovações técnicas que vieram reduzir ainda mais este contingente de mão de obra e acentuar a sazonalidade da atividade agrícola. Isto ocorreu com todas as culturas agrícolas e com o café mais lenta e tardiamente, como se tentou demonstrar neste texto.

O esvaziamento da colônia agrícola é a expressão de um arranjo produtivo que dispensou grande parte dos trabalhadores das atividades de manutenção da lavoura de café. Já não é necessário manter um trabalhador permanente subocupado, ou desviado para tarefas secundárias ou trabalhando em outras culturas, aguardando a época da colheita. Contrata-se um safrista e o dispensa quando não for mais necessário.

Sob a lógica do capital isto configura uma evolução. Gerir com eficiência uma atividade rural que requisita trabalho inconstante é poder contratar força de trabalho quando dela se necessita, o que permite adequar os custos com mão de obra aos momentos de mais ou de menos trabalho ao longo do processo de produção e aos momentos de alta e baixa quantidade produzida.

Para garantir a atividade com alta sazonalidade na demanda por trabalho a possibilidade de contratar, demitir e recontratar a mão de obra ao longo do ciclo de produção era necessário um imenso exército de reserva que aumentasse a elasticidade da oferta de mão de obra. Foi isso que ocorreu.

Entretanto a reestruturação produtiva por que tem passado a cafeicultura, nas três últimas décadas, diminui os empregos em uma das últimas atividades de utilização intensiva de mão-de-obra de baixa qualificação no campo. Na maioria das atividades agrícolas isso já ocorreu. O final da colheita manual da cana já tem data marcada. O avanço tecnológico sobre a colheita do café tenderá também a reduzir emprego sobre a atividade. A destruição de empregos, sem a criação de outros, ou sem outra proteção social, contribui para a produção do maior monstro social da falta do trabalho que é a pobreza. Não é preciso mais disso. O campo brasileiro concentra a maior pobreza proporcional do Brasil na atualidade. E esta pobreza não está concentrada na região do café.

O que mais chama a atenção nas entrevistas com os produtores e trabalhadores é a recorrência ao assunto da mecanização da cafeicultura. O avanço das técnicas de produção é visto como salvação ou sobrevida para a atividade que não tem sido remuneradora nos últimos anos. A máquina, na visão deles, diminui custos e *humaniza o trabalho*, este no sentido de tornar mais fácil a lida pesada na lavoura.

As novas relações de trabalho com predominância das ocupações temporárias na produção cafeeira têm consequência nas subjetivações dos trabalhadores e contribuem para o rompimento da cultura ética à qual pertenciam e por meio da qual definiam a sua identidade. A ocupação rural volante produz subjetivação e laços sociais bem menos estáveis que o modo de vida rural que havia servido de modelo para pessoas, famílias e comunidades. Na pesquisa de campo as referências ao trabalhador volante descompromissado e mercenário são recorrentes nas falas de proprietários e trabalhadores. Todos os produtores familiares da pesquisa anotaram isso.

Mesmo após o esvaziamento do colonato na lavoura cafeeira, ainda faz parte da paisagem rural nas fazendas mais antigas, as casas dos colonos. Muitas estão desocupadas, ou abandonadas, outras foram demolidas, ou usadas para outros fins e encontramos outras habitadas. Neste caso, o morador não é um colono típico do início até meados do século XX, é um assalariado rural residente no campo, por alguma

conveniência. Muitos moradores são safristas, os apanhadores de café vindos de outros estados ou regiões para fazer a colheita e depois ir embora novamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2008, 242p.

ALVIM, Zuleika Maria Forcioni. *Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1994, 344p

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. Campinas, São Paulo: tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. *Absorção e mobilidade da força de trabalho numa propriedade rural paulista (1895-1930)*. In: Anais do II Congresso e História de São Paulo (O Café), São Paulo: 1975.

_____. *Fazenda de Santa Gertrudes. Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista. 1895-1930*. Rio Claro, SP: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973.

_____. *Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX*. In: Anais do XII Encontro Nacional da ABEP, 2000

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do povo no complexo cafeeiro*. Aspectos políticos. São Paulo: Edusp, 1971.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BILAC, Maria Beatriz; TERCI, Eliana T. *Piracicaba: de centro policultor a centro canavieiro (1930 - 1950)*. Piracicaba: MB Editora, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983

BRANT, Vinícius Caldeira. *Do colono ao boia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis*. In: Estudos CEBRAP, São Paulo: 1977, 19, p. 37-92.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento de Safra 2012. Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_05_10_08_56_04_boletim_cafe_-_maio_2012.pdf. Acesso em 12 de maio de 2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário- DIEESE. 4^a ed. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*, Brasília, MDA, 2011.

BRASIL. **Lei** n° 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Publicada D.O.U em 11 6 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm. Acesso em 15 de abril de 2012.

BRASIL, **Lei** n° 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da terra e dá outras providências. Publicada no D.O.U de 31.11.1964, retificado em 17.12.1964 e retificado em 6.4.1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm. Acesso em 15 de abril de 2012.

BRASIL, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Publicada no D.O.U de 16/09/1965.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm. Acesso em 15 de abril de 2012

BRASIL, Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. Publicada no D.O.U de 9/11/1965.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm. Acesso em 15 de abril de 2012

BRASIL, MAPA- Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>. Acesso em 15 de maio 2012.

CAMINHA, Pedro. “A presença do agregado na Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Jr.” In: *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 10, dezembro de 2007, p. 48-60.

CANABRAVA, Alice P; MENDES, Maria Tereza. A região de Piracicaba In: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. XLV, 1938.

CANABRAVA, Alice P. *A grande lavoura*. In Sérgio Buarque de Holanda (org.). *O Brasil Monárquico- Declínio e queda do império*, vol.6 História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.)

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1991.261p.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CASTRO, Hebe Maria Mattos G. de. *Ao Sul da História – Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina da. *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001.

CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*; trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

COSTA, Wilma Peres. *A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade*. In: Economia e Sociedade. Campinas, SP: vol. 10, jun 1998, p. 141-173.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Edusp, 1971.

_____. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEBES, Célio. *A caminho do oeste: subsídios para a história da Companhia de Estradas de Ferro e das ferrovias de São Paulo*. São Paulo: Bentivegna, 1968.

DELFIM NETO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992)

DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.

EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989.

_____. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 1977.

FAVARETO, Arilson da Silva. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. 1ª ed. São Paulo: Fapesp/Iglu, 2007. vol. 1, 220 p.

FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Campinas, SP: tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 2007.

FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café - Franca:1890-1920*. Dissertação de mestrado UNICAMP, 2002.

FERLINI, Vera Lucia Amaral e Phillipini, Elisabeth. “*Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica*” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 3, n. 25-26, set 92- ago 93, p.121-132.

FERRÃO, Andre Munhoz de Argollo. *Colonos na fazenda Ibicaba, empresários em Piracicaba: a evolução socioeconômica de um grupo de imigrantes alemães (1850-1880)*. In: Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa - Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2º ed., 1993.

FLEURY, Sonia. *Políticas e sistemas Sociais em Transformação na América Latina*. Socialis – Revista Latino-americana de Política Social, nº 1, oct, Buenos Aires, 1999.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.

FRANÇA, Caio Galvão; DEL GROSÍ, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente, P. M. Azevedo. *O Censo agropecuário e a agricultura familiar no Brasil*, MDA, 2009.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXI (1927-1931), p. 73-148.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo: tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 1982.

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOODMAN, D. SORJ, B., WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GONÇALVES, Paulo César. *Migração e mão de obra. Retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da FFLCH/USP, 2002.

GONZALES, Élbio N.; BASTOS, Maria Inês. *O trabalho volante na agricultura brasileira*. In: Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) da Unesp (org). *A mão de obra volante na agricultura*. São Paulo: CNPq/UNESP/Polis, 1982. p. 35-55.

GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

GRAHAM, Douglas H; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil (1872-1970)*. São Paulo: IPE/USP, 1984.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa : estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo:

UNICAMP, 1996.

_____. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Estudos Avançados, USP, 15 (43), set-dez. 2001.

_____. *Café Amargo. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)* de Verena Stolcke” In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 3 (resenhas), 2006.

_____. *O “bóia-fria”: entre aspas e com pingos nos is*. In: Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) da Unesp (org). *A mão de obra volante na agricultura*. São Paulo: CNPq/UNESP/polis, 1982, p. 137-177.

_____. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo, Editora Hucitec, 1981. (Economia e Planejamento)

GUANZIROLI, Carlos.; CARDIM, S. E. (Coord.). *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html.e>

GUANZIROLI, Carlos; DI SABBATO, Alberto; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIM, Antonio. M; BITTENCOURT, Gilson. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamount, 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

HOLLOWAY, Thomas H. *Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar*. In: Estudos Econômicos. São Paulo: vol. 2, n. 6, dez/1972, p. 145-180.

_____. *Imigrantes para o Café: café e sociedade em São Paulo, 1886- 1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KAGEYAMA, A. et. al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Brasília: IPEA, 1990.

KAUTSKY, K. 1986. *A questão agrária*. São Paulo, Abril/Nova Cultural. (Col. Os Economistas.)

KIRSCHNER, Teresa Cristina. *Memórias de um conflito entre imigrantes e fazendeiros de café no século XIX*. Textos de História: revista do programa de pós-graduação em história da UnB, Brasília, v. 2, n. 3, p. 68-84, 1994. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5752>. Acesso em 05 de maio de 2012.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Agricultura e mercado de trabalho. Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção das ferrovias em São Paulo, 1850-1890* In: Estudos Econômicos, São Paulo, v. 37, n.2, p. 353-372, abr-jun 2007.

_____. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX*. In: História Econômica & história de empresas, vol. III, n.1, 2000, p.43-76.

_____. *Da escravidão ao trabalho livre (a lei de locação de serviços de 1879)*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na zona da mata mineira, 1870-1920*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

LANNA, Giovani Blasi Martino. *Viabilidade econômico-financeira da cafeicultura nos Sul de MG*. Dissertação de Mestrado, Lavras: UFLA, 2010.

LOPES, Juarez. Rubens Brandão. “*Transformações produtivas e implicações para as políticas sociais*”. In: Caderno de Pesquisa nº 27, Campinas, NEP/UNICAMP, 1993.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973, 264p.

_____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Rodrigo Constante. *Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira*. São Paulo: AGRÁRIA, Nº 4, 2006, pp. 165-184.

MATTOS, Odillon Nogueira. *Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega/Sociologia e Política, 1974.

MAURIEL, Ana Paula Ornelas. *Desenvolvimento humano e proteção social em um contexto de crescente interdependência*. In: OLIVEIRA, Odete Maria (org). *Configuração do humanismo e relações internacionais*. Ijuí, 2006.

_____. *Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

MELO, Hildete Pereira. *O café e a economia do Rio de Janeiro 1888/1920*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de doutoramento, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MELLO, Maria Conceição D'Incao e. *O Bóia-Fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

MELO, José Evando Vieira de. *Café com açúcar: a formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX* In: Saeculum Revista de História. João Pessoa/PB, n.14, Jan./ Jun. 2006, p. 74-93.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *A Lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Campinas, SP: dissertação de Mestrado apresentada ao IFCH/Unicamp, 1995.

MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas de sertão paulista. Mercado interno e mão de obra no período de transição: 1830-1888*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios. Contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil*. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro Fundação Nacional Pró-Memória, 4.ed., 1982.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MOURA, Denise A Soares de. *Café e Educação no século XIX* In: Cadernos Cedes, Campinas, SP: ano XX, n. 51, 2000, p. 29-49.

_____. *Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888)* In: América Latina en la Historia Económica, v. 27, jan-jun 2007, p. 79-110.

_____. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

MULLER, Ana Luiza. *A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2007.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989.

_____. *A dinâmica da agricultura paulista*. São Paulo: Fundação SEADE, 1985. (Série São Paulo, nº 80, v.2).

_____. *Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo*. Estudos. Avançados. vol.3 nº7, São Paulo Set./Dez. 1989.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. (coord.) *Transformações sócio-econômicas e dinâmica demográfica paulista: o café e a urbanização antes de 1930*. Relatório Final. Campinas, Núcleo de Estudos de População (NEPO)/Unicamp, nov. 1991, 265p.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais* In: Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada, vol. 1, n. 1, jul/dez 2006.

POCHMANN, Márcio. *Trabalho sob-fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Cortez, 2003.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense Publifolha, 2000.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1998.

_____. *A revolução brasileira*. 7ª edição – São Paulo: Hucitec, 1977.

RANGEL, Ignácio. “*A questão agrária brasileira*” In: BENJAMIM, César. (org). Ignácio Rangel. *Obras reunidas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 23-80.

_____. *Economia: milagre e anti-milagre (1985)*” In: BENJAMIM, César. (Org). Ignácio Rangel. *Obras reunidas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *O desenvolvimento econômico no Brasil (1954)*. In: BENJAMIM, César. (org). Ignácio Rangel. *Obras reunidas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

REZENDE, Gervásio Castro de. *Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil: uma avaliação crítica*. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, vol. 44, no 01, p. 47-78, jan/mar 2006.

RUFINO, Luís dos Santos. VILELA, Pierre Santos. (coordenadores). *Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais*. Belo Horizonte: INAES, 2010, 300p. il.

SALLES, Iraci Galvão. *República: a civilização dos excluídos (representações do trabalhador nacional. 1870-1920)*. São Paulo: tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História/FFLCH, USP, 1995.

_____. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870-1889)*. São Paulo: Hucitec/INL, Fundação Pró-Memória, 1986, 266 p.

SALLUM Jr., Brasílio. *Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SANTOS, Boaventura Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Venússia Eliane dos et al. *Análise do setor de produção e processamento de café em Minas Gerais: uma abordagem matriz insumo-produto*. *Rev. Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v.47, n.12, Jun. 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SILVA, Lúgia Maria Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril cultural, Coleção Os Pensadores, 1983.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STOLCKE, Verena; Hall, Michael. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo" In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 3, n. 6, set. 1983, p. 80-120.

_____. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: contexto, 1990.

TAUNAY, Afonso d'Estagnoli. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TERCI, Eliana T. (org.). *O desenvolvimento de Piracicaba: história e perspectivas*. Piracicaba/SP: Editora da Unimep, 2001.

TESSARI, Claudia Alessandra. *Braços para colheita: sazonalidade e permanência no trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)* Tese de doutoramento, Unicamp, 2010

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura. Imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano di cultura/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*, 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Interpretações da colônia: leituras do debate brasileiro de interpretação marxista*. Campinas, SP: dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia, Unicamp, 2004.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. "O movimento republicano de Itu. Os fazendeiros do Oeste paulista e os pródromos do movimento republicano" In: *Revista de História*. São Paulo: 1954, p. 379-405.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1982.

_____. *Um estabelecimento agrícola no Estado de São Paulo nos meados do século XIX*, *Revista de História*, n. 98, 1974.

ZIMMERMANN, Maria E. M. *O PRP e os fazendeiros de café* (Um estudo sobre a estratégia e as propostas do Partido Republicano em São Paulo)

ANEXOS

Quadro 1 - Nome e município de localização das fazendas pesquisadas

Fazenda	Nome	Município
1	Fazenda Mário Lima	Guaranésia

2	Sítio Seis Paus	Guaranésia
3	Fazenda São Benedito	Guaranésia
4	Fazenda Seis Paus	Guaranésia
5	Fazenda Capitólio	Guaranésia
6	Fazenda Rancho Alegre	Guaxupé
7	Fazenda Ponte Preta	São Pedro da União
8	Sítio São Benedito	Guaranésia
9	Sítio Bernardos	Guaranésia
10	Fazenda Bela Vista	Guaranésia
11	Fazenda Cachoeirinha	Monte Santo de Minas
12	Fazenda Ponta Alegre	Cabo Verde
13	Sítio Picão	Guaranésia
14	Fazenda Barro Preto	Guaranésia
15	Sítio Cachoeira	Guaranésia

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria

Roteiro das Entrevistas

A- Entrevista com trabalhador que sempre morou na roça

1. Nome:
2. Idade:
3. Quanto tempo mora na roça:
4. Quantas pessoas da casa trabalham na fazenda:
5. Já morou em outra(s) fazenda(s); Há diferenças entre elas:
6. Pretende continuar morando na roça:
7. Quais as dificuldades mais comuns de se morar na roça:
8. Quais as vantagens de se morar na roça:
9. Quais os tipos de trabalho que executa na fazenda:
10. Já pensou ou pensa em mudar para a cidade:
11. Tem receio de ser dispensado do serviço

B- Entrevista com trabalhador que já morou na roça e agora mora na cidade

1. Nome:
2. Idade:
3. Quanto tempo morou na roça:
4. Já morou em outra(s) fazenda(s); Há diferenças entre elas:
5. Por que mudou para a cidade:
6. Quais as dificuldades mais comuns de se morar na roça:
7. Lembra-se de alguma vantagem de se morar na roça:
8. Quais os tipos de trabalho que executa na fazenda:
9. Tem dificuldade de encontrar serviço:
10. Voltaria a morar na roça:

C - Entrevista com proprietário que ainda tem colônia de moradores na fazenda

- 1- Nome: J. F. B
- 2- Quantas têm moradores?
- 3- Todas já tiveram moradores?

- 4- Quando deixou de ter moradores?
- 5- Por que existem casas que estão vazias?
- 6- O que pretende fazer com as casas vazias?
- 7- Há diferença entre os trabalhadores que vem da cidade e os que moram na fazenda:

D - Entrevista com proprietário que não tem mais moradores na colônia da fazenda

1. Nome:
2. Idade:
3. Quantas casas de colono tem o estabelecimento?
4. Quantas casas têm moradores?
5. Todas já tiveram moradores?
6. Quando deixou de ter moradores?
7. Por que as casas estão vazias?
8. O que pretende fazer com as casas vazias?

“Ter para comer e progredir: história de vida de um colono de café”

(Entrevista com ex-colono de fazenda de café até 1986)

Fiz anotação rápida e abreviada das falas do entrevistado porque o gravador do celular “o deixava sem graça”, segundo sua justificativa. Para minha sorte a fala de Pedro é

muito pausada e permitiu que eu conseguisse fazer as anotações. Sua fala é tão convincente, autoral e acredito que também, por eu pertencer a este universo cultural, suas palavras ficam gravadas na memória da gente, o que facilita bastante transcrição. Identifico o entrevistado com o nome real, com sua autorização, porque isto lhe causa “orgulho e satisfação”, segundo ele próprio.

Na transcrição “aliviei” o texto de algumas incorreções de concordância verbal e nominal, muito básicas, mas mantive a maioria delas; fiz a supressão de tiques como “né”, “pois é”, “bom” e outros termos da língua falada; transpus “ocê”, “nóis”, “trabaiá”, “tamém” “tá bão” “tava”, e muitos outros para a língua escrita, sem que alterassem o sentido e mudassem os termos do que foi dito pelo entrevistado. Em todas as falas transcritas procurei preservar o sentido original.

1- Transcrição da entrevista na forma de história de vida

com Pedro Divino, trabalhador rural e proprietário do sítio São Domingos da Serra Nova, Município de Guaranésia (MG), realizada no terreiro de café, perto da sua casa, no dia 18 de janeiro de 2012, das 16:00 às 19:45.

Celso - Pedro, então, como havíamos combinado, você pode me falar agora da sua vida como trabalhador rural e produtor de café?

Pedro Divino – Olha Celso você me conhece desde pequeno e conhece muita coisa da minha vida. Desde pequeno eu aprendi a trabalhar na roça e fazer todo tipo de serviço, hoje eu estou com 55 anos e trabalho desde os seis, que eu me lembro de levar comida na roça para o meu pai e ajudar um pouco o serviço dele. As lembranças maiores que eu tenho desse tempo é só de dificuldade, muito sofrimento, quase não tinha direito o que comer, O meu pai era meio doente, não podia mais trabalhar o dia inteiro, então, punha os filhos na roça desde pequeno. Ele era muito bravo e não podia falar não pra ele. A gente, também naquele tempo, respeitava mais pai e mãe. Hoje filho não escuta pai, Eu não queixo dos meus filhos não, mas vejo, hoje, a mocidade faz é o que dá na cabeça, e por isso dá tudo errado. Eu agradeço muito o jeito que o pai criou nós, não fosse assim, eu hoje não tava no pé que tou (em Minas isso equivaleria a ser o que sou hoje). O pai tinha dois alqueires de terra que ganhou de herança do meu avô, parte da minha mãe. Ali, ele plantava café e criava umas vacas de leite. Não dava pra fazer muita coisa. Eram 5 irmãos e 3 irmãs. Ele não tinha muita cabeça para os negócios, não.

Celso - Seu pai vendeu este sítio quando vocês ainda eram bem pequenos...

Pedro Divino - É verdade. Meu pai, com o dinheiro da venda das terras, comprou uma casa na Prata (pequeno distrito de Guaranésia) e foi morar com minha mãe, minhas duas irmãs solteiras e dois irmãos mais novos; meu pai conseguiu aposentar por causa da doença nas pernas. Ele morreu faz cinco anos e a mãe mora com a gente.

Daí eu e dois irmãos fomos morar e tocar café na Fazenda Cinco Paus. Eu trabalhei uns tempos no eito, fui também fiscal de eito, mas logo o patrão quis que eu passasse a tomar conta dos outros camaradas da fazenda, olhando os serviços, distribuindo a turma, olhando a lavoura para ele; um tipo de administrador, mas não era o administrador, eu acho que porque ele achava que eu tinha pouco estudo então eu não dava conta de fazer a marcação da fazenda. (as anotações diárias de campo). Nesse serviço eu fiquei uns cinco anos. Ganhava pouco já tinha as crianças, mas a mulher ajudava, e nós fomos levando a vida, sempre com a vontade de progredir.

Agora, o primeiro pé-de-meia que nós fizemos, foi quando os irmãos e eu pegamos uns café pra tocar a meia na fazenda (sistema de parceria em que o trabalhador entra com a mão-de-obra e o dono da terra com a lavoura instalada e metade dos insumos, e a produção é repartida meio a meio na colheita). Nós trabalhávamos depois do horário de serviço. Até as quatro trabalhava na fazenda e depois ia pro café fazer o serviço que precisava. Trabalhava até começar escurecer. Era muito sofrido, mas até que era bom porque agente estava trabalhando na esperança de poder ganhar um pouco mais com a venda do café que tocava para nós. Pois foi aí, Celso, que nós começamos a fazer um pezinho de meia. Só com salário dava malemá (mais ou menos ou mal para) para comer. Nós acertamos umas venda de café em uns anos que o preço estava bom, conseguimos juntar um pouco de dinheiro que sobrava dos gastos. Nós tocamos meia nesta fazenda 12 anos, chegou um dia que mudou o patrão e ele resolveu tocar os café tudo por conta própria e acabar com as meias. Nessa hora todos os irmãos já tinham casado. Resolvi mudar da fazenda. Dois irmãos já tinham mudado.

Comprei um alqueire e uma quarta de terra na subida do Taquarussu, do antigo Zé Bento, metade à vista e metade para pagar um ano depois (*corresponde a trinta mil metros quadrados, esta é a menor área rural passível de transação comercial escriturável*). A terra era de ladeira, terra de cultura, (terra de boa fertilidade) mas estava mal cuidada tinha só um pasto ruim cheio de unha-de-gato e, em dois anos, formei café nele tudo. Foi minha primeira lavoura só minha, e dos filhos sem ter que repartir a colheita. A terra lá é boa formei 8000 pés de café e agradeço a Deus, foi aí que

as coisas começaram a dar mais certo para mim. Os filhos, Cristiano e Carlos já estavam ajudando na roça, e minha mulher também ajudava. Isso já faz uns 20 anos.

Os meninos não quiseram estudar não, fizeram até o ginásio e não quiseram sair daqui para continuar em Guaranésia, eles achavam difícil estudar de noite depois está cansado no outro dia para poder trabalhar na roça, que o serviço é pesado. Eu não obriguei não porque eles gostam mesmo é do serviço de roça, e eles, hoje, têm cada um sua moto, o Carlos já tá casado, fizemos um casa para ele, ele também tem carro novo. Acho que o estudo neste caso não faz falta para eles. Se trabalhar firme e direitinho, igual nós trabalhamos, a gente consegue as coisas também. O estudo não faz muita falta na roça aqui não, eu acho. Só o estudo mas sem vontade de trabalhar não dá para fazer muita coisa não. Roça dá muito trabalho e tem que ter fé e coragem, para poder sair bem. Acho que é isso.

Celso- Eu sei que você, hoje, tem mais terras outro sítio na Cachoeira, por exemplo...

Pedro Divino: É. Eu comprei este sítio dos filhos do Zé Batista. Tenho mais dois alqueires e meio no Goiabal, perto da Guaranésia, e três alqueires na Cachoeira. Aqui eu estou com 40 mil pés de café, o terreiro as tulhas e o secador. Os cafés dos outros sítios eu seco e limpo aqui. Essa casa foi eu que fiz também aqui não tinha nada, só pasto sujo. Agora comprei uma chácara na Prata, é onde mora o Carlos, lá tem um terreiro de café também. O sítio da cachoeira quem toca é meu irmão mais velho, o Antônio. Quando aperta o serviço e ele não dá conta, a gente faz um mutirão e ajuda ele. Lá eu dei a meia para ele tocar.

Celso - Pedro, vejo que você conseguiu muitas coisas. A que você atribui seu progresso?

Pedro Divino- A gente trabalha junto, todo mundo, até a mulher tem ido para a roça, agora que não tem mais filho pequeno. A gente cuida bem das lavouras. Café tem que cuidar direito. Meu pai não cuidava direito. Isso ele não me ensinou, ensinou a trabalhar, mas ele não adubava, não pulverizava, não punha calcário, cuidava no sistema antigo. Nós fazemos tudo que precisa. Café tem que cuidar senão não dá nada. Você gasta com ele e ele agradece e dá muito mais de volta. Aprendi isso na Fazenda do Nenzito (a fazenda em que ele morou). Hoje tem doença que não tinha antigamente, tem mais praga, se cuidar no sistema antigo não produz. Tudo que eu tenho eu devo ao café.

Se eu continuasse trabalhando no salário, não tinha o que tenho hoje. Trabalhava até menos, mas não resolve porque não faz fartura. E a gente só mexe com café aqui no sítio, não dá para fazer outra coisa senão não faz direito. Tem um gadinho, mas muito pouco, só para aproveitar um pedaço de pasto que a gente tem. Tem hora que o preço do café cai, é ruim, mas outra hora é bom e a gente vai fazendo a nossa parte, uma hora mais animado, outra hora mais desanimado. Se trabalhar direito Deus ajuda, por isso nós temos fé.

Celso - E diversão...

Pedro Divino- A nossa maior diversão é o serviço. A gente trabalha junto, todo mundo, até a mulher tem ido para a roça agora que não tem criança pequena. Tem mais facilidade, tem trator, condução para ir pra roça, carro para ir na cidade a hora que quer. Não depende mais dos outros para trabalhar não, precisa coisa melhor?

Aqui em casa sempre tem gente. Nós nunca estamos sozinhos, nós ajudamos todo mundo aqui perto, somos respeitados nesse lugar, têm os amigos dos meninos, os amigos da gente, tenho um nome limpo, não tenho inimizade nenhuma, a casa está sempre cheia e isso distrai a gente. A gente foi criado com pouco, às vezes tinha mal pra comer e hoje tem fartura, progrediu, criou bem os filhos tem saúde por isso tem que agradecer a Deus porque está bom demais. (semblante de satisfação)

Celso- E o futuro?

Pedro Divino- Não penso muito não, a gente já progrediu e está satisfeito com o que tem. A gente aqui tem vaidade quase nenhuma. (a aparência de Pedro é de um trabalhador rural em que as marcas do tempo e do trabalho rural duro estão muito presentes; tem uma prótese dentária visivelmente precária). Até que tem umas festas por aí, mas a gente, eu e mulher não é muito de ir não. A mulher gosta é de festa de casamento (olha pra dentro da casa como se averiguasse se ela, a esposa, estivesse escutando). Mas a gente vai de vez em quando. Os meninos já gostam mais, andam mais.

Os meninos falam em comprar mais terra, uma terra mais junta, mais perto pra facilitar os serviços. Eu e a mulher estamos ficando velhos, ainda temos força pra trabalhar, mas vai chegar uma hora que as forças vão faltar... Eu peço a Deus que dê saúde para nos continuarmos e para os filhos aumentar o pé de meia deles porque eles também gostam

da roça. Eles já gostam mais da cidade do que eu e a mulher, mas para passear, morar lá eles falam que não quer, não foram acostumados com isso.

A roça também está ficando um lugar difícil de trabalhar, antes parece que dava mais lucro, as coisas não eram tão caras, a gente conseguia guardar mais, hoje tudo está mais caro, se precisar contratar alguém, o cara só quer ganhar, não faz nada direito, faz tudo sem amor, sem gosto. Não era assim. Tem mais facilidade também, antes era tudo mais na mão, hoje tem mais maquinaria que ajuda muito.

Celso - Pedro, e as dificuldades que encontra, decepções, golpes da vida...

Pedro Divino – A gente vai ficando mais velho e o corpo não tem a mesma destreza que tinha. Mas ainda não estou cansado não acho que nem consigo parar de trabalhar fácil não, nunca sei o que é ficar à toa. O serviço da roça não é difícil para quem gosta e sabe fazer, quem está acostumado. Tem muita dificuldade com sol demais, de menos, chuva demais, de menos, seca, chuva de pedra, (chuva de granizo) mas com fé e coragem a gente enfrenta tudo isso porque a única coisa que não tem jeito é a morte.

Tem umas coisas que deixam a gente triste na vida, outro dia um sobrinho meu, filho da minha irmã mais velha morreu enforcado, suicidou. Acharam droga perto do corpo dele, cocaína. Minha irmã não acredita até hoje que o filho mais velho dela criado na roça, na dificuldade, foi morrer nessa condição. Mas o pai dele também não ajuda, não gosta de trabalhar, só de fazer uns negócios meio bobos. Eu já tentei ajudar esta irmã e esse cunhado, levei para morar perto de nós, mas não tem jeito. Ele é muito descompreendido. Eu tenho dó da minha irmã. A gente pensa que isso, a droga, é coisa só da cidade, mas não é não. Têm essas coisas aqui perto da gente também. É isso... *(nesse momento me chama para tomar café como se tivesse dito tudo, me pergunta se eu quero saber mais alguma coisa. Disse que por ora estava bom e tive que agradecer a sua entrevista e o café, porque não bebo isso de jeito nenhum, nem por cortesia, mas comi umas bananas-ouro na cozinha com ele).*

2- Algumas leituras da fala de Pedro

2.1 - As relações tradicionais de exploração do trabalho rural que condena a maioria desses trabalhadores à condição de simples reprodução e sobrevivência podem ser rompidas, em condições singulares, mas com muita frequência. As sobredeterminações econômicas que geram a exclusão também podem gerar inclusão, esta ambivalência pode ser explicitada na história de vida de Pedro.

Na fala do entrevistado, a crença no sobre-esforço e no trabalho coletivo da família se repete seguidamente, sempre manifesta na vontade de progredir. Mas o que dizer das outras 19 famílias que moram até hoje na mesma propriedade e não conseguiram romper com a situação? Uma pesquisa que lidasse apenas quantitativamente a questão captaria a situação de opressão desses trabalhadores, mas dificilmente daria relevo para a situação singular do progresso do entrevistado. A macro história tem concluído: as relações capitalistas proletarizaram os trabalhadores rurais. Na microanálise: a percepção da realidade é mais complexa, consegue captar as contradições, os trabalhadores rurais assalariados podem, em condições específicas (no caso de Pedro, a parceria, segundo ele) se tornarem pequenos proprietários, alcançando melhores condições de vida. Senão, como explicar a predominância e sobrevivência de pequenos e médios produtores de café no sistema fundiário desta região? Talvez a fala do entrevistado dê as pistas. Para a macro história, parece um milagre a descoberta razoavelmente recente deste universo de pequenos produtores, enquanto os indicativos são de uma existência antiga e persistente, diz a história de vida de Pedro.

Assinalo alguns excertos do discurso do entrevistado que me autorizam essa leitura:

“Agora, o primeiro pé-de-meia que nós fizemos, foi quando os irmãos e eu pegamos uns café pra tocar a meia na fazenda”.

“Se trabalhar firme e direitinho, igual nós trabalhamos, a gente consegue as coisas também”.

“Se eu continuasse trabalhando só no salário, não tinha o que tenho hoje”.

“Nós trabalhávamos depois do horário de serviço (...) sempre com vontade de progredir”. “Nós trabalhamos muito. Não tem dia nem hora. Somos dois cunhados e dois sobrinhos trabalhando juntos também, além do meu irmão. Então, todo mundo quer ir para frente.”

.

2.2 - A vida na roça emerge na história de vida do entrevistado como modo de vida, trabalhar na roça é para ele modo de produção da vida, um pertencimento cultural, uma forma ética de existir, forma de produzir a subsistência material e simbólica. Os valores familiares, o sobre-esforço, a capacidade de trabalho coletivo e solidário e o conhecimento adquirido na vida são os ingredientes de sucesso na visão do entrevistado, mesmo que isso não seja nomeado desta forma por ele.

Assinalo alguns excertos do discurso do entrevistado que me autorizam essa leitura:

“Somos dois cunhados e dois sobrinhos trabalhando juntos também, além do meu irmão. então, todo mundo quer ir para frente”.

“A nossa maior diversão é o serviço. A gente trabalha junto, todo mundo, até a mulher tem ido para a roça agora que não trem criança pequena”.

“Nós nunca estamos sozinhos, nós ajudamos todo mundo aqui perto, somos respeitados nesse lugar, têm os amigos dos meninos, os amigos da gente, tenho um nome limpo, não tenho inimizade nenhuma, a casa está sempre cheia e isso distrai a gente. A gente foi criado com pouco, às vezes tinha mal pra comer e hoje tem fartura, progrediu, criou bem os filhos tem saúde por isso tem que agradecer a Deus porque está bom demais”.

“Aprendi cuidar direito da lavoura”

2.3- As crenças do trabalhador são elementos determinantes da sua identidade cultural e lhe conferem a sensação de pertencimento e responsabilidade com sua comunidade. Somente uma abordagem qualitativa, como a história de vida, possibilita a visibilidade desses valores, que não se mensuram numericamente. A história de vida é singular e é coletiva também. Na sua singularidade as imbricações culturais se expressam porque Pedro pertence a uma comunidade e sua cultura.

Assinalo alguns excertos do discurso do entrevistado que me autorizam essa leitura:

“Nós nunca estamos sozinhos, nós ajudamos todo mundo aqui perto, somos respeitados nesse lugar, têm os amigos dos meninos, os amigos da gente, tenho um nome limpo, não tenho inimizade nenhuma, a casa está sempre cheia e isso distrai a gente”.

“A gente tem que agradecer a Deus”

A gente foi criado com pouco, às vezes tinha mal pra comer e hoje tem fartura, progrediu, criou bem os filhos tem saúde por isso tem que agradecer a Deus porque está bom demais”.

“Quando aperta o serviço e ele não dá conta, a gente faz um mutirão e ajuda ele”.

2.4- O entrevistado tem um discurso que se repete na pessoa do plural, ele insiste que o seu progresso de vida se deu pela ação conjunta com seus familiares. Seu discurso raramente aparece na primeira pessoa. O foco é o nós e a gente. A referência à família ou membros dela é constante no texto

Assinalo alguns excertos do discurso do entrevistado que me autorizam essa leitura:

“Eu peço a Deus que dê saúde para nos continuarmos e para os filhos aumentar o pé de meia deles porque eles também gostam da roça”.

“A gente trabalha junto, todo mundo, até a mulher tem ido para a roça (...)”.

“Quando aperta o serviço e ele não dá conta, a gente faz um mutirão e ajuda ele”.

“Agora, o primeiro pé-de-meia que nós fizemos foi quando os irmãos e eu pegamos uns café pra tocar a meia na fazenda”.

“Quando aperta o serviço e ele não dá conta, a gente faz um mutirão e ajuda ele”.